

**ATA 2011ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**  
**DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos,  
2 realizou-se a segunda milésima décima primeira reunião Plenária Ordinária do Conselho  
3 Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove.  
4 Estiveram presentes 18 (dezoito) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a  
5 seguir indicadas/os: Andrea Mataresi, Clarice Pimentel Paulon, Guilherme Rodrigues Raggi  
6 Pereira, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Rozineti Gonçalves, Monalisa Muniz  
7 Nascimento, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva,  
8 Vinicius Cesca de Lima, Beatriz Borges Brambilla, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Edgar  
9 Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas  
10 Pedott, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri e Mary Ueta, conforme lista  
11 de presença anexa, onde constam os registros de horários de ingresso e saída do quórum  
12 das/os conselheiras/os, conforme decisão da 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de  
13 2017. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) Justificativas de Ausência** – Foram  
14 consideradas as justificativas de ausência das/os conselheiras/os Aristeu Bertelli da Silva,  
15 Evelyn Sayeg, Luciana Stoppa dos Santos, Regiane Aparecida Piva, Beatriz Marques de  
16 Mattos, Ed Otsuka, Márcio Magalhães da Silva, Maurício Marinho Iwai e Rodrigo Fernando  
17 Presotto. **1.2) Convidados da plenária** – Suely Ortiz informa que estarão presentes,  
18 enquanto convidados, o psicólogo André Isnard Leonardi e Márcio Cruz. Questiona-se a  
19 razão dessas presenças e Guilherme Raggi explica que há o ponto do Planejamento  
20 Estratégico, para o qual estão aguardando a chegada do assessor Marcio Cruz, que vem  
21 para apresentar um pouco do trabalho que será feito. Esclarece que ele já está contratado.  
22 Já André Isnard é ex-conselheiro do CRP SP e também já foi conselheiro do CFP,  
23 tesoureiro. Vem para acompanhar, especialmente, a pauta do Orçamento e da APAF.  
24 Considerações do plenário: 1) Andrea Mataresi considera que estão com uma gramática de  
25 golpe própria, porque trazem uma pessoa que foi contratada pelo Conselho Federal e que já  
26 foi contratada agora para o CRP, sem passar pelo plenário. Ou seja, é uma escolha do  
27 grupo político “Cuidar da Profissão”. Não apresentaram antes no plenário o porquê dessa  
28 contratação. Apenas informa-se que ele já foi contratado. Dinheiro público que é gasto  
29 informalmente, como o “cartão de crédito do pai”. Considera muito perigosa essa gramática  
30 de golpe, que explicita o porquê de terem tomado o poder, para o dinheiro ficar na mão de  
31 quem querem que ele fique. Considera muito complicado contratar um consultor para o  
32 Planejamento Estratégico que foi contratado pelo Federal, sem que isso tenha sido discutido  
33 em Plenário, quando defendiam que a Diretoria anterior era centralizadora e diziam que esta

34 era a gestão do milagre, que seria a gestão do diálogo, da comunicação e que todos  
35 decidiriam juntos. Uma vez que já foi comprovado que Guilherme Raggi tem dificuldades  
36 para fazer contas, pois basta olhar a planilha do Orçamento, que apresenta erros grosseiros.  
37 Considera complicado que se contrate alguém sem que o assunto tenha sido trazido à  
38 plenária. A Lei de Acesso à Informação assegura que a solicitação de informações pode ser  
39 feita ao vivo, assim, solicita toda a documentação da contratação dessa pessoa, por  
40 entender complicada a contratação de uma pessoa que ficou responsável por isso também  
41 para o Conselho Federal. Ainda, apesar do respeito que tem a André Isnard, foi trazido para  
42 falar sobre o Orçamento, quando há meses discutindo e que Guilherme Raggi já comprovou  
43 que não tem condições de fazer. 2) Guilherme Raggi diz que chamaram André Isnard para  
44 falar sobre questões do Orçamento. Marcio Cruz virá para tratar sobre o Planejamento  
45 Estratégico. Informa que a solicitação de Andrea Mataresi está registrada e que seguirá com  
46 o procedimento habitual, junto à assessoria jurídica, a respeito da Lei de Acesso à  
47 Informação. 3) Andrea Mataresi diz ter o direito de solicitar da forma de desejar e que  
48 gostaria de ter resposta em tempo. Recorda que o prazo é de 20 (vinte) dias, que podem ser  
49 estendidos por mais 10 (dez). Não é obrigada a solicitar da forma como querem. Diz que  
50 estão sendo cometidos erros banais. A assessoria jurídica trabalha para a Diretoria e pode  
51 ajudar a entender os erros que estão cometendo, porque não têm condições de ocuparem  
52 esses lugares. Diz gostar de quando cometem erros, para que depois possam denunciar  
53 isso, que será a parte mais divertida de todas. 4) Guilherme Raggi informa que já há um  
54 indicativo dos trâmites para esses pedidos baseados em definições jurídicas. 5) Vinicius  
55 Cesca de Lima solicita a especificação dessa informação. Na fala de Guilherme Raggi, há  
56 menção a uma orientação jurídica, mas desconhece essa orientação. 6) Guilherme Raggi  
57 esclarece que que já foi produzido um Memorando a todas/os conselheiras/os e  
58 funcionárias/os referente ao assunto. Deverá ser encaminhado na próxima semana. 7)  
59 Vinicius Cesca insiste que seja informado sobre qual a orientação. 8) Guilherme Raggi  
60 solicita que a assessoria jurídica possa se posicionar. 9) O assessor jurídico, Paulo Hamilton  
61 Siqueira Jr., informa que apresentou parecer, que pode ser disponibilizado, indicando que o  
62 Conselho como uma autarquia federal, segue os Princípios Constitucionais da  
63 Administração Pública, da legalidade, impessoalidade, moralidade publicidade e eficiência.  
64 Traz que a publicidade é um reflexo da cidadania. O cidadão é aquele que participa das  
65 ações do Estado e que para isso, é preciso que haja transparência. Fazendo análise da lei e  
66 do acesso à informação, de que todos os órgãos devem ter um canal, sendo que o próprio  
67 decreto estabelece um canal, sua orientação jurídica é que todos os pedidos de acesso à  
68 informação sejam feitos via e-SIC, como está sendo feito por todos os órgãos públicos.

69 Exemplifica que o Ministério Público Federal indica que o meio adequado para solicitação de  
70 informações sobre aquele órgão é pelo site, através do sistema que criam. Então, salvo  
71 melhor juízo, a interpretação que faz é que os direitos são genéricos, abertos e  
72 incondicionados. O direito de ação, por exemplo, está na constituição que é amplo,  
73 incondicionado e genérico, mas, a partir do momento que se vai exercer o direito de ação,  
74 existem certas condições estabelecidas pelos órgãos, custos e etc.; assim o direito de  
75 acesso à informação é um direito amplo e incondicionado, e para ser exercido precisa ser de  
76 acordo com os meios adequados. Enquanto jurídico deu a orientação para que se siga a  
77 solicitação via e-SIC porque o acesso à informação exige alguns controles e pelo e-SIC,  
78 enquanto autarquia, terá mais controle. Há pedidos de todos os lados, da COE, da COF,  
79 mas, pelo e-SIC é possível ver a data de entrada e os prazos, que é algo que precisa estar  
80 organizado. Enquanto jurídico, teve a sensação de que a autarquia não estava preparada  
81 para o grande número de pedidos de acesso à informação e essas questões precisam estar  
82 organizadas. 10) Vinicius Cesca comenta que é impossível discordar da necessidade de  
83 organização e do uso do e-SIC. Mas, esta avaliação inova criativamente sobre algo que está  
84 regulamentado, que é o problema. A Lei 2527/11 indica que pode ser por qualquer meio  
85 legítimo, que permita identificar determinados requisitos: nome completo, documento válido  
86 de identidade, clareza e precisão da solicitação e endereço físico ou eletrônico. O Decreto  
87 nº 1724/12, que regulamenta a Lei no Poder Executivo Federal em sua função regulatória,  
88 estabelece que é obrigatório o SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, mas não  
89 estabelece a obrigatoriedade de que seja eletrônico. Estabelece competências para a  
90 Controladoria Geral da União e outros órgãos. A Portaria 12254/15, da Controladoria Geral  
91 da União e do Ministério de Planejamento Orçamento em Gestão, regulamenta o  
92 funcionamento do SIC no Poder Executivo Federal e ela estabelece que é obrigatório o uso  
93 do e-SIC pelo Poder Executivo Federal, incluindo as autarquias. A maneira como está  
94 regulamentado estabelece que é obrigatório que as instituições de Poder Executivo Federal  
95 utilizem o e-SIC. Contudo, a Portaria explicita que é obrigação da instituição e não do  
96 cidadão que faz o pedido, sendo explícita nesse sentido. Ou seja, continua sendo válido,  
97 nos termos da Lei, qualquer meio de solicitação, e é a instituição que, ao receber o pedido  
98 por outro meio, que deve registrá-lo no e-SIC e não o cidadão. 11) Paulo Hamilton Siqueira  
99 Jr. comenta que seu entendimento é que está, inclusive, extrapolando sua função. Vinicius  
100 Cesca é conselheiro do plenário, que é soberano. Deu seu parecer, o seu entendimento,  
101 que é de que a Lei é dirigida à autarquia e não vê nenhum problema, como acontece em  
102 várias autarquias, em vários órgãos, inclusive no Ministério Público Federal, que é o órgão  
103 que mais fiscaliza. Faz-se rapidamente via e-SIC, e considera que não há nenhuma

104 restrição, pois não estão restringindo o direito ou dificultando, mas pelo e-SIC é mais fácil ter  
105 controle. O que entrou via Lei de Acesso a Informação, basta verificar no Sistema e há o  
106 controle. Como jurista, precisa alertar que haverá problemas, porque está entrando pedido  
107 via COF, via COE, Diretoria e os controles ficam difíceis. Pode acabar havendo dificuldade  
108 em saber se estão cumprindo os prazos. Não está contestando nada, apenas fez um  
109 Parecer. Foi feito um questionamento pela COE e fez o seu Parecer. 12) Vinicius Cesca diz  
110 que se sente elucidado com relação ao que tinha questionado a respeito da orientação  
111 jurídica. A título de informe, diz que o Ministério Público e outras instituições estão sujeitas a  
112 regulamentação, porque ela não é específica do Poder Executivo Federal. Relata que a  
113 orientação não cobre os municípios, os estados, o Sistema de Justiça, o Poder Legislativo e  
114 etc. Há regulamentação para o funcionamento deste procedimento nas autarquias públicas  
115 federais e não é isto o que está sendo orientado. A regulamentação do CGU é que o uso do  
116 e-SIC é obrigatório exatamente por que ele permite o controle, atribui um número de  
117 protocolo, faz controle de prazo, permite que o recurso seja feito de forma eletrônica e etc.  
118 Está contestando que se estabeleça a obrigação de que o usuário que faz o pedido tenha  
119 que fazer por este meio. A instituição deve recepcionar por outros meios as solicitações, e é  
120 a instituição que tem a obrigação de fazer o registro. Exemplifica que se ele possuir um  
121 cadastro no e-SIC e enviar o pedido ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região por  
122 outro meio, quando o CRP cadastrar este pedido no e-SIC, ele terá acesso a ele em sua  
123 página, porque será necessário identificar quem foi o usuário. Determinar como obrigatório o  
124 uso do meio eletrônico contesta a regulamentação do Decreto, da Portaria e do próprio  
125 Conselho Federal de Psicologia, que tem uma Resolução que disciplina especificamente  
126 isso no âmbito do Sistema Conselhos, que foi aprovada na última APAF – Resolução CFP  
127 nº 007/2017. Essa regulamentação estabelece que é possível fazer a apresentação do  
128 pedido presencialmente no SIC. Não se pode excluir o SIC presencial. Cita como exemplo  
129 que se uma psicóloga for à Subsede e quiser protocolar um pedido de acesso à informação,  
130 ela pode fazê-lo. Nesse caso, a Subsede deve receber e, então, fazer o registro no sistema  
131 eletrônico. O mesmo ocorre com pedidos recebidos por e-mail, telefone ou qualquer outro  
132 meio, uma vez que a regulamentação não exclui essas possibilidades e estabelece a  
133 obrigatoriedade de uso do e-SIC, mas por parte da instituição. 13) Paulo Hamilton Siqueira  
134 Jr. considera que as falas estão alinhadas, com pouca discordância. Precisam pensar  
135 nas/os excluídos digitais. 14) Vinicius Cesca pontua que o próprio processo eleitoral  
136 demonstra que talvez seja temerário abandonar os meios físicos, em alguns processos. 15)  
137 Paulo Hamilton Siqueira Jr. retoma que tem insistido com a Diretoria que a pulverização dos  
138 meios de solicitação vai fazer com que o CRP SP se perca, o que pode atrapalhá-lo,

139 enquanto assessor jurídico. Pois, se houve uma demanda judicial, será difícil indicar se foi  
140 ou não atendido o prazo. As demandas acabam se perdendo na máquina e é algo que  
141 precisa ser organizado. Mas, talvez, pensando em alternativas para o excluído digital. 16)  
142 Vinicius Cesca diz que considera qualquer orientação que estabeleça como meio exclusivo  
143 o uso do e-SIC ilegítima. Pois, se trata de uma orientação que extrapolaria a competência  
144 de regulamentação por parte do próprio Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, na  
145 medida em que existe regulamentação legal, de Decreto, de Portaria e de Resolução do  
146 Conselho Federal, que estabelece um funcionamento diferente desse. 17) Guilherme Raggi  
147 pondera que o plenário tem uma Ordem do Dia para discutir. 18) Andrea Mataresi diz que  
148 gostaria de deixar registrado que guarda seu direito de pedir o acesso à informação da  
149 maneira que desejar, como é regulamentado por Lei e uma vez que esta autarquia não tem  
150 poder para alterar a Lei. Entende que pode ser complicado e que a Diretoria tem toda a  
151 competência para estabelecer um protocolo e uma logística de registro disso, mas essa  
152 responsabilidade é da Diretoria e não da/o solicitante. Desta forma, reitera que seus pedidos  
153 de acesso à informação se darão da forma como ela desejar. 19) Guilherme Raggi comenta  
154 que foi feita uma digressão e que gostaria de concluí-la com alguns apontamentos.  
155 Enquanto autarquia, enquanto entidade profissional, não devem fazer as coisas dessa  
156 maneira caseira, como tem sido tradição ultimamente. Considera muito importante  
157 pensarem sobre isso, já que se trata de um novo momento da história, um novo momento  
158 da política. Assim, que possam formalizar cada vez mais os atos, justamente porque  
159 precisam dar a possibilidade de que qualquer cidadão possa acionar a justiça, quando  
160 necessário, em relação aos atos de quaisquer pessoas, quaisquer entidades. Além disso,  
161 considera que diferente do que a conselheira Andrea Mataresi aponta, há todo o interesse  
162 dessa diretoria e, tem certeza, de todo o plenário, de que sejam publicizados todos os atos  
163 do CRP. Só que há dificuldades muito sérias neste Conselho, pois as coisas são feitas de  
164 forma caseira. Isso é um problema e esta Diretoria tem, sistematicamente, entendido que  
165 precisam profissionalizar cada vez mais estes atos. E isso não pode ser feito de maneira  
166 caseira. Há GT Transparência que fica responsável por essas questões e que deveria ter  
167 sido responsável por informações já há algum tempo. Então, entende que essa é uma  
168 preocupação que deve ser pautada por esse GT, e que assim, passam, de fato, melhorar as  
169 condições de acesso à informação para todas as pessoas, todos aqueles que tiverem  
170 interesse. As informações que são de interesse público devem estar disponíveis. Mas, no  
171 momento em que estão, esses pedidos têm afogado a máquina e isso atrapalha o  
172 andamento dos trabalhos e não é produtivo. É preciso manter isso de forma clara. Assim,  
173 pede a colaboração das/os colegas, para que possam cada vez mais formalizar os

174 procedimentos para que possamos trabalhar em conjunto, lembrando que tem uma  
175 categoria que deve ser respeitada. 20 Vinicius Cesca, a título de informe, gostaria de fazer  
176 algumas considerações. Precisa fazer algumas reparações na fala de Guilherme Raggi que  
177 considera muito complicadas. Recupera que na segunda plenária de novembro do ano de  
178 2016, criou-se o GT Transparência, que trataria especificamente do Portal, e não da  
179 totalidade de acesso à informação. Ou seja, trata da transparência ativa e não da passiva.  
180 Considera importante fazer essa ressalva, pois não é responsabilidade do GT responder por  
181 esses processos e diz isso na condição de membro desse GT. Não se responsabilizam por  
182 essa questão, uma vez que não foi isso que o plenário atribuiu a esse GT no momento de  
183 sua criação. O plenário pode entender que essa também deve ser atribuição desse GT, o  
184 que considera que seria bem-vinda. Considera que não há discordância com relação à  
185 formalização, mas relembra que esta é uma obrigação da instituição e não da/o cidadã/ão  
186 que queira apresentar esses pedidos. Trata-se de uma delegação indevida de atribuições,  
187 de responsabilidades. Apontou isso nos últimos dez dias à Diretoria, informando que seus  
188 pedidos não foram registrados no e-SIC, o que o tem impedido de poder apresentar  
189 recursos de decisões da Diretoria que entende como equivocadas. Na condição de pessoa  
190 prejudicada por esta não formalização, avalia que se trata de algo imprescindível. Não ter  
191 sido feito por quem deveria ter feito está o impedido de exercer seu direito constitucional de  
192 acesso a uma informação, que entende, ter sido negada de forma indevida. Outra questão é  
193 lembrar que a formalização não garante um melhor processamento da informação. Cita  
194 como exemplo que nesta data entrou com recurso na Controladoria Geral da União, por  
195 conta de uma informação que há mais de 40 (quarenta) dias o CRP SP o nega e que foi  
196 feita pelo e-SIC. Inclusive, sua experiência o diz que fazer por outros meios, que não o e-  
197 SIC, tem sido mais produtivo do ponto de vista de exercer o acesso à informação. Fez sua  
198 solicitação pelo e-SIC e não teve resposta do CRP SP nos 30 (trinta) dias de prazo, entrou  
199 com recurso no Conselho Federal e não teve resposta no prazo e, nesta data, precisou  
200 acionar a opção que lhe estava disponível, que era entrar com recurso na Controladoria  
201 Geral da União para acessar um documento que, pelo próprio Decreto, deveria ser de  
202 disponibilização obrigatória no Portal e que, há pelo menos 40 (quarenta) dias apontado que  
203 a informação não está disponível no Portal. Apontou isso ao GT, para as pessoas  
204 responsáveis por colocar essa informação no ar e entrou com pedido de acesso. Apesar da  
205 formalização por esta via que permitiria uma tramitação mais adequada segundo a fala de  
206 Guilherme Raggi, mas, na prática, não é isso que tem acontecido. Embora haja utilização  
207 desse meio, não se tem garantido um procedimento e uma tramitação adequados, ao  
208 menos nesse caso específico. Mas, por ter usado o e-SIC, neste caso conseguiu entrar com

209 recurso. Há outros casos em que a resposta que obteve não cumpre os requisitos legais,  
210 porque ela não informa prazo, o modo de interposição de recurso, quem deveria apreciá-lo,  
211 apesar da insistência em indicar sobre a necessidade dessas informações para entrar com  
212 recurso. Há outras duas solicitações em que lhe foi negado o acesso parcial ou total, e tem  
213 tentado entrar com recurso, sendo que uma delas, inclusive, já se esgotou o prazo recursal.  
214 Não teve condições de apresentar o recurso pois não lhe informaram a quem deveria ser  
215 direcionado. A outra solicitação, o prazo recursal se esgota na próxima segunda-feira e  
216 espera que este informe sirva para que antes de se esgotar esse prazo, tenha condições de  
217 apresentar este recurso, seja porque cadastraram a demanda no e-SIC, como já deveria ter  
218 sido feito ou porque informaram os meios de alguma outra forma. 21) Andrea Mataresi, a  
219 respeito do exposto por Guilherme Raggi, de que não devem encaminhar as solicitações  
220 porque isso está atrapalhando o funcionamento da autarquia diz que se trata de um  
221 cerceamento de direito. Considero que esta Diretoria, a exemplo do exposto pelo  
222 conselheiro Vinicius Cesca, cerceia o direito de acesso à informação e, nesse pedido do  
223 conselheiro Guilherme Raggi, que deixou registrado e fez questão de enfatizar a  
224 necessidade do registro, se trata de um cerceamento de acesso à informação. Considera  
225 que o Guilherme Raggi deixou registrado um cerceamento de direito. Guilherme diz que este  
226 Conselho faz coisas de forma caseira e ela considera que a Diretoria toma atitudes de forma  
227 intempestiva sem estudar a legislação - embora os colegas digam que Guilherme sabe ler -  
228 e, então, se atrapalha. Considera que deveriam estudar um pouco mais, porque se  
229 atrapalham e dão espaço para que seu grupo possa 'nadar de braçada'. Considerando que  
230 estão nesse clima bélico, se diverte com isso e agradece. Diz que, no lugar da Diretoria, se  
231 apropriaria melhor, pois estão cerceando direitos, inclusive com falas de que isso está  
232 dificultando o trabalho da autarquia e que fazem as coisas de forma caseira. Talvez, a  
233 Diretoria e a presidência da COE anteriores teriam conseguido tratar essas questões com  
234 uma logística mais interessante, ao contrário de como foi feito recentemente na COE, que  
235 atribuiu a responsabilidade à Diretoria e, assim, proibiu o espaço de recurso. Diz ser  
236 complicada a forma amadora com que fazem gestão pública. A fala do conselheiro  
237 Guilherme é cerceamento de direito, é um 'jeitinho' doce de cercear direitos e de ser  
238 machista. É complicado e não a engana. Trata-se de um jeito sedutor que é violento. Pode  
239 enganar alguns, mas Guilherme Raggi é violento. Dizem que seu grupo é violento porque  
240 não choram, não saem da plenária para chorar, mas isso é porque este é um lugar de fazer  
241 política e não de fazer amizades. 22) Guilherme Raggi diz que entende que já concluíram as  
242 falas e que é preciso fechar o ponto, para seguir a "Ordem do Dia", uma vez que a autarquia  
243 tem uma para cumprir. Há algumas narrativas que circulam aqui que são abertas a

244 interpretação. Não comentará profundamente agora, mas sobre a questão do GT, entende  
245 que não é uma responsabilidade dele, mas também não devem tomar o todo pela parte e  
246 nem a parte pelo todo. Considera que não há inversão de responsabilidade quando dizem  
247 que o GT é responsável pelas questões do Portal da Transparência e pode sim pautar e  
248 continuar o trabalho. A proposta que faz é que intensifiquem e profissionalizem isso. Tem a  
249 assessoria jurídica para ajudar com isso e possuem planos para esse próximo ano.  
250 Considera bom que se entre com o Recurso na CGU, pois pode ser um exemplo muito claro  
251 de concessão de um direito. Espera que dê certo e que possam avançar nisto. **1.3) GT**  
252 **Projeto de Gestão** – Rodrigo Toledo informa que o GT não conseguiu se reunir. Desde a  
253 última plenária, não trocaram mais informações ou e-mails. Informa que esteve indisponível  
254 e considera que precisam se organizar para se reunirem em janeiro, para que possam trazer  
255 informações. Reginaldo Branco da Silva informa que gostaria de se desligar desse GT.  
256 Suely Ortiz informa que finalizaram os informes e, assim, podem seguir para os pontos de  
257 pauta. Considerações: 1) Vinicius Cesca solicita uma questão de ordem. 2) Guilherme Raggi  
258 solicita que os colegas tenham parcimônia no uso de palavras de ordem. Apontaram em  
259 outras plenárias que a Diretoria é parcial no controle das falas. Gostaria de reforçar que  
260 pudéssemos seguir parcimoniosamente, todas as pessoas do plenário, no uso da palavra de  
261 ordem. E, se por ventura, puder justificar com base no Regimento, seria importante. 3)  
262 Vinicius Cesca diz que não consegue nomear a questão no Regimento, neste momento.  
263 Mas, os Informes antecedem a Ordem do Dia. Até então, estavam no campo dos Informes.  
264 Considera salutar que antes de encerrarem o momento de informes, que ele não fosse  
265 apenas dirigido pela mesa, mas que possam franquiar a palavra para outros possíveis  
266 informes. Gostaria de compartilhar outros informes neste momento, antes de entrarem na  
267 ordem do dia. **1.4) Transparência** – Vinicius Cesca informa que há um conjunto de  
268 dificuldades que tenho tido de acessar algumas informações. Ao contrário de Guilherme  
269 Raggi, considera lamentável que tenha que ter entrado com recurso na CGU, porque se  
270 trata de uma informação que não deveria ter sido solicitada, já deveria estar disponível para  
271 todas/os. Trata-se de um relatório de auditoria que o Conselho contratou há mais de um ano  
272 atrás e que não está no site, não foi disponibilizado no prazo. Parece algo simples, de mero  
273 acesso a um documento. Não consegue entender as razões do relatório dessa auditoria não  
274 estar público, nem na transparência ativa, como deveria, nem quando solicitado. Lamenta,  
275 mas entende que era a possibilidade que tinha de tentar dispor deste documento. E queria  
276 apontar outras: em abril do ano passado, o CRP contratou por R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil  
277 e oitocentos reais) uma empresa para fazer auditoria externa dos 3 (três) anos da gestão.  
278 Esse Relatório não está disponível, e deveria estar no site, juntamente com os demais

279 Relatórios de auditoria. Não foi disponibilizado quando solicitado especificamente.  
280 Mencionaram esse relatório, essa auditoria na campanha eleitoral, fartamente, enquanto  
281 uma boa prática, que entendiam, de transparência. De fato, entende que é insuficiente para  
282 a transparência pensar somente em auditorias externas, pois não se torna transparente  
283 dizer que fazem e não deixarem público. Essa auditoria foi concluída ainda na gestão  
284 passada, e o contrato finalizava ainda na gestão a ser auditada, então não era dos 3 (três)  
285 anos completos, o contrato estabelecia que se encerrava em agosto, porque não daria para  
286 ir até o final mesmo da gestão, ou não ficaria pronto antes do fim da gestão. Está apontando  
287 que já solicitaram, inclusive formalmente, que o relatório seja colocado no ar. Informa que  
288 ele não possui o documento para colocar no site e que não é ele o responsável por mexer  
289 no site do CRP SP, mas, já pediram para a área que cuida da atualização que colocasse no  
290 ar e não foi colocado. E então, pediu para que ele fosse disponibilizado de forma passiva,  
291 via LAI, mas também não foi disponibilizado e é isto que está em recurso. Lamenta que  
292 tenham essa dificuldade, pensando inclusive, do ponto de vista da gestão administrativa dos  
293 processos. Seria mais simples se se antecipassem. Comenta que Guilherme Raggi aponta  
294 que há uma dificuldade administrativa em relação a isso e entende que só há uma solução  
295 adequada para isso: quanto mais a instituição se antecipar, no sentido de abrir suas  
296 informações, menos ela receberá pedidos e ficará sujeita a receber pedidos que precise  
297 atender um a um. Espera que isso sirva, ao menos, para que se avance nessa direção. **1.5)**  
298 **Comissão de Ética** – Vinicius Cesca informa que possui, na verdade, pedidos de informes.  
299 São dois que se referem a questões da Plenária Ética realizada no dia anterior, de número  
300 2009, na qual esteve presente. A primeira solicitação diz respeito a algo sobre a plenária,  
301 propriamente dita. O conselheiro Reginaldo Branco, durante essa Plenária, informou sobre a  
302 disponibilidade de edição de nova impressão do Código de Ética. Sua questão é seja  
303 informado como está sendo pensada a distribuição desse material. Considera bom que  
304 estejam pensando em reimpressão e não sabe quem da COE está responsável, para que  
305 pudesse informar sobre a distribuição. Sobre outro pedido de informe, considera superficial  
306 a forma como foi apresentado na plenária do dia anterior, e devido às Plenárias Éticas não  
307 terem exatamente um registro robusto de suas discussões, apenas informando os  
308 procedimentos, entendeu oportuno solicitar esta informação na Plenária Ordinária, porque  
309 haverá o registro disso. Antecipa que se trata de um assunto com algum grau de sigilo e, se  
310 o informe for dado, talvez tenha o constrangimento de que algumas pessoas precisem se  
311 retirar temporariamente da plenária. Mas, pode apresentar a questão e depois, a Diretoria  
312 encaminha como entender mais adequado. O presidente da COE, Rodrigo Toledo, informou  
313 nessa sessão realizada na data de ontem sobre dois Processos Disciplinares Funcionais

314 (PDFs) em que ele teria acatado nulidades e encaminhado ao Conselho Federal de  
315 Psicologia e não entende essa informação, assim, gostaria que o presidente da COE  
316 pudesse, ao menos, explicitar do que se trata, a título de informe para o plenário sobre esta  
317 informação compartilhada por ele na Plenária 2009, realizada na tarde de ontem.  
318 Considerações: 1) Rodrigo Toledo informa que o pedido do conselheiro Vinicius Cesca é de  
319 uma informação de caráter sigiloso e não tem como compartilhar, exceto com as/os  
320 conselheiras/os que estavam naquela plenária e que tem relação com uma discussão  
321 ocorrida naquela ocasião. O conselheiro Vinicius solicita esclarecimento de uma atividade  
322 que ocorreu no dia anterior, na presença de um conjunto de conselheiras/os, mas entende  
323 que essa informação se refere às/aos conselheiras/os presentes naquela atividade. 2)  
324 Guilherme Raggi sugere que Rodrigo Toledo converse com o assessor jurídico, Paulo  
325 Hamilton, no sentido de preparar a resposta, considerando que há questões de sigilo.  
326 Também, para a transparência do processo, registra que as secretárias, o gerente geral,  
327 Diógenes Pepe, e o convidado André Isnard Leonardi se retiraram da Plenária para  
328 discussão desse ponto, o qual, não será mais gravado para manter o sigilo. Após a  
329 discussão dos pontos, os funcionários e o convidado voltam a Plenária. **1.6) Fichários de**  
330 **Resoluções** – Rodrigo Toledo Informa que receberam os materiais e solicitaram ao  
331 Departamento de Atendimento que informassem qual foi o último momento de entrega dos  
332 fichários às/aos psicólogas/os. A ideia é disponibilizar para todas essas pessoas que não  
333 receberam, a partir da data informada pelo Atendimento. Será feito envio pelo Correio e  
334 distribuição durante as entrega de CIP, tanto na sede quanto nas subsedes. Considerações:  
335 1) Vinicius Cesca questiona como será o procedimento com relação a quem receberá o  
336 fichário, se receberam aqueles que não receberam. 2) Rodrigo Toledo informa que possuem  
337 uma grande quantidade de fichários e entendem que precisam saber qual o número de  
338 pessoas que não receberam e então, privilegiar essas pessoas, a partir do momento que se  
339 inscreveram no CRP. Caso tenha sobras, podem distribuir para outras pessoas. Mas, a  
340 principal estratégia é distribuir às/aos psicólogas/os que não receberam o material e também  
341 às/aos novas/os psicólogas/os. 3) Vinicius Cesca diz que seu entendimento é que há uma  
342 quantidade de pessoas que receberam fichário em algum momento e que receberam  
343 atualização ou não, dependendo de quando foi, não receberam essa atualização. Assim,  
344 está sendo proposto um mapeamento das pessoas inscritas que não receberam nenhum  
345 fichário e atualização, e será entregue a essas pessoas e aquelas que se inscreverem a  
346 partir desse ponto. 4) Bruna Lavinias Falleiros diz que fica preocupada, por exemplo, que  
347 farão as entregas de CIP que acontecerão entre este ano e o início do próximo ano, que  
348 pode criar uma lógica complicada, de essas pessoas não receberem e serem encaminhados

349 por Correio, depois para as subsedes. 5) Rodrigo Toledo indica que a proposta é de,  
350 justamente, encaminhar o material para as subsedes. 6) Andrea Mataresi comenta que não  
351 haverá material suficiente para distribuir para todas/os que não receberam o fichário e para  
352 quem fizer nova inscrição. Acredita que vale um estudo, porque ainda tem dinheiro no  
353 Centro de Custos deste ano, para que sejam feitas mais impressões. Como ainda há verba  
354 para isso, entende que para contemplar todos, deveriam fazer mais impressões. Quando  
355 fizeram a impressão dessa quantidade, fizeram pensando nas entregas de CIP desta  
356 gestão, a quantidade extrapola a média de inscrição, e também para os eventos na sede e  
357 subsedes que envolvessem a Comissão de Ética. Fizeram o cálculo extrapolando a média  
358 de novas inscrições, justamente pensando em eventos relacionados à Ética, mas não  
359 consideraram mandar retroativo. Não acha que seja errado mandar retroativo também,  
360 apenas está dizendo que não se considerou isso ao calcularem a quantidade de material. 6)  
361 Rodrigo Toledo responde que, como havia dito anteriormente, ainda está aguardando o  
362 levantamento do Departamento de Atendimento solicitado por ele, em articulação com a  
363 conselheira secretária. **II) CALENDÁRIO** – Suely Ortiz informa que a proposta de calendário  
364 para o primeiro semestre de 2018 foi encaminhada por e-mail ao plenário. Questiona se  
365 alguém tem alguma questão ou se é possível aprovar como sugerido. Considerações: 1)  
366 Vinicius Cesca sugere que a conselheira secretária explicita a lógica de construção do  
367 calendário. Todos receberam, mas vinham trabalhando com uma lógica e todas as minutas  
368 em que propuserem uma alteração dessa lógica, foram apresentadas as motivações. Então,  
369 quando mudam o parâmetro para colocar as Plenárias Éticas, seria importante esse  
370 esclarecimento para uma apropriação completa por parte do plenário. Gostaria de fazer uma  
371 sugestão de alteração de calendário proposto, pois há uma alteração na lógica que seguem  
372 que entende gerar prejuízo. Isso fundamenta seu pedido para que seja explicitada essa  
373 lógica. Sua sugestão de alteração é a seguinte: na proposta de calendário enviada, todas as  
374 plenárias de julgamento foram colocadas às sextas-feiras, no período da tarde, quando  
375 anteriormente eram realizadas sempre às sextas-feiras à noite e, no período da tarde com  
376 alguma periodicidade, algo como uma vez por bimestre. Fala da perspectiva de uma pessoa  
377 que tem um emprego com jornada de 40 (quarenta) horas semanais e que nunca  
378 conseguirá participar de uma plenária às sextas-feiras, à tarde, a não ser em casos  
379 excepcionais. Considera que há um prejuízo em colocá-la em um horário que o parece mais  
380 restritivo, sendo sempre às sextas-feiras, à tarde. Deixá-la à noite, para ele, dá mais  
381 possibilidades de participação. Se não for possível restaurar essa lógica, como havia sido  
382 colocado até este momento, para que os julgamentos passem a ser na sexta-feira à noite,  
383 sugere que esses julgamentos possam ser alternados, ou seja, um mês com Plenárias de

384 Julgamento à tarde e outro mês Plenária Ética à noite e no mês seguinte o contrário,  
385 pensando em uma composição. Mas, acredita que a lógica de fazer julgamentos à noite  
386 permite melhores condições de participação, considerando os horários de jornadas de  
387 trabalho. Não gostaria de não conseguir participar de nenhum julgamento no semestre  
388 devido ao horário proposto para essas plenárias. Por isso, solicita que se explicita a lógica  
389 da proposta de mudança, entendendo que deve ser restaurada a maneira como estava, de  
390 plenária ética no período da tarde e julgamento no período noturno. Se não for possível  
391 fazer assim, entende que, ao menos, devem alternar mês a mês a ordem das plenárias  
392 éticas e de julgamento, de modo a ter possibilidade de participação de um número maior de  
393 pessoas. 2) Andrea Mataresi informa que ao fazerem o planejamento da interiorização da  
394 COE, havia um problema que seria da necessidade de aumento do número de plenárias  
395 éticas e de julgamento, pois, quanto mais tempo demorassem para julgar, maior seria o  
396 tempo que as partes teriam para encaminhar novos materiais, o que causaria a necessidade  
397 de novos pareceres e, assim, o aumento da demanda de trabalho para as assistentes  
398 técnicas. Enquanto estava na presidência da COE, o planejamento era que de fizessem  
399 alternância entre os períodos da tarde e da noite, o que aumentaria o número de plenárias  
400 de julgamento, atendendo às demandas dos conselheiros que trabalham, para que  
401 pudessem diminuir os gargalos da COE. Relata que quando estava na presidência da COE,  
402 era cobrada constantemente, especialmente pela conselheira Regiane Aparecida Piva,  
403 sobre como estava a gestão da COE. Porque, ao contrário da gestão da COF, que nunca  
404 precisa compartilhar as informações, precisava compartilhar constantemente. Desse modo,  
405 pede que seja informada sobre como está o processo de interiorização e com tem sido  
406 pensada a questão dos gargalos. Até onde acompanhou, e acompanhava de perto, haveria  
407 um aumento do número de plenárias éticas e o pedido da maioria de conselheiros/as que  
408 trabalhavam era que considerassem a realização de plenárias éticas aos sábados e de  
409 julgamento às sextas-feiras à tarde e à noite. Existia um mapeamento de todos os pedidos  
410 encaminhados por conselheiras/os. Por isso, pede que seja informada sobre como anda o  
411 processo de interiorização, ou se ela está parada, como foi sugerido pela conselheira  
412 Beatriz Mattos, que alegava que iria retroagir à interiorização em sua subsede. 3) Rodrigo  
413 Toledo comenta que, sobre os julgamentos, há a questão das partes e o horário de início da  
414 plenária ser após as 18 horas, que não há impedimento, mas existe uma possibilidade maior  
415 de pedido de nulidade do julgamento. No momento do planejamento, pensou-se na garantia  
416 do julgamento, assim, que acontecesse no período da tarde. Mas, comenta que não vê  
417 problema na possibilidade de alternância proposta. Há três 03 (três) julgamentos planejados  
418 para o semestre e que pode ser feita a alternância entre os períodos da tarde e da noite.

419 Acredita que não terá nenhum prejuízo seguir assim. Outra questão está relacionada ao  
420 número de plenárias. Conta que foi feito o levantamento dos gargalos, como foi destacado  
421 pela conselheira Andrea Mataresi. O gargalo estava na elaboração de resumos e pareceres  
422 com o processo de interiorização das reuniões de COE. Conseguiram sanar gargalo da  
423 elaboração de pareceres e, agora, o gargalo passou a ser a apreciação dos pareceres pelo  
424 plenário. Não está com as informações sobre a quantidade. Como não havia essa  
425 solicitação, não está com os números. Somente consegue afirmar que o gargalo está na  
426 apreciação de pareceres. Quem tem participado das plenárias éticas deve ter percebido um  
427 número grande de pareceres que há para apreciação. Pelo que se recorda, são cerca de 51  
428 (cinquenta e um) pareceres e ainda há reuniões da COE ocorrendo este ano, o que significa  
429 que mais pareceres chegarão para serem apreciados. Informa que pode trazer os dados na  
430 próxima plenária para apresentar com mais precisão, mas, como isso não era pauta nesta  
431 plenária, não está com eles, para apresentar. 4) Vinicius Cesca de Lima estranha o  
432 argumento apresentado por Rodrigo Toledo. Diz achar complicado, porque, às vezes, ficam  
433 retroagindo em algumas discussões. Assim, ou faltou algum elemento de mediação, porque  
434 não entendeu como uma coisa resultou na outra. Já discutiram essa questão da  
435 possibilidade da nulidade das plenárias de julgamento à noite, inclusive, discutiu-se bastante  
436 em plenária, o jurídico esteve presente. Em 15 (quinze) meses com esse arranjo, tiveram  
437 apenas um pedido de nulidade de julgamento por conta do horário. 5) Rodrigo Toledo  
438 considera que a conselheira Andrea Mataresi tenha esse dado mais preciso e possa ajudar  
439 com essa resposta. Mas a informação que possui é que não houve pedido de nulidade, mas  
440 que o horário fosse alterado para o período da tarde, o que, para ele, não é um indicativo de  
441 nulidade. Não se recorda do debate acerca do parecer. Solicitou o acesso ao parecer neste  
442 último período, em que está à frente da COE. 6) Andrea Mataresi informa que não houve  
443 nenhum pedido de nulidade. Na verdade, a Lei diz que o julgamento deve começar até  
444 determinado horário e não terminar, ou seja, somente importa o horário de início do  
445 julgamento. Não houve nenhum pedido de nulidade, o que houve foram pedidos das partes,  
446 em especial aquelas que vêm de outras cidades e que envolviam advogados, de que o  
447 julgamento fosse realizado no período da tarde, o que sempre foi acatado. Nunca houve  
448 nenhum problema e muitas pessoas diziam preferir, porque não precisam justificar em seus  
449 trabalhos que seriam julgadas. Ser no período noturno, para algumas pessoas, era melhor.  
450 Porque assim não precisavam se expor no trabalho solicitando dispensa ou faltando. Os  
451 advogados que demonstravam não gostar de ser no período noturno. Para algumas  
452 psicólogas era uma coisa boa, pois elas não precisavam pedir dispensa do trabalho. As CIs  
453 geram muito constrangimento, porque eles precisam sair do trabalho para participar de CIs,

454 que, durante um processo, às vezes são várias. É um momento complicado para quem está  
455 trabalhando. 7) Vinicius Cesca diz que concedeu uma parte ao Rodrigo Toledo e gostaria de  
456 fazer algumas pontuações. Não há problemas em não recordar, mas é importante registrar  
457 como foi. Tomaram posse em setembro, na primeira plenária foi feita a composição de  
458 diretoria e ficaram com um calendário ainda não final. Em outubro, definiram um calendário  
459 e trouxeram a proposta e fazer o arranjo realizado, de julgamentos no período noturno.  
460 Havia um histórico progresso desse debate. O XIV Plenário, gestão 2013-2016, apresentou  
461 essa proposta e, na época, o plenário entendeu que não deveria fazer assim. Alguns podem  
462 se recordar de quando houve essa proposta. A conselheira Regiane Piva trouxe esse  
463 histórico à tona, com as considerações de se podia ou não ser feito assim. Havia o parecer  
464 jurídico que indicava que potencialmente não haveria prejuízo ao processo e, dessa  
465 maneira, pensando na disponibilidade, assumiram o risco de haver contestação e, até onde  
466 acompanhou, não houve nenhuma contestação formal no sentido de impedimento de ser  
467 feito dessa maneira. Incluíram plenárias periódicas no período da tarde pensando,  
468 exatamente, em contemplar esses casos de contestação. Assim entende que não seja um  
469 argumento decisivo para a mudança, que considera restritiva e reitera seu pedido de que, se  
470 possível, todas as plenárias passem a ser realizadas em período noturno. Em sua fala sobre  
471 as questões dos pareceres, ficou com outra dúvida e não sabe se está relacionada a essa  
472 mesma questão e, por isso, entende ser importante explicitar a lógica. Pensando no volume  
473 de pareceres que já possuíam, na última mudança do calendário, colocado plenárias éticas  
474 aos sábados, inclusive, realizando plenárias éticas simultâneas. Embora, tenha a impressão  
475 de que poucas vezes conseguiram, de fato, garantir o quórum duplo. Mas, ainda assim,  
476 considera que é um prejuízo menor prever duas plenárias simultâneas e realizar somente  
477 uma, do que prever somente uma. Pois, prevendo duas, há benefício se conseguirem  
478 realizar as duas e, se não preverem, já não há essa possibilidade. Questiona porque  
479 abandonaram a lógica de realizar duas plenárias simultâneas. Seu entendimento é que fazer  
480 aos sábados diminui as disponibilidades de alguns, mas amplia a disponibilidade de outros.  
481 Acredita que, coletivamente, podem avaliar e pactuar, pensando nas diversas  
482 disponibilidades, realizar às sextas e aos sábados. Considera que voltar a fazer somente às  
483 sextas-feiras pode gerar mais dificuldades, com o número que possuem de pareceres.  
484 Também considera importante que se tenha a previsão de duas plenárias simultâneas,  
485 porque embora raro e improvável, pode ser que consigam atingir o quórum de 18 (dezoito)  
486 pessoas. 8) Maria Rozineti Gonçalves esclarece que em abril há plenária ética sábado. 9)  
487 Vinicius Cesca agradece e diz que considera que tudo isso entra na lógica do seu pedido,  
488 que era que se explicitasse onde estavam as mudanças na lógica do calendário e porque se

489 propôs mudar. 10) Rodrigo Toledo comenta que tinham planejado, de julho a novembro,  
490 plenárias éticas aos sábados. Se não se engana, conseguiram realizar em julho as plenárias  
491 simultâneas. E, desde então, tiveram muita dificuldade na constituição de quórum mínimo de  
492 9 (nove) conselheiras/os, só sendo possível realizar uma plenária. Além disso, o quórum da  
493 manhã e da tarde, muitas vezes, era repetido, o que era cansativo para as/os  
494 conselheiras/os participantes. Em seu entendimento, levando em considerando o histórico  
495 dos últimos seis meses, para a realização da plenária aos sábados havia menor  
496 disponibilidade e maior dificuldade de constituição de quóruns, diferente do que ocorria com  
497 as plenárias às sextas-feiras. Durante a gestão anterior da COE, foi decidido pela  
498 eliminação das plenárias no período da manhã, porque elas apresentavam dificuldades de  
499 constituição de quórum, mantendo-se as plenárias no período da tarde e noite, baseados  
500 nos levantamentos de composição de quórum. Considera que esse é um elemento e  
501 eliminaram um grande número de plenárias dessa forma. Trouxe agora sua proposta, mas  
502 quem decide é o plenário. Entende, pelo levantamento que realizaram da média de  
503 pareceres que têm sido apreciados nas plenárias, cerca de 4 (quatro), que se mantiverem  
504 este número de plenárias, conseguiriam zerar o número que possuem atualmente. Mas,  
505 jamais findarão, porque novos pareceres serão elaborados nas reuniões de COE, mas,  
506 entendem que esse número de plenárias é suficiente para dar conta do número que  
507 possuem atualmente. Não é garantido, porque ainda estão em experimentação. Esse é o  
508 levantamento dos dados que fez e considera que o plenário pode avaliar a decisão. 11)  
509 Andrea Mataresi informa que fará um pedido que Rodrigo precisará de mais tempo para  
510 fazer e, então, pode ficar no bojo de estudos solicitados para a plenária de janeiro. Acredita  
511 que não será possível responder agora. Considera que a quantidade de plenárias de  
512 julgamento e de plenárias éticas não serão suficientes e que se a decisão for de retroagir na  
513 decisão anterior sobre a COE, voltarão ao gargalo anterior. Não concorda em cancelar a  
514 possibilidade de ter duas plenárias simultâneas e com a diminuição de plenárias de sábado,  
515 pois há várias/os conselheiras/os que possuem mais dificuldade com gestão do horário de  
516 trabalho, que não são somente de um grupo político. Há uma série de conselheiras/os que  
517 têm dificuldade em vir no período da tarde porque trabalham 40 (quarenta) horas semanais.  
518 Considera que vale a pena manter as plenárias duplas e cancelar a plenária quando não  
519 atingirem o quórum, uma vez que não há nenhum problema em cancelarem a plenária. Não  
520 causa nenhum ônus à organização. Quando Rodrigo Toledo trouxer o balanço de como  
521 estão os gargalos, entende que o plenário precisa discutir o porquê das baixas adesões às  
522 plenárias éticas. Sabe que é difícil, já chegou a ficar em plenárias nos três períodos direto, o  
523 que foi bastante desgastante física e emocionalmente. O CRP SP tem a COF com uma

524 lógica judicializante. Há uma quantidade gigantesca de processos éticos. Há processos  
525 instaurados pela COF que não têm explicações. Considera que não darão conta e precisam  
526 realizar um estudo, o que tomará tempo, inclusive das assistentes técnicas. Talvez não seja  
527 possível trazer esse estudo já em janeiro. Então, considera que Rodrigo pode, por e-mail,  
528 informar quando poderá apresentar esse estudo e que seja colocado como prioridade na  
529 plenária, porque considera que a quantidade de plenárias estipuladas para o semestre, os  
530 colocará em uma situação ruim. Vai diminuir a quantidade de reuniões nas subsedes e,  
531 assim, aumentar o gargalo. Quando fez o estudo era possível conseguirem, praticamente  
532 zerar os gargalos até o final da gestão. Diminuir o tempo de tramitação dos processos éticos  
533 de 5 (cinco) anos para cerca de 1 (um) ou 2 (dois). E esses 1 (um) ou 2 (dois) anos, já  
534 considerando que tem prazo para recurso. Ou seja, melhor do que os 5 (cinco) a 7 (sete)  
535 anos que ocorrem atualmente. Pede então que Rodrigo Toledo pense sobre isso, pois  
536 considera um retrocesso para a categoria, porque quem fez Comissão de Instrução sabe o  
537 quanto é sofrido, por exemplo, olhar o sujeito chorando porque não vê o filho há dois anos  
538 por conta de uma decisão judicial, e o quanto o processo ético é simbólico em alguns casos  
539 e é muito sofrido. Precisam priorizar a questão de tempo e esse plenário terá que priorizar  
540 isso acima de qualquer evento que se queira fazer. Está insustentável levar 6 (seis) ou 7  
541 (sete) anos e a culpa não é da gestão da COE, porque não tem em sua mão a participação  
542 desse plenário. 12) Vinicius Cesca, em relação ao calendário e às questões que circulam  
543 em torno dele, faz propostas de encaminhamento que solicita que a mesa coloque à  
544 apreciação e aprovação do plenário. Sobre o calendário efetivamente, reafirma a proposta  
545 que apresentou no começo e faz um pequeno complemento a ela: primeiro que as plenárias  
546 de julgamento possam voltar para o período da noite ou, alternativamente, se alternarem  
547 entre os períodos da tarde e da noite, sendo prioridade à noite. Isso quer dizer que das 3  
548 (três) previstas para o semestre, que façam duas à noite e uma à tarde. E entende que é  
549 uma alternância muito semelhante a que já faziam nesse último semestre. Antes, faziam  
550 somente à noite e entende que não há nenhum prejuízo nesse sentido, pois leva em  
551 consideração que, ao menos, sobre a preocupação com os possíveis questionamentos do  
552 período da noite, está sendo mantida a possibilidade de fazer à tarde, e também a questão  
553 de disponibilidade. Sobre as demais questões, entende que todas as vezes em que  
554 discutiram isso, a discussão foi feita de forma muito superficial. Quando especulam se a  
555 disponibilidade de sábado é maior ou menor e as mudanças com relação a isso, fazem  
556 diversas experimentações, como tem sido feito há 15 (quinze) meses, sem coletivamente  
557 terem feito um debate mais aprofundado sobre nossas disponibilidades e disposições a  
558 fazer essas atividades. Podem fazer uma discussão mais concreta, mais embasada sobre

559 isso e essa é sua sugestão, de fazer encaminhamentos quanto a isso. O primeiro que  
560 propõe é que a COE faça um levantamento das justificativas apresentadas nas plenárias  
561 éticas de julgamento até então, com análise daquilo que é pontual, eventual e daquilo que é  
562 estrutural. Pode ser que, para algumas/uns conselheiras/os, sexta-feira à tarde seja  
563 impossível, independente do mês ou semana, que é o que chama de estrutural; assim  
564 como, para outras/os, sábado de manhã é impossível. Outras vezes, se trata de uma  
565 questão pontual, como férias, viagem. Esse balanço mais concreto diria, a princípio, quantas  
566 pessoas podem à noite, sábado pela manhã e etc. Considera que isso ajudaria o plenário a  
567 tomar essas decisões. Outra questão é que possam discutir, novamente, as razões de  
568 ausências nas plenárias, porque considera que em diversos momentos discutiram questões  
569 de prioridade com pouco efeito prático e considera que esse é um debate que precisam  
570 fazer. Cita como exemplo que o Núcleo coordenado pela conselheira Ivana Souza está  
571 reunido, e Ivana está na plenária. Entende que esse é o comportamento adequado, no  
572 sentido da prioridade. Já viram isso em diversos outros momentos, qualquer outra atividade  
573 era realizada em detrimento às plenárias éticas e de julgamento, como as reuniões de  
574 Núcleo, as representações, os eventos. Considera importante que possam discutir  
575 novamente, de forma aprofundada, pensando no que têm enquanto dever ordinário,  
576 precípuo, e que, às vezes, prejudicam em favor de outras ações. Considera que é uma  
577 discussão que precisam fazer novamente. Cita que Rodrigo Toledo constantemente está  
578 apresentando falas de que as questões foram tratadas em plenária e que, no período em  
579 que Andrea Mataresi esteve na presidência da COE, havia um tipo de pressão e cobrança  
580 que nenhuma outra Comissão permanente recebeu na gestão deste CRP SP, que era de,  
581 permanentemente, explicitar as suas informações e considera isso muito salutar. Lembra-se  
582 que tinham informes mensais sobre onde estavam os gargalos, como estavam as questões  
583 da COE. Não sabe se seria o caso de isso se dar, se seria apresentado em toda plenária, ou  
584 se seria enviado de outra maneira, mas, pensando como uma atividade estrutural do CRP  
585 SP, seria importante ter essas informações – de andamento das atividades da COE - de  
586 forma atualizada e permanente, como quantos processos estão em fase preliminar, quantos  
587 estão com parecer pronto, quantas reuniões de pareceres foram realizadas naquele período,  
588 quantos pareceres foram apreciados em plenária, quantos processos foram julgados, o que  
589 está faltando, onde estão os gargalos e etc.. Relembra que na gestão passada isso foi  
590 realizado em momentos pontuais, em especial no final da gestão, a fim de apresentar um  
591 resultado. Este ano, fizeram com uma frequência maior e considero importante consolidar  
592 isso enquanto um procedimento. Considera importante que tenham informação permanente  
593 sobre o andamento das atividades da COE e o volume dos procedimentos necessários. E,

594 de forma análoga, ainda que isso não tenha sido pontuado neste ponto, que, no mínimo,  
595 seja apresentada a mesma informação da gestão da COF. Relembra que na Diretoria  
596 solicitaram à COF informações sobre o volume de atividades, quantidade de fiscalizações  
597 pendentes. Solicitaram isso por volta de abril deste ano e, a menos que tenha sido  
598 respondido após o dia 27 de setembro, não tiveram mais resposta. Não conseguiram saber  
599 qual era o volume do gargalo e a demanda da COF. Considera importante saberem quantas  
600 fiscalizações têm a realizar, por que isso também vai refletir nos procedimentos de COE,  
601 considera uma informação importante e que essa informação deveria inclusive ser pública,  
602 mas que, no mínimo, o plenário possa se apropriar dela de forma permanente, ao menos  
603 que no se refere à COE e à COF. E, eventualmente, podem conseguir avançar e pensar  
604 também nas atividades das outras comissões, como Comissão de Políticas Públicas,  
605 Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Auditoria e Controle Interno e, inclusive, da  
606 Comissão de Análise de Título de Especialista. Mas, ao menos, que seja feito com a COE e  
607 COF, para que possam entender qual é o cenário. Faz esse bloco de encaminhamento que  
608 suscitam o debate e pede à mesa que verifiquem se há entendimento contrário ou se podem  
609 pactuar esses estudos e levantamentos. 13) Maria Rozineti Gonçalves comenta que  
610 surgiram várias questões a partir da discussão sobre o Calendário. Entende que são  
611 pertinentes. Sobre levantamento das justificativas, relembra que receberam um panorama  
612 sobre as ausências e, naquele momento, consideraram que não era o momento de trazer  
613 para o plenário, entendendo que se trata de uma função ordinária de conselheiras/os e que  
614 fariam – como tem sido feito – o pedido que as ausências sejam justificadas de forma  
615 qualificada, o que tem sido recebido. Se a plenária compreender que esse levantamento  
616 pode ajudar com a questão estrutural e situacional, poderão pensar em alguma estratégia.  
617 14) Rodrigo Toledo concorda com a proposta, pois considera que as informações devem ser  
618 públicas, mas precisam compreender a lógica de organização da estrutura do setor e da  
619 Comissão. Há uma demanda intensa de atividades feitas pelas trabalhadoras e este  
620 levantamento, em especial da COE, demandará atividades, horas de trabalho, levantamento  
621 de informações que foram coletadas. De certa maneira, essas informações já vêm sendo  
622 estruturadas, e isso faz parte do processo de gestão do trabalho e das atividades feitas pela  
623 Comissão. Para serem publicizadas precisam estar melhor delineadas, melhor trabalhadas.  
624 Como foi destacado pelo conselheiro Vinícius Cesca, também é um trabalhador com  
625 dedicação de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, mas que possui flexibilidade de  
626 horário, que possibilitam que esteja em diversos turnos no CRP. Se trata de um  
627 levantamento trabalhoso e, caso essa seja a decisão do plenário, preciso deixar destacado  
628 que não é uma informação de levantamento rápido. 15) Maria Rozineti Gonçalves considera

629 que ninguém pensou que deveriam parar o trabalho da COE para fazer isso. Deve ser feito  
630 na medida das possibilidades. 16) Andrea Mataresi informa que esse levantamento já existe  
631 e não demanda trabalho. Demanda mais ao conselheiro Rodrigo Toledo, que precisará  
632 lapidar o dado, e não as trabalhadoras. O levantamento já tem, inclusive, números e, assim,  
633 entende que demanda pouco trabalho. Diz que o grupo fala de violências, mas a conselheira  
634 Regiane Piva, por exemplo, sempre a demandava que apresentasse questões da COE, sem  
635 ter podido se apresentar com antecedência, sem a educação que teve ao solicitar ao  
636 Rodrigo Toledo, entendendo que é algo que pode levar até dois meses para fazer.  
637 Precisava ter as informações na hora, porque assim o plenário a exigia. Solicitava em  
638 reuniões que a COF fizesse algumas atividades, mas a COF não fazia. Então, considera  
639 que, no mínimo, um plenário que fala tanto de violência deve entender que o que fez com  
640 ela quando estava à frente da COE foi violento, quando pediam números na hora, e ela  
641 precisava trazer esses estudos todos feitos e apresentar na hora. E, agora, dizem que é  
642 muito difícil. Concordará com o assessor jurídico, Paulo Hamilton, de que são dados que  
643 precisam estar prontos. Quando era presidente da COE, esses dados ficavam prontos e  
644 vinha para a plenária com eles prontos. Assim, quando algum coordenador de subsede lhe  
645 pedia as próximas CIs da região, no dia seguinte, o estudo e os prazos de todas as CIs  
646 eram encaminhados ao e-mail dele. A cada dois ou três meses, encaminhavam todos os  
647 estudos de todas as subsedes para todos deste plenário. Pede, então, que tenham o  
648 mesmo critério. Comenta que lhe exigiam coisas que agora não fazem. Pedir coisas da COE  
649 não é aumentar a demanda de trabalho. Há uma organização que tem que ser feita e tem  
650 que ser publicizada. Isso lhe era exigido por um ano inteiro e nunca se negou em dar a  
651 informação. Inclusive, vinha com essa informação pronta todas as vezes. 17) Maria Rozinetti  
652 Gonçalves entende que essa informação pode ser disponibilizada assim que for apurada  
653 pelo conselheiro. 18) Ivana do Carmo comenta que tem receio em não aprovarem o  
654 calendário nesta plenária. É a última plenária do ano e isso atrasará o andamento dos  
655 trabalhos no próximo ano. Considera que seria importante se deliberassem, ao menos, nos  
656 primeiros meses do ano, da forma como está, porque precisam continuar a fazer plenárias  
657 éticas e sabem onde está o gargalo no momento, que é com as/os conselheiras/os. Então,  
658 precisam se dispor a vir às plenárias éticas para realizar esse trabalho. E, considera que  
659 deveriam pensar em uma forma de solucionar isso, até conseguirem resolver o restante do  
660 calendário. 19) Maria Rozinetti Gonçalves comenta que se trata de uma questão importante  
661 e precisam ver como acatarão as sugestões para poderem encaminhar. 20) Vinicius Cesca  
662 comenta que alguns processos explicitam as imensas dificuldades de escuta. Ninguém  
663 propôs que não aprovassem o calendário. Ivana do Carmo foi a única que trouxe isso ao

664 debate. Reafirma, pois não sabe se a interpretação equivocada foi de sua fala, que da  
665 proposta de calendário, conforme foi apresentado, sua única demanda concreta que traz de  
666 sugestão de alteração é em relação às plenárias de julgamento. Então, das 3 (três) previstas  
667 para o período da tarde, sugere que 2 (duas) passem para o período da noite e que, feito  
668 isso, aprovem o calendário com essas alterações. Fez, somente, duas sugestões de  
669 alteração pontuais no calendário. As outras questões dizem respeito a como qualificam esse  
670 debate. Até porque apontou em diversos momentos em que aprovaram calendário com base  
671 em suposições que não levaram a um debate mais sistemático e aprofundado. Considera  
672 que isso diz respeito a maneira como organizam os processos. Nada disso diz respeito a  
673 aprovação do calendário, neste momento. Pessoalmente, defende que não podem sair  
674 desta plenária sem um calendário, pelo menos dos meses de janeiro e fevereiro, pensando  
675 nos prazos que tem de convocação de algumas pessoas. Mas, pessoalmente, acha que  
676 devem aprovar o calendário do semestre. Nada impede que em janeiro já alterem, assim  
677 como nos demais meses. Não estão assumindo aqui calendário que faremos de forma  
678 imutável. Considera, inclusive, que outras alterações deveriam ser pensadas e, por isso,  
679 acha que deveriam aprofundar o debate. Mas, não entende que não devam aprovar. Nesse  
680 sentido, faz questão dessas alterações pontuais de que dois dos três julgamentos passem  
681 para o período noturno, como tinha sido feito anteriormente. Suplementar a isso, que sejam  
682 feitos os levantamentos, estudos e debates que apontou, que entende que já estão  
683 registrados, mas pode repetir, se necessário. 21) Maria Rozineti Gonçalves comenta que  
684 está registrado e que as coisas não estão relacionadas, ficou claro. Assim, entende que  
685 devem seguir com o calendário. 22) Rodrigo Toledo informa que sua sugestão, na direção  
686 do exposto por Vinicius Cesca, é que possam apreciar o calendário, considerando a  
687 possibilidade de decidirem pela mudança para o horário noturno ou para a manutenção do  
688 horário da manhã. Mas, mantém os mesmos argumentos e acredita que continuam em  
689 período de experimentação, porque, também, experimentaram e, em tese, deu certo, tendo  
690 ocorrido as atividades. Considera que qualquer possibilidade que utilizem, sem os estudos,  
691 de fato, aprofundados, são experimentações. Sugere que primeiro deliberem sobre o  
692 calendário e, após, sobre as demais questões. 23) O fato de não terem colocado, por  
693 exemplo, duas plenárias no sábado à tarde, inviabiliza. Então, essa foi sua questão, que  
694 precisam viabilizar ao menos os meses de janeiro e fevereiro, para que consigam trabalhar  
695 de algum modo, até para que consigam fazer o entendimento de tudo que é necessário. 24)  
696 Maria Rozineti Gonçalves considera que o conselheiro Rodrigo Toledo é o presidente da  
697 Comissão de Ética e traz essa proposta e precisam respeitar seu posicionamento, que é  
698 baseado no que ele estudou. Se o plenário não concordar, podem não aprovar ou pedir que

699 seja feita a alteração conforme solicitou o conselheiro Vinicius Cesca. 25) Rodrigo Toledo  
700 comenta que fez um levantamento dos dados, mas não trouxe as informações para um  
701 debate mais aprofundado. Então, a informação que trouxe não é aleatória, é uma proposta  
702 estudada. 26) Maria Rozineti Gonçalves informa que entenderam dessa forma, que a  
703 proposta apresentada pelo conselheiro Rodrigo Toledo, inclusive anteriormente para a  
704 Diretoria, é uma proposta estudada. Nesse sentido, a única questão é se devem ou não  
705 fazer a alternância das plenárias de julgamento no período da tarde e da noite, conforme  
706 sugestão do conselheiro Vinicius Cesca. 27) Maria Rozineti Gonçalves sobre os estudos  
707 solicitados sobre COE e COF, entende que já conversaram com essas Comissões para que,  
708 na próxima plenária seja trazido o material. 28) Vinicius Cesca comenta que não foi  
709 colocado para deliberação do plenário, ainda que seja por uma questão de formalidade.  
710 Insiste que isso seja deliberado. Fez três sugestões de encaminhamento, que solicitou que a  
711 mesa diretoria colocasse para apreciação e deliberação do plenário. A mesa e o conselheiro  
712 Rodrigo Toledo fizeram considerações e entende que não houve nenhuma outra  
713 consideração contrária por parte do plenário, mas não foi deliberado. Um é que possa ser  
714 feito levantamento da justificativa apresentada nas plenárias éticas e de julgamento, com  
715 análise daquilo que é pontual e eventual e daquilo que é estrutural. Segundo, inserir na  
716 pauta das plenárias as razões para ausências nestas plenárias. Terceiro, que haja informe  
717 permanente sobre o andamento das atividades da COE e o volume de procedimentos, bem  
718 como, informe permanente análogo sobre o andamento das atividades de COF. Pede que  
719 essas questões sejam colocadas para deliberação do plenário. 29) Rodrigo Toledo solicita  
720 esclarecimento ao conselheiro Vinicius Cesca. Questiona ao conselheiro com o que a  
721 informação sobre o que é pontual, estrutural e situacional contribui com plenário, qual o  
722 objetivo dessa informação. Quer saber qual a lógica dessa informação, com o que contribui  
723 saber, por exemplo, que determinada/o conselheira/o não poderá vir porque está de férias  
724 ou em outra reunião. 30) Vinicius Cesca explica que, com isso, quer entender o potencial  
725 máximo de quórum. Dos atuais 28 (vinte e oito) conselheiras/os, podem ter o panorama que,  
726 por exemplo, 14 (quatorze) nunca poderão estar no sábado pela manhã, então o máximo de  
727 quórum que atingirão é 14 (quatorze). Nesse caso, 14 (quatorze) 'estruturalmente' não  
728 poderão vir. Acredita que somente analisar os dados de participação, como tem sido feito há  
729 bastante tempo, pode camuflar o cenário. Sabendo-se a priori que o quórum máximo em  
730 determinado horário é de 14 (quatorze) conselheiras/os, pode-se abandonar a ideia de fazer  
731 plenárias concomitantes, nesse horário. Esses dados podem ajudar a construir essa análise.  
732 31) Rodrigo Toledo informa que não entende o que saber sobre o que é eventual e pontual  
733 pode ajudar nessa análise. 32) Vinicius Cesca relata que quando falou em distinguir não

734 estava interessado nas demais informações ou nenhuma consequência da informação do  
735 evento pontual. Apenas distinguir o que é estrutural, pois do que é eventual, há a  
736 possibilidade, de em outra plenária no mesmo horário a pessoa comparecer, ainda podem  
737 ser consideradas para o potencial máximo de quórum. Apenas, não quer que se confunda o  
738 que é estrutural, daquilo que é eventual, para que possam ter, com precisão, o potencial  
739 máximo. 33) Rodrigo Toledo diz que podem fazer um levantamento e questionar cada  
740 conselheiro sobre qual a disponibilidade real de participar das plenárias. Dessa forma,  
741 somente será questionada a disponibilidade real de cada um. Poderá fazer esse  
742 levantamento por e-mail e a pactuação é que todas as pessoas respondam os  
743 questionamentos no prazo. 34) Vinicius Cesca retoma que há, ainda, a questão da  
744 solicitação de pauta permanente de COE e de COF. 35) Maria Rozinetti Gonçalves diz que o  
745 plenário tem sentido falta dessas informações. Ela mesma, enquanto membro de COF,  
746 gostaria de ter essas informações. Por isso, pensaram nesse caminho de já iniciar o ano  
747 trazendo esses dados. Os membros de COE e de COF têm pleno acordo com este ponto,  
748 mas encaminharão para deliberação da plenária. 36) Vinicius Cesca diz que, quando  
749 apresentou sua sugestão, o fez de maneira mais flexível. Não sabe se é necessário ter um  
750 informe a cada plenária, como uma pauta permanente e sim que haja informe de forma  
751 permanente. Podem pensar, inclusive, nas estratégias disso. Se colocarem como ponto de  
752 pauta, se será encaminhado de outra maneira, se será todo mês, de forma bimestral, ou se  
753 em um mês fazem de COE e COF e no outro de CPP e CDH, se fazem de COE em um mês  
754 e de COF no outro, considera que ainda podem pensar sobre isso, desde que a informação  
755 seja permanente. Como disse anteriormente, entende que essas informações devem ser  
756 públicas. Entende que já acertaram sobre ter essa informação de forma permanente, mas  
757 que podem discutir a forma de apresentá-la. Não faz questão de fecharem, neste momento,  
758 o formato. 37) Beatriz Brambilla informa que vem conversando sobre estratégias de  
759 compartilhamento de informação. Na linha proposta por Vinicius Cesca, gostaria de  
760 conversar com este coletivo se durante a plenária de janeiro, ou em uma eventual plenária  
761 extraordinária, colocam como ponto de discussão o funcionamento dos núcleos e das  
762 comissões, para que possam, efetivamente, conversar sobre isto. Enquanto Comissão de  
763 Políticas Públicas e Crepop, estão elaborando um relatório para disponibilizar para todas/os  
764 conselheiras/os e que pode ser público, também. Ele pode ter todas as informações da CPP  
765 ou, até mesmo, do Conselho de maneira geral. Sugere que façam uma plenária  
766 extraordinária, com pauta única, sobre essa estratégia de compartilhamento do que está  
767 acontecendo nas Comissões e nos Núcleos. Com caráter de pensarem juntos quais são as  
768 pautas prioritárias, como organizar. Quería trazer este encaminhamento por que acho

769 bastante importante a gente construir um espaço para debater algumas temáticas  
770 específicas. 38) Rodrigo Toledo entende que compartilharão as informações, mas que deixa  
771 registrado que não participará da plenária de janeiro, devido a compromissos de seu estudo.  
772 Já havia, inclusive, comunicado a Diretoria sobre isso. Então, provavelmente não estará  
773 presente para trazer informações da COE na plenária de janeiro. 39) Andrea Mataresi  
774 concorda com a conselheira Beatriz Brambilla e acredita que a ideia de pedir uma plenária  
775 extraordinária é fundamental para que possam compartilhar, não no sentido policaiesco,  
776 mas no sentido de apresentar o que cada núcleo está fazendo. E, pode ser indicativo que,  
777 dessa plenária extraordinária, definam quando fazer esses informes, ou seja, que essa  
778 plenária extraordinária defina com que frequência irão apresentar isso. Faz esse adendo à  
779 proposta de Beatriz Brambilla. Não precisa ser em janeiro. Pode ser em fevereiro. Quanto  
780 ao Rodrigo Toledo, não acredita ser possível fazer esse estudo todo até a plenária de  
781 janeiro, ainda que ele viesse. Trata-se de um estudo gigantesco, então, entende que pode  
782 ser até fevereiro ou março. **Encaminhamentos: 1)** O plenário tem consenso na alteração do  
783 calendário, com a alternância das plenárias de julgamento entre o período vespertino e  
784 noturno. Dessa forma, a plenária de julgamento de março, será no período noturno, a de  
785 abril no período vespertino e a de maio no período noturno. Com essa alteração, o plenário  
786 aprova o calendário, da seguinte forma: Janeiro: Plenárias Éticas - dia 12 (sexta-feira), nos  
787 períodos da tarde (14 horas às 17 horas e 30 minutos) e da noite (das 18 horas e trinta  
788 minutos às 22 horas); Plenária Ordinária – dia 19 (sexta-feira), das 18 horas às 23 horas e  
789 trinta minutos; Planejamento Estratégico - dia 20 (sábado), o dia todo. Fevereiro: Plenárias  
790 Éticas – dia 16 (sexta-feira), duas sessões, nos períodos da tarde (14 horas às 17 horas e  
791 30 minutos) e da noite (das 18 horas e trinta minutos às 22 horas) e dia 23, duas sessões,  
792 nos períodos da tarde (14 horas às 17 horas e 30 minutos) e da noite (das 18 horas e trinta  
793 minutos às 22 horas); Plenária Ordinária – dia 24 (sábado), das 09 horas às 17 horas.  
794 Março: Encontro de Sede e Subsedes e Fórum de Gestores – dias 09 e 10 (sexta-feira e  
795 sábado); Plenárias Éticas – dia 16 (sexta-feira), duas sessões, nos períodos da tarde (14  
796 horas às 17 horas e 30 minutos) e da noite (das 18 horas e trinta minutos às 22 horas); dia  
797 23 (sexta-feira), das 14 horas às 17 horas e 30 minutos; Plenária de Julgamento Ético – dia  
798 23 (sexta-feira), das 18 horas às 22 horas; Plenária Ordinária – dia 24 (sábado), das 09  
799 horas às 17 horas. Abril: Plenárias Éticas – dia 06 (sexta-feira), das 14 horas às 17 horas e  
800 30 minutos; dia 07 (sábado), das 09 horas às 13 horas; dia 13 (sexta-feira), das 18 horas e  
801 30 minutos às 22 horas; Plenária de Julgamento Ético – dia 13 (sexta-feira), das 14 horas às  
802 18 horas; Plenária Ordinária – dia 14 (sábado), das 09 horas às 17 horas. Assembleia Geral  
803 Ordinária – dia 06 (sexta-feira), das 19h30 às 22h. Mai: Plenárias Éticas – dia 04 (sexta-

804 feira), duas sessões, nos períodos da tarde (14 horas às 17 horas e 30 minutos) e da noite  
805 (das 18 horas e trinta minutos às 22 horas); dia 18 (sexta-feira), das 14 horas às 17 horas e  
806 trinta minutos; Plenária de Julgamento Ético – dia 18, das 18 horas às 22 horas; Plenária  
807 Ordinária – dia 19 (sábado), das 09 horas às 17 horas. Junho: Plenárias Éticas – dia 15  
808 (sexta-feira), duas sessões, nos períodos da tarde (14 horas às 17 horas e 30 minutos) e da  
809 noite (das 18 horas e trinta minutos às 22 horas); dia 29 (sexta-feira), duas sessões, nos  
810 períodos da tarde (14 horas às 17 horas e 30 minutos) e da noite (das 18 horas e trinta  
811 minutos às 22 horas). Plenária Ordinária – dia 16 (sábado), das 09 horas às 17 horas.  
812 Encontro de Sede e Subsedes e Fórum de Gestores – dias 29 e 30 (sexta-feira e sábado).

813 **2)** Unanimemente, o plenário aprova que a COE faça um levantamento sobre as  
814 disponibilidades reais das/os conselheiras/os, para que seja possível definir o potencial  
815 máximo de quórum das plenárias éticas em cada dia e período. **3)** O plenário delibera que a  
816 COE e a COF deverão trazer estudos qualificados sobre o andamento dos trabalhos, para  
817 que possam discutir nas plenárias de janeiro ou fevereiro de 2018. **4)** Aprova-se ainda o  
818 indicativo de realização de uma Plenária Extraordinária com a finalidade de compartilhar o  
819 andamento dos trabalhos dos Núcleos e Comissões. **5)** Na plenária ética do dia anterior,  
820 indicaram três pedidos de reconsideração, cujos responsáveis pela apresentação são  
821 Clarice Pimentel Paulon, Ed Otsuka e Aristeu Bertelli da Silva, para o mês de janeiro. Como  
822 não havia calendário aprovado, não era possível definir a data. Com o calendário aprovado,  
823 esses pedidos deverão passar durante a plenária ética agendada para o dia 12 de janeiro.

824 **III) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** - A conselheira  
825 secretária submeteu ao plenário a apreciação dos processos das pessoas física e jurídica  
826 inscritas neste CRP SP. **Encaminhamento:** Foram subscritos os seguintes processos:  
827 Pessoa física - 149 (cento e quarenta e nove) inscrições novas, 69 (sessenta e nove)  
828 reativações, 11 (onze) inscrições secundárias, 19 (dezenove) inscrições por transferência,  
829 190 (cento e noventa) cancelamentos a pedido, 16 (dezesesseis) cancelamentos por  
830 transferência e 01 (um) cancelamento de inscrição secundária. Pessoa jurídica – 30 (trinta)  
831 registros, 07 (sete) cadastros, 05 (cinco) alterações contratuais e 09 (nove) cancelamentos a  
832 pedido. Total geral de processos aprovados para pessoas física e jurídica: 506 (quinhentos  
833 e seis), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **IV) APRECIÇÃO DE**  
834 **TÍTULO DE ESPECIALISTA** – O plenário tomou conhecimento da relação de psicólogas/os  
835 para aprovação do título de especialistas. **Encaminhamento:** Na modalidade Residência  
836 Multiprofissional deferiu-se 01 (um) na área de Saúde. Cursos Credenciados deferiu-se: 01  
837 (um) na área da Psicologia do Trânsito, 01 (um) em Psicologia Clínica, e 06 (seis) em  
838 Neuropsicologia. Na modalidade Cursos IES homologou-se: 05 (cinco) em Psicologia do

839 Trânsito, 09 (nove) em Psicologia Clínica, 01 (um) em Psicologia Hospitalar, 01 (um) em  
840 Psicologia Social, 02 (duas) em Neuropsicologia e 02 (dois) em Psicologia da Saúde. Sendo  
841 assim, o total geral de títulos de especialistas ratificados representa 29 (vinte e nove),  
842 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **V) CREDENCIAMENTO DE SITES -**  
843 Foram analisados 21 (vinte e um) processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu  
844 parecer favorável a 14 (quatorze) pedidos, com protocolos: 506245843 (5233/J 78129),  
845 506442132 (06/91085), 506643365 (06/126193), 806145518 (06/131892), 806345074  
846 (06/62597), 306343223 (06/121468), 106045068 (06/123915), 106245866 (06/25510),  
847 506017346 (06/120958), 706110735 (06/27595), 475 (06/6585), 106742841 (06/116101),  
848 706145961 (06/136309), 206716480 (06/118434). Concedeu parecer desfavorável a  
849 solicitação de obtenção de selo para pedido com protocolo 106244343 (06/131282).  
850 Concedeu parecer não se aplica a 5 (cinco) pedidos com protocolos: 206009550 (06/51344),  
851 306745551 (116183), 006446005 (06/138414), 006244701 (06/123778) e 606844743  
852 (06/118847). Concedeu parecer de cancelamento para o pedido com protocolo 106244343  
853 (06/131282), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **VI) PRIORIZAÇÃO DA**  
854 **PAUTA** – Guilherme Raggi informa que iniciarão os pontos políticos da pauta, que  
855 demandarão avaliação e deliberação. O primeiro desses pontos é o Orçamento, que volta à  
856 discussão após as discussões nas plenárias anteriores. O ponto do Planejamento  
857 Estratégico consta como Informe e será apresentado pelo convidado Márcio Cruz, quando  
858 ele chegar para participar da plenária, por volta das 12 horas e 30 minutos, será uma  
859 apresentação rápida. Além desses, indica que também deve ser priorizado o ponto que traz  
860 a pauta da APAF. Relata que, sobre esse ponto, de maneira geral, o CFP fez junto aos  
861 Regionais a tentativa de reduzir os pontos remanescentes, por meio da discussão através  
862 dos GTs. Considerações dos presentes: 1) Bruna Lavinias Jardim Falleiros informa que  
863 recebeu do conselheiro Márcio Magalhães uma mensagem em que informava que  
864 encaminhou um pedido de renúncia na segunda-feira e que não consta na pauta. Assim,  
865 pela ordem, pede que seja acrescido esse pedido à pauta. 2) Vinicius Cesca de Lima,  
866 considerando que Marcio Cruz ainda não chegou, solicita que antes dos demais pontos, o  
867 que é mais do campo homologatório e que tenham questões de prazos. Assim, há a questão  
868 trazida por Bruna Falleiros, sobre a homologação da renúncia do conselheiro Márcio  
869 Magalhães e, além disso, sugere que passem os pontos das Sindicâncias antes dos demais,  
870 pois há prejuízo se não for feito nesta data e entende que são questões rápidas. Então, sua  
871 solicitação é que incluam nas priorizações essas três questões. 3) Guilherme Raggi pontua  
872 que há, então, cinco pontos indicados para priorização, sendo dois deles apontados como  
873 pontos de rápida discussão, que são o da renúncia do conselheiro Márcio Magalhães e das

874 Sindicâncias, que possivelmente não precisam de discussão. O ponto do Planejamento  
875 Estratégico tem limite de horário, devido à disponibilidade de Márcio Cruz, e acredita que o  
876 ponto do Orçamento também não demorará muito, entende que o ponto da APAF será o  
877 principal ponto de discussão do período da tarde. Sua proposta é que sigam com o ponto da  
878 renúncia e das Sindicâncias e, na sequência, iniciem o ponto do Orçamento. Quando Márcio  
879 Cruz chegar, interrompem a discussão, para discutir Planejamento Estratégico, e depois  
880 voltam a discussão em que estavam seguindo, por último, para a discussão sobre a APAF.  
881 Questiona se o plenário acorda a ordem proposta. 4) Vinicius Cesca diz que gostaria de  
882 deixar registrado que há um ponto encaminhado por um conjunto de conselheiras/os,  
883 “Política de Participação, Transparência e Rigor na Gestão do CRP SP” e, na plenária de  
884 novembro de 2016, foi deliberado que em um ano discutiriam essa política. Entende que não  
885 farão a discussão nesta data, com base em pactos que já fizeram em outros momentos, de  
886 que plenárias que antecedem a APAF devem dar conta desta discussão, para que não  
887 tenham prejuízos coletivos na representação do CRP SP na Assembleia, se o plenário não  
888 discutir o que será levado do CRP SP para a ocasião. Mas, registra que tinham uma  
889 deliberação que indicava um prazo, que era o prazo de um ano para que fizessem, ou seja,  
890 deveria ser discutido nesta plenária. Faz o registro para que possam pensar o lugar que  
891 essa pauta assumiria na plenária de janeiro, em respeito ao que já deliberaram. 5)  
892 Guilherme Raggi diz que o subsídio desse ponto deve ser encaminhado para ciência de  
893 todos, para maior apropriação para discussão na próxima plenária. 6) Entende importante  
894 que os subsídios circulem para todas/os e que se tenha isso como critério, de que toda vez  
895 que um ponto tiver subsídios, que esses sejam encaminhados com antecedência para o  
896 plenário, mas também que sempre que houver indicação de novos pontos, que encaminhem  
897 subsídios mínimos. E que, tão logo o ponto seja incluído na pauta, que os materiais de  
898 subsídio sejam encaminhados, como aconteceu com o envio da proposta de calendário e  
899 com a proposta de orçamento, que estão nesta pauta. Não tem expectativa de que o ponto  
900 apontado seja discutido hoje, mas que se tenha esse indicativo, para pensarem na  
901 priorização nas próximas plenárias. Concorda que o subsídio seja enviado, não somente  
902 neste caso, mas em todos em que for possível. 7) Rodrigo Toledo comenta que entende que  
903 os pontos indicados para serem os dois primeiros sejam pontos rápidos, mas entende que o  
904 Orçamento seja o ponto prioritário. Sugere, assim, que façam a inversão: iniciassem com a  
905 discussão sobre o Orçamento e, na sequência, os outros dois pontos. Seguindo a sugestão  
906 anterior, de que, o Márcio Cruz chegando, interrompem a discussão para o ponto do  
907 Planejamento Estratégico e depois retomem a discussão. 8) Vinicius Cesca sugere que  
908 trabalhem com os cinco pontos elencados: a) Pedido de renúncia do conselheiro Marcio

909 Magalhães, b) Sindicâncias; c) Orçamento; d) Planejamento Estratégico; e, e) APAF, mas,  
910 ao contrário de Rodrigo Toledo, sugere que façam na ordem elencada, por entender que  
911 também tem prazo, que também tem prioridade e são pontos mais rápidos do que o  
912 Orçamento. Uma vez esses pontos esgotados, que refaçam a discussão de prioridade e,  
913 nesta discussão, que considerem esse encaminhamento da plenária de dezembro de 2016,  
914 sobre a “Política de Participação, Transparência e Rigor na Gestão do CRP SP”, porque se  
915 não conseguirem discutir nesta data, fica o indicativo de prioridade para a plenária de  
916 janeiro. 9) Rodrigo Toledo fazem a discussão desses cinco pontos e, depois, repactuam os  
917 outros. Não deixam nenhum compromisso porque precisariam olhar os materiais para tomar  
918 a decisão. 10) Maria Rozineti Gonçalves apresenta como proposta que se discuta o  
919 Orçamento inicialmente, inclusive porque estão com um convidado para isso. Seguido por  
920 Planejamento Estratégico, uma vez que o consultor convidado também virá por volta das  
921 treze horas, seguido pelos pontos das Sindicâncias, APAF e homologação da renúncia,  
922 junto com as recomposições. 11) Clarice Pimentel Paulon entende que devem votar as três  
923 propostas de ordem da pauta. A renúncia é somente uma homologação, não sabe por que  
924 colocar para depois. Do ponto do Orçamento, informa que têm muitas coisas para discutir,  
925 porque analisaram as planilhas encaminhadas na noite do dia anterior. Não vê o porquê da  
926 alternância, uma vez que a renúncia é somente uma declaração, não há o que se discutir,  
927 mas o conselheiro já encaminhou sua solicitação, ele não está presente, mas não tem  
928 porque o plenário discordar de uma posição dele. Considera que é violento que fiquem  
929 postergando a homologação de renúncia em prol de um movimento político, uma vez que a  
930 pessoa está em sofrimento, fazendo essa solicitação há tempos. 11) Rodrigo Toledo retira  
931 sua proposta de priorização da pauta. 12) Vinicius Cesca diz que não há como fazer a  
932 Comissão de Sindicância antes da homologação da renúncia, uma vez que o conselheiro  
933 que solicita renúncia é membro da Comissão de Sindicância. Se fizerem nessa ordem, terão  
934 que retornar para o ponto Sindicância. Fica com a impressão de que supõem que a  
935 discussão do Orçamento será breve, mas ele possui nove destaques do arquivo  
936 encaminhado na noite anterior. Então, sugere que sigam com os pontos breves e, depois,  
937 sigam com a prioridade indicada pela mesa. 13) Maria Rozineti informa as **propostas de**  
938 **priorização:** **1ª)** Ordem: Pedido de renúncia do conselheiro Márcio Magalhães;  
939 Sindicâncias; Orçamento; Planejamento Estratégico; e, APAF; e **2ª)** Ordem: Orçamento;  
940 Planejamento Estratégico, APAF, Renúncia do conselheiro Márcio Magalhães; e,  
941 Sindicâncias. 14) Vinicius Cesca comenta que há uma irrazoabilidade na proposta defendida  
942 por Maria Rozineti Gonçalves: se passarem o restante da tarde discutindo APAF, que é um  
943 ponto importante, perdem a possibilidade de prorrogar o prazo de duas Comissões de

944 Sindicância, que estão com prazo vencendo. Não vê porque deixar esses pontos para após  
945 a discussão da APAF. Poderiam já ter feito esses pontos breves, se não estivessem nesta  
946 discussão. Deixar para depois do ponto da APAF é correr o risco de não conseguirem fazer  
947 a prorrogação. Supõe que não é o ponto das Sindicâncias que querem deixar para depois,  
948 mas não dá para fazer da forma como a conselheira está apresentando. 15) Maria Rozinetti  
949 Gonçalves pondera que o plenário deve ter o compromisso de tempo na discussão do ponto  
950 da APAF, porque não podem deixar de discutirem os pontos das Sindicâncias. Deve haver  
951 compromisso de todos que farão todos esses pontos. 16) Vinicius Cesca pondera que esse  
952 acordo proposto por Maria Rozinetti Gonçalves permite qualquer arranjo, uma vez que diz  
953 que todos os pontos serão contemplados. 17) Maria Rozinetti Gonçalves esclarece que está  
954 defendendo a ordem que priorize os convidados. 18) Andrea Mataresi informa que não  
955 ficará depois do horário e pode não haver quórum. Parece-lhe que não é de interesse que  
956 passem os pontos da Sindicância. Ivani Francisco de Oliveira tem prejudicado a Sindicância  
957 que compõe, Guilherme Raggi é presidente da outra Comissão de Sindicância e não marcou  
958 reunião. Parece que há um prejuízo a essas Sindicâncias. A renúncia apenas precisa ser  
959 homologada, mas estão tentando ganhar tempo para falar com o conselheiro Márcio  
960 Magalhães, porque precisam ser orientados do que fazer. Reclama que a conselheira Maria  
961 Rozinetti Gonçalves tenta impedir sua fala. Até um mês antes de assumir a Diretoria, Maria  
962 Rozinetti afirmava não saber ser conselheira. 18) Maria Rozinetti Gonçalves diz que a  
963 conselheira Andrea Mataresi não está mantendo o decoro. 19) Andrea Mataresi diz que tem  
964 o direito de não manter o decoro, uma vez que a própria Maria Rozinetti não mantém. Indica  
965 que a homologação precisa ser feita porque a renúncia já foi solicitada pela terceira vez pelo  
966 conselheiro. Diz que o grupo político do Cuidar não respeita a saúde mental de conselheiro  
967 do próprio grupo. Está registrado em ata que é a terceira vez que ele solicita renúncia.  
968 Querem impedir a renúncia para contar número de votos. Caso não passem a homologação,  
969 informa que será judicializado. 20) Maria Rozinetti registra que Andrea Mataresi está  
970 impedindo os trabalhos. 21) Andrea Mataresi pede que se registre que a mesa diretora não  
971 quer fazer a discussão acerca das sindicâncias, que contratam pessoas sem debater na  
972 plenária, que seja registrado tudo isso. 22) Ivani Francisco de Oliveira indica que a  
973 discussão sobre a renúncia deve anteceder a Sindicância, porque impacta sobre ela. Ainda,  
974 solicita que Andrea Mataresi especifique a acusação de que está prejudicando a Comissão  
975 de Sindicância da qual é membro. Aberto à votação: 5 (cinco) votos favoráveis a primeira  
976 proposta de priorização, cuja ordem dos pontos é: Pedido de renúncia do conselheiro Márcio  
977 Magalhães; Sindicâncias; Orçamento; Planejamento Estratégico; e, APAF; e, 12 (doze)  
978 votos favoráveis à segunda proposta de priorização, cuja ordem é: Orçamento;

979 Planejamento Estratégico; APAF; Renúncia do conselheiro Márcio Magalhães; e,  
980 Sindicâncias. Dessa Forma, o plenário define que a ordem de discussão dos pontos de  
981 pauta será 1) Orçamento; 2) Planejamento Estratégico; 3) APAF; 4) Renúncia do  
982 conselheiro Márcio Magalhães; e, 5) Sindicâncias. **VII) Assuntos Financeiros – 7.1)**  
983 **Orçamento** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira informa que foi enviado para as/os  
984 conselheiras/os, no dia anterior, a proposta de orçamento. Não é a primeira vez que  
985 discutirão esse assunto em plenária. Já foi explicitado anteriormente quais foram os  
986 problemas identificados e quais as questões no departamento onde encontraram os  
987 problemas. Assim, fará uma apresentação rápida, salientando, inicialmente, que o  
988 orçamento é a expressão desse planejamento político-administrativo que fazem na  
989 autarquia, e é feito com princípios técnicos e não como um exercício de futurologia. São  
990 usadas algumas informações reais para produzir estimativas para o próximo período.  
991 Dessas estimativas, como apontou anteriormente, na época de confecção desse orçamento  
992 originalmente, a base era de 88.806 (oitenta e oito mil e oitocentos e seis) psicólogas/os  
993 pagantes, ativos e não isentos da anuidade. Com base no que foi arrecadado este ano e no  
994 histórico, há uma expectativa de um total de 1.800 (mil e oitocentas) entidades de pessoas  
995 jurídicas, e, para o próximo ano, a expectativa é que tenham mais 2.800 (duas mil e  
996 oitocentas) ativas e pagantes. Aponta que a Assembleia aprovou um valor de anuidade de  
997 R\$ 452,20 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos). Como apresentou  
998 anteriormente, há a nova política de desconto, que dá 10% de desconto para pagamento  
999 antecipado em janeiro e 5% para pagamento antecipado em fevereiro. Isso também foi  
1000 considerado dentro da expectativa, de acordo com o quantitativo de pessoas que  
1001 tradicionalmente pagam nessa época. Como já fez essa apresentação anteriormente, irá  
1002 apenas passar alguns pontos relevantes. Considerou-se, ainda, a anuidade para os novos  
1003 inscritos, cujo pagamento de cota única terá de 20% de desconto, taxa de 7% ao ano do  
1004 CDB e cálculo de inadimplência em torno de 25,59%. Também, como já havia sido  
1005 apresentado anteriormente, o Cálculo de Cota parte será de 20% sobre toda a arrecadação,  
1006 o fundo de sessões de R\$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos) para cada inscrição e  
1007 fundo de revista de 5% sobre a inscrição de pessoa física. Na produção deste documento,  
1008 tinha uma variação de NPC de 2,07% ao ano, sendo utilizado na mudança de orçamento  
1009 para 2018, para reajustar, precisamente, à folha de pagamento. Foi projetado o anuênio e o  
1010 aumento real para o dissídio das pessoas na faixa de 2%, sendo que já foi feito um  
1011 adiantamento de 0,5%, para depois conceder os 1,5%, futuramente. Foi projetado, também,  
1012 um dispêndio de 13,5% da receita líquida com investimento na área de informática do CRP  
1013 SP. E, como sempre tem sido feito, a proposta de orçamento está dividida em 6 (seis) áreas:

1014 pessoal civil, apoio funcional, investimento e inversões, ações políticas estaduais e  
1015 subsedes e fundo de reserva. O CRP SP terá de Receita Bruta R\$ 74.864.744,36 (setenta e  
1016 quatro milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e  
1017 trinta a seis centavos), considerando a série histórica e o real observado neste ano, haverá  
1018 uma dedução de R\$ 34.214.189,37 (trinta e quatro milhões, duzentos e quatorze mil, cento e  
1019 oitenta e nove reais e trinta e sete centavos), o que deixaria um total de R\$ 40.640.555,00  
1020 (quarenta milhões, seiscentos e quarenta mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais).  
1021 Entretanto, há um superávit que está sendo deixado sistematicamente para a compra de  
1022 imóveis, e, assim, há para a receita líquida efetiva R\$ 27.197.975,00 (vinte e sete milhões,  
1023 cento e noventa e sete mil, novecentos e setenta e cinco reais). Dessas despesas, salienta  
1024 que há a projeção de R\$ 15.681.001,67 (quinze milhões, seiscentos e oitenta e um mil, um  
1025 real e sessenta e sete centavos) para o pessoal civil, R\$ 5.615.657,11 (cinco milhões,  
1026 seiscentos e quinze mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e onze centavos) para apoio  
1027 funcional, investimentos em inversão na assembleia que correspondem ao valor que está  
1028 sendo creditado sistematicamente para o imóvel no valor de R\$ 3.442,580,00 (três milhões,  
1029 quatrocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e oito reais); investimentos em inversão do  
1030 ano corrente no valor de R\$ 1.045.457,99 (um milhão, quarenta e cinco mil, quatrocentos e  
1031 cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos) e, com base em tudo isso, o valor para as  
1032 ações políticas para o próximo ano será de R\$ 4.442.695,23 (quatro milhões, quatrocentos e  
1033 quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e três centavos) o que  
1034 equivale aos 10% da receita líquida não real, considerando que há as questões de  
1035 investimentos e inversões. Considerando que isso já foi passado em outras plenárias,  
1036 salienta partindo do pressuposto que o orçamento não é uma peça similar à prestação de  
1037 contas, ele é uma peça que usa dados reais para projetar um futuro, mas que é manejável.  
1038 Considera fazer alguns apontamentos, também já enviados ao Plenário e que dizem  
1039 respeito a questões apresentadas anteriormente sobre alguns problemas que tiveram nas  
1040 planilhas e na peça orçamentária enviada inicialmente. Na área de pessoal civil, informa que  
1041 algumas informações foram apresentadas anteriormente, e que foram produzidas algumas  
1042 correções. Por exemplo, foi discutido na plenária passada a questão do adicional por tempo  
1043 de serviço, comparando com aquilo que foi orçado de 2016 para 2017 e o que estão  
1044 orçando de 2017 para 2018; originalmente, esse orçamento era de aproximadamente R\$  
1045 847.000 (oitocentos e quarenta e sete mil reais) e, para o próximo ano, foi orçado  
1046 R\$339.000 (trezentos e trinta e nove mil reais). O que havia acontecido, como já foi  
1047 explicado, é que houve uma diferença na construção da peça orçamentária no Excel, que é  
1048 um procedimento bem rudimentar, inclusive, e que foi adequado, corrigido, também, pelo

1049 índice de inflação que estão esperando. Dessa forma, ficou um total de R\$ 880.000  
1050 (oitocentos e oitenta mil reais). É importante lembrar, também, a metodologia de construção  
1051 desses dados, sendo bem importante para alguns dos pontos que irá apresentar. O que a  
1052 contabilidade faz é um procedimento técnico, tanto que é assinado pelo contador, ele pega o  
1053 uso financeiro do Conselho nos primeiros 7 (sete) meses do ano, faz um media disso para  
1054 entender como foi o gasto nesse período e projeta para 12 (doze) meses e meio,  
1055 considerando que haverá o 13º e que alguns dispêndios também são considerados, por isso  
1056 o 'meio'. Em peçoal civil houve o caso do problema ocorrido com a planilha de Excel, no  
1057 abono e na projeção do terço de férias, que tinham R\$ 380.000 (trezentos e oitenta mil  
1058 reais) para 2017 e havia sido orçado R\$ 164.000 (cento e sessenta e quatro mil reais) para  
1059 2018, originalmente e que foi corrigido para R\$ 403.000 (quatrocentos e três mil reais),  
1060 aproximadamente. De férias, havia sido apontado R\$999.000,00 (novecentos e noventa e  
1061 nove mil reais) deste ano e, para o ano que vem, fica corrigido para R\$1.064.000 (um milhão  
1062 e sessenta e quatro mil reais). É importante salientar que os valores da conta total não se  
1063 alteraram, o que é muito importante. O peçoal civil é uma parte fundamental para o  
1064 funcionamento da autarquia, assim, qualquer ato inesperado, qualquer coisa que aconteça,  
1065 como, por exemplo, um grupo de trabalhadoras/es engravidarem e tiverem filhos, será  
1066 remanejado o orçamento para que o auxílio creche seja fornecido. É uma questão bastante  
1067 importante. De Outras Receitas Correntes, haviam orçado para o ano de 2017 o valor de R\$  
1068 2.000.000 (dois milhões de reais) e, para 2018, originalmente foi orçado como R\$ 833.000  
1069 (oitocentos e trinta e três mil reais), mas houve um problema da formulação na planilha do  
1070 Excel, sendo corrigido de acordo com preceitos do plenário, tendo o valor agora de R\$  
1071 3.340.000 (três milhões e trezentos e quarenta mil reais). Na área de Ações de Pessoas  
1072 Jurídica, há alguns apontamentos, especialmente, se tiverem visto o documento enviado. A  
1073 área de peçoal jurídica corresponde aos serviços que contrataram, o que foi trabalhado ao  
1074 longo do ano. O orçamento é baseado em um dado real retirado do uso do recurso do ano  
1075 de 2016. O ano de 2016 foi um ano atípico, pois é um ano de eleição, de COREP's e  
1076 atividades dessa natureza e que acontecem, em geral, no primeiro semestre. Portanto, os  
1077 dispêndios financeiros inflam um pouco a percepção de custo daquela época. Em utensílios  
1078 domésticos havia sido orçado R\$ 3.600 (três mil e seiscentos reais) para 2017 e, havia um  
1079 orçamento inicial de R\$ 9.000 (nove mil reais) mil para 2018. Com a correção feita, o  
1080 orçamento ficou em R\$ 6.206,72 (seis mil, duzentos e seis reais e dois centavos). Para  
1081 artigos e materiais de conservação de bens, móveis e imóveis, que inicialmente haviam sido  
1082 orçados em R\$ 21.000 (vinte e um mil reais) e, para este ano, ficou orçado em R\$ 134.000  
1083 (cento e trinta e quatro mil reais), e, agora, foi corrigido para R\$ 34.000 (trinta e quatro mil

1084 reais).  Materiais de Instalação Elétrica  que havia sido orçado para cerca de R\$ 2.000,00  
1085 (dois mil reais), havia sido orçado agora para 2018 R\$ 12.000 (doze mil reais), e foi corrigido  
1086 para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).  Locação de Bens Moveis, Maquinas e Equipamentos ,  
1087 que para 2017 estava orçado como R\$ 100.000,00 (cem mil reais), foi orçado para 2018,  
1088 inicialmente, em R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e, agora, foi readaptado  
1089 para R\$ 356.000,00 (trezentos e cinquenta e seis mil reais). Para  Locação de bens e móveis   
1090 não houve alteração do orçado para este ano, assim, originalmente para o ano de 2017 foi  
1091 orçado um valor de R\$ 83 mil (oitenta e três mil reais) e, para o ano de 2018, orçado em R\$  
1092 120.000 (cento e vinte mil reais), não havendo necessidade de correção neste caso. Para  
1093  Conservação de bens e móveis , havia sido orçado originalmente, para 2017, R\$ 66.000  
1094 (sessenta e seis mil reais), para o ano de 2018, R\$ 102.000 (cento e dois mil reais) e  
1095 corrigida agora para R\$72.000 (setenta e dois mil reais).  Serviços de Telecomunicações ,  
1096 que já era, para 2017, de R\$ 556.000 (quinhentos e cinquenta e seis mil reais), foi orçado  
1097 para 2018 em R\$ 208.000 (duzentos e oito mil reais), e, corrigido agora para R\$ 598.000,00  
1098 (quinhentos e noventa e oito mil reais).  Serviços de Limpeza , que originalmente foi orçado  
1099 em R\$ 653.000,00 (seiscentos e cinquenta e três mil reais), para 2017 e que havia sido  
1100 orçado em R\$ 265.000 (duzentos e sessenta e cinco mil reais) para 2018 e, agora, corrigido  
1101 para R\$ 678.000 (seiscentos e setenta e oito mil reais).  Serviço de Jardinagem , que tinha  
1102 um valor de R\$7.000 (sete mil reais) mil para 2017 e que havia sido orçado em R\$13.000  
1103 (treze mil reais) e agora foi corrigido para R\$12.000 (doze mil reais). Salienta, mais uma vez,  
1104 que o orçamento, como um todo, não sofre alteração com essa realocação dos valores.  
1105 Para  Ações Políticas , reforça que há um fator importante, a parte relativa a apoio a eventos  
1106 na área da Psicologia tinha originalmente um orçamento de R\$174.000 (cento e setenta e  
1107 quatro mil reais) e encontraram no orçamento um valor de R\$349.000 (trezentos e quarenta  
1108 e nove mil reais). Há um fator importante, pois a estratégia contábil de construção desta  
1109 peça leva em consideração dados reais que foram elencados ao longo deste ano. Ou seja,  
1110 uma das questões que têm é que no primeiro semestre deste ano a média de apoio e  
1111 parcerias concedidos foi em torno de R\$28.000 (vinte e oito mil reais). Portanto, foi inflado  
1112 além do erro na planilha, sendo corrigido para R\$ 189.518 (cento e oitenta e nove mil,  
1113 quinhentos e dezoito reais). Considera que apoio e parceria se trata de uma ação política e  
1114 uma decisão do plenário, portanto, finalizarão esse dado no Planejamento Estratégico, mas  
1115 tem como pressuposto esse dado, que parte de dados reais.  Produção Gráfica de Jornais   
1116 para o orçamento de 2016/2017, o valor foi de R\$746.000 (setecentos e quarenta e seis mil  
1117 reais) e, para este ano, dado inúmeros problemas, o orçado ficou em R\$522.000  
1118 (quinhentos e vinte e dois mil reais), também sendo baseado em dados reais, e que não foi

1119 preciso remanejar o valor. Cabe ressaltar que é, também, uma decisão política e pode ser  
1120 reformulado posteriormente, se necessário. Com isso, conclui seus apontamentos,  
1121 considerando que já fizeram essa discussão anteriormente. Abre para o plenário,  
1122 recordando que Vinicius Cesca de Lima já havia informado que possui algumas questões e  
1123 abre também para os demais colegas de plenário, que tiverem outras questões, depois  
1124 podem seguir para apreciação e aprovação ou não deste orçamento. Considerações dos  
1125 presentes: 1) Vinicius Cesca de Lima indica fazer duas considerações preliminares e, ao  
1126 logo do dia, algumas outras considerações sobre a nova proposta que foi compartilhada, na  
1127 qual entende que há questões que, no mínimo, precisam ser elucidadas desta suposta  
1128 metodologia de composição dos valores. Reiteradamente, nos últimos meses, tem  
1129 apresentado que não é possível que esta metodologia tendo sido utilizada da forma como foi  
1130 apontada, tivesse chegado a estes valores. Houve um apontamento no mês passado que  
1131 teria sido problema de composição de planilhas, mas esses problemas não foram  
1132 resolvidos, porque algumas inconsistências permanecem. Preliminarmente, considera  
1133 destacar que - com respeito ao Andre Isnard Leonardi na condição de convidado - a pessoa  
1134 responsável por coordenar a produção da proposta orçamentaria com todas as dificuldades  
1135 que se explicitou nesse processo em diversos momentos durante os dois meses anteriores,  
1136 delegou aquilo que deveria ser um esclarecimento daquilo que estava sob sua  
1137 responsabilidade para outras pessoas. Aponta que o orçamento não é só uma peça técnica  
1138 ele também sempre é uma peça política. Enfim, todos os pedidos de informações e  
1139 esclarecimentos foram delegados a outras pessoas. Considera surpreendente a  
1140 necessidade de trazer alguém de fora da gestão para apoiar neste momento da plenária,  
1141 nesta discussão. Faz menção ao clima dessas discussões dentro do 'Movimento Cuidar da  
1142 Profissão' para que se tenha chegado a esta decisão de trazer André Isnard para apoiar  
1143 Guilherme Raggi nesse momento de discussão do orçamento. Considera merecedor de  
1144 destaque que seja necessário trazer convidado externo para apoiar o tesoureiro nesta  
1145 função, que é a função básica para o cargo ao qual Guilherme Raggi se candidatou. Essa  
1146 era sua consideração preliminar, não se recorda da outra. Indica que tem questões para  
1147 apontar sobre a proposta concreta que foi apresentada. Sendo que a primeira dessas  
1148 questões, considerando que a outra é conceitual e que já a adiantou, é que há uma  
1149 dimensão técnica fundamental na construção do orçamento, mas considera que não pode  
1150 reduzir a esse discurso tecnicista do orçamento que adotarão dentro deste plenário.  
1151 Entende que esta é uma construção política, inclusive da perspectiva do compromisso  
1152 público com a categoria e com a sociedade. Supõe que ninguém do plenário – sendo que as  
1153 pessoas podem manifestar se entenderem de forma diferente - defenderia que o orçamento

1154 deve ser uma peça estanque que não admite ser repensado e ter alguma flexibilidade, até  
1155 porque, como apontado por Guilherme Raggi, não se trata de um exercício de futurologia.  
1156 Porém, por outro lado, não podem ser irresponsáveis e levianos na hora de construir essa  
1157 peça, como se qualquer valor bastasse porque depois flexibilizam. Considera que há, no  
1158 mínimo, do ponto de vista político, a demonstração de uma intenção que assumiram  
1159 publicamente com a categoria e com a sociedade quando divulgaram esses valores. Não é  
1160 um impeditivo, é uma peça dinâmica, podendo ser reformulada, assim como foi reformulado  
1161 o orçamento de 2017 em alguns momentos ao longo deste ano, com alguns ajustes. Mas,  
1162 não irão, por exemplo, dizer que gastarão R\$1.000.000 (um milhão de reais) com apoio a  
1163 eventos e gastar R\$50.000 (cinquenta mil). Considera que há compromisso com o que se  
1164 assume, ao menos no campo da intencionalidade. Aponta que se entende, no mínimo, que  
1165 aquilo que estará na peça orçamentária expressa uma intenção e o compromisso público  
1166 com esta intenção. Aponta que não pode cair em uma lógica de discurso de que qualquer  
1167 valor serve. Se esta proposta evidencia intenções, há algumas delas que considera colocar  
1168 em xeque e em outras insistir na elucidação desses dados por dois meses e agora ouve na  
1169 apresentação inicial do conselheiro tesoureiro que confirma que havia ocorrido um erro de  
1170 programação de planilha que foi sanado. Não se sente contemplado nos apontamentos que  
1171 fez, porque alguns dos valores, mesmo com a correção da programação ainda estão na  
1172 planilha. O primeiro destaque que faz é que há uma previsão de receita de R\$168.000  
1173 (cento e sessenta e oito mil reais) com mala-direta, serviço que foi extinto pelo CRP SP.  
1174 Assim, não será recebido nenhum valor com mala-direta! Indaga como o CRP SP pode  
1175 estar dizendo publicamente que esperamos receber R\$ 160.000 (cento e sessenta mil reais)  
1176 de mala-direta sendo que este é um tipo de receita que o plenário, no mês passado,  
1177 deliberou que não seria mais feito. Assim, considera que há problema em o CRP SP  
1178 pretender publicamente comunicar que há uma expectativa de arrecadação desta receita, a  
1179 não ser que haja outra intenção que não está explicitada no debate público. A decisão que  
1180 tomaram coletivamente é de que este serviço não existe mais e, portanto, não haverá  
1181 receita prevista desse serviço no ano que vem. No mês anterior, no campo das despesas,  
1182 ele próprio havia apontado sobre a apresentação feita pelo supervisor da Contabilidade,  
1183 Mário Raimundo Correa, a respeito da programação da planilha do orçamento, que havia  
1184 itens que se referiam à pessoal civil e benefícios, e que se sentiu contemplado, na ocasião,  
1185 por ter entendido e demonstrado que o que seriam problemas graves no orçamento, na  
1186 verdade poderia ser somente algum ajuste necessário na composição da planilha. No  
1187 entanto, uma vez que esse ajuste foi feito para o orçamento apresentado neste mês, surge  
1188 uma questão, que é se a metodologia utilizada foi apresentada, uma vez que não consegue

1189 entender como chegaram ao valor atual. Assim, considera que não pode ser aprovado como  
1190 está, ainda que possa ser alterado futuramente. Para o item cesta-básica para as/os  
1191 funcionárias/os foi orçado para 2017 o valor de R\$773.000 (setecentos e setenta e três mil  
1192 reais); até o mês de junho deste ano, conforme dados do Portal da Transparência,  
1193 executaram com esse item o valor de R\$462.000 (quatrocentos e sessenta e três mil reais).  
1194 No entanto, o orçamento encaminhado pelo conselheiro tesoureiro para 2018 prevê uma  
1195 despesa com esse item de R\$234.000 (duzentos e trinta e quatro mil reais). Indica que isso  
1196 significa que o CRP SP prevê que terá uma despesa com cesta-básica com funcionários no  
1197 próximo ano proporcional aos meses de janeiro a março deste ano. Pela metodologia que  
1198 anunciam, não se chega a esse valor previsto, pois, a metodologia é de utilização da média  
1199 das despesas executada este ano e a correção desse valor pelos 2,8% do INPC. Assim,  
1200 entende que ou a planilha permanece com algum erro de programação ou há qualquer outra  
1201 questão que ainda precisa ser sanada ou há alguma questão que precisa ser explicitada. De  
1202 qualquer forma, entende que o plenário não pode aprovar um orçamento que prevê que a  
1203 despesa com cesta-básica com funcionário seja de R\$ 234.000 (duzentos e trinta e quatro  
1204 mil reais) quando este valor é muito inferior àquilo que orçaram e que projetam ter de  
1205 despesa real ao longo deste ano. Além desses dois pontos, há outros que havia apontado e  
1206 que ainda lhe parecem incompatíveis, como valores orçados de despesa com a metodologia  
1207 anunciada – de se utilizar a média do ano e fazer a correção pelo INPC: artigos de materiais  
1208 conservação de bens moveis e imóveis, orçado para 2017 em cerca de R\$ 21.000 (vinte e  
1209 um mil reais), com despesa projetada esse mesmo ano de R\$ 16.000 (dezesseis mil reais) e  
1210 que a despesa orçada para 2018 é de R\$ 65.000 (sessenta e cinco mil reais). Indaga como  
1211 se dá esse salto. Pela média da despesa do ano somada à correção da inflação não se  
1212 chega a esse valor! Assim, questiona como se chegou a esse valor. Locação de bens,  
1213 moveis, máquinas e equipamentos foi orçado para 2017 o valor de aproximadamente R\$  
1214 100.000 (cem mil reais) e a projeção de despesa é de R\$ 77.000 (setenta e sete mil reais) e  
1215 o orçado para 2018, segundo a proposta apresentada, é R\$ 357.000 (trezentos e cinquenta  
1216 e sete mil reais). Novamente, indaga como se chegou a esse valor se a média do ano  
1217 apontava para R\$ 77.000 (setenta e sete mil reais) e, somando-se os 2,08% de INPC, não  
1218 se chegaria ao montante de R\$ 357.000 (trezentos e cinquenta e sete mil reais). Solicita  
1219 entender como se compõe este valor. Locação de bens moveis orçado para o ano de 2017  
1220 em R\$ 83.000 (oitenta e três mil reais) e cuja projeção de despesas para esse ano é de R\$  
1221 42.000 (quarenta e dois mil reais), e a proposta de orçamento para 2018 é de R\$ 120.000  
1222 (cento e vinte mil reais). Dessa forma, questiona como com a projeção de despesas para  
1223 2017 em R\$ 42.000 (quarenta e dois mil reais) o valor para 2018 tenha aumentado para R\$

1224 120.000 (cento e vinte mil reais). Relata que nesses itens citados, sua questão não é o que  
1225 isso expressa, mas que, dada a metodologia anunciada e a justificativa apresentada pelo  
1226 tesoureiro para a distorção de valores. Se preocupa que haja algum equívoco na  
1227 composição do valor e que as distorções ainda permaneçam. Não está questionando o  
1228 porque se prevê gastar R\$ 120.000 (cento e vinte mil reais) com locação de bens e moveis,  
1229 e sim indicando que não foram sanados os equívocos de composição de planilha que já  
1230 havia apontado. Serviços de telecomunicações, que anteriormente parecia estar suborçado  
1231 e que, nesta nova proposta, parece estar sobreorçado. A projeção do ano de 2017 é de  
1232 gasto de R\$ 309.000 (trezentos e nove mil reais), e que na proposta anterior estava com  
1233 cerca de R\$ 200.000 (duzentos mil reais) e que agora se propõe o valor de cerca de R\$  
1234 600.000 (seiscentos mil reais). Para apoio a eventos, é apresentado um valor que está  
1235 compatível com o orçado para este ano, mas que não está compatível com a despesa  
1236 efetiva. Considera que o valor orçado é um valor adequado, mas dada a metodologia  
1237 anunciada permanece em dúvida se os problemas da planilha foram corrigidos. Produção  
1238 gráfica de jornais teve orçado para este ano o valor de R\$ 326.000 (trezentos e vinte e seis  
1239 mil reais). Entende que a despesa deste ano não pode servir de parâmetro para este  
1240 orçamento, mas há orçado para 2018 o valor de R\$ 522.000 (quinhentos e vinte e dois mil  
1241 reais), com o mesmo número de edições. Gostaria de entender como se chegou a esse  
1242 valor que é cerca de R\$ 200.000 (duzentos mil reais) acima. Para Serviços de Jardinagem,  
1243 que estava orçado em aproximadamente R\$ 7.000 (sete mil reais) para este ano e a  
1244 projeção de gasto é por volta desse valor, R\$ 6.200,00 (seis e duzentos reais), mas cujo  
1245 proposto para o ano de 2018 e a agora sobe para cerca de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).  
1246 Informa que esses são os pontos que ainda não foram sanados desde a última plenária.  
1247 Desses últimos itens que foram citados, que envolvem materiais de consumo ou serviços de  
1248 pessoas jurídicas, reafirma que sua preocupação é se essas questões significam que não  
1249 foram corrigidas as planilhas em toda sua extensão, uma vez que a metodologia foi  
1250 reafirmada e que na última plenária se apontou que ela não chegava aos valores corretos  
1251 porque havia um equívoco de composição desses valores, mas eles continuam  
1252 incompatíveis com a metodologia anunciada. Assim, somente vê duas alternativas: ou não  
1253 foi esta, efetivamente, a metodologia utilizada ou a metodologia utilizada continua  
1254 esbarrando em problemas de composição das planilhas. De toda forma, entende que é um  
1255 problema que merece ser mais bem apurado. Com relação aos outros dois itens, receita de  
1256 mala-direta e despesa com cesta-básica para funcionários, entende que seja qual for a  
1257 razão da distorção de valores, não se pode aprovar desta maneira. Não vê razão para que  
1258 se aprove um orçamento com uma previsão de receita de um serviço que não farão mais e

1259 que publicamente o plenário diga que irá reduzir a um terço o orçamento para cesta básica  
1260 de funcionários. Aprovar o orçamento dessa forma é impraticável. **2)** André Isnard Leonardi  
1261 cumprimenta a todos e agradece ao convite. Primeiramente, considera fazer um  
1262 esclarecimento para o Vinicius Cesca de Lima, pois entende que não se sente convidado  
1263 para apoiar o tesoureiro. É psicólogo e teve a honra de ser tesoureiro deste Conselho por 3  
1264 (três) anos e, após isso, de ser tesoureiro do Conselho Federal por mais 2 (duas) gestões,  
1265 ou seja, 6 (seis) anos. Durante os 12 (doze) anos em que foi conselheira/o, sempre lhe  
1266 pareceu uma prática corriqueira que a plenária convidasse pessoas. Se o plenário não tem  
1267 utilizado essa prática, não tem conhecimento. Informa que apenas olhou a peça  
1268 orçamentária pela manhã, não tendo, assim, esse caráter de apoio ao tesoureiro, mas  
1269 espera poder contribuir com esta plenária. Informa que está contente em poder estar  
1270 presente, pelo tempo em que foi conselheiro e que guarda excelentes recordações, amigos  
1271 e que gosta de poder rever alguns funcionários com quem teve a honra de trabalhar, entre  
1272 eles, o gerente geral, Diógenes Pepe, que lhe ensinou bastante sobre ser conselheiro.  
1273 Considera que toda/o nova/o conselheira/o precisa de bastante apoio da gestão, citando  
1274 como exemplo que o aprendizado para psicólogo não inclui montar peça contábil e, por isso,  
1275 tem certeza que neste conselho há, na figura dos contadores, pessoas com essa qualidade  
1276 técnica para apoiar quem estiver nesse cargo. Considera bastante expressiva a receita que  
1277 este Conselho terá para o próximo ano, o que dá uma enorme responsabilidade a esta  
1278 plenária. Concorde que esta é uma peça que tem caráter técnico e, para isso, há o apoio da  
1279 máquina do Conselho, que é fundamental para que seja bem-feita. Há, também, o caráter  
1280 político, afinal o orçamento deve refletir aquilo que a gestão quer realizar para esse próximo  
1281 ano e refletir aquilo que esta plenária colocou em sua plataforma, aquilo que foi colocado  
1282 para a/o psicóloga/o julgar e que se pretende fazer no próximo ano. Considera que tão  
1283 importante quanto aprovar o orçamento, é encaminhar ao Conselho Federal, para que ele  
1284 cumpra o seu papel de olhar, averiguar e aprovar. Também, o acompanhamento que fazem  
1285 é da boa execução desse orçamento, que hoje é uma proposta colocada. Coloca-se à  
1286 disposição desta plenária para o que precisar daqui para frente. Informa que considera  
1287 interessante que esteja refletido no orçamento que o pagamento seja menor para os novos  
1288 inscritos, é uma inovação bem-vinda. Isso já vem de uma discussão antiga e considera  
1289 positivo que esteja refletido no orçamento. Neste momento, Guilherme Rodrigues Raggi  
1290 Pereira esclarece que interromperão essa discussão, para tratar sobre o ponto do  
1291 Planejamento Estratégico. **VIII) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** – Guilherme Rodrigues  
1292 Raggi Pereira informa que passará a fala para o consultor Márcio Cruz, e que, ao finalizarem  
1293 a exposição e discussão desse ponto, farão pausa para o almoço, retorno depois com a

1294 finalização do ponto “Orçamento”. Márcio Cruz informa que havia sugerido à Diretoria que  
1295 esta data não seria a mais adequada para apresentação das análises que está tentando  
1296 desenvolver para poder colaborar com o Planejamento Estratégico do CRP SP a partir do  
1297 ponto em que já estão. Teve acesso a muitos documentos e propôs que fosse feito em  
1298 janeiro, para poder se apropriar. Muitas das ações já estão ocorrendo. Informa sobre a  
1299 empresa Usina, fundada no ano de 1986, em Porto Alegre, com a iniciativa de atuar junto  
1300 aos setores e movimentos sociais, no território de planejar ação. Depois, passou também a  
1301 atuar no planejamento de gestão, com algumas prefeituras e governo estadual e consolidou  
1302 seu trabalho na área de planejamento estratégico participativo. O objetivo atualmente, após  
1303 30 (trinta) anos de empresa é contribuir para desenvolver competências de planejamento e  
1304 gestão que ultrapassem os períodos dos próprios governos e se tornem prática constante do  
1305 estado ou do sistema de gestão. Ou seja, o objetivo é desenvolver um sistema que permita  
1306 que a função do consultor seja dispensável. Portanto, tem um processo de aprendizagem  
1307 em que querem transferir conhecimento. Conta, então, sobre sua formação acadêmica.  
1308 Conta que faz o Planejamento Estratégico do Conselho Federal de Psicologia, que é o  
1309 motivo para ter sido convidado para estar neste momento. O Planejamento do Conselho  
1310 Federal está publicado na íntegra no site. Informa também sobre outras consultorias de PE  
1311 realizadas pela empresa Usina. Com base na análise dos documentos de Planejamento  
1312 Estratégico que recebeu, tem o objetivo de fazer recomendações para sua conclusão, já  
1313 indicando que, ao analisar, verificou que muitas ações já estão sendo realizadas. Informa  
1314 que utilizou a metodologia PES - Planejamento Estratégico Situacional, de Carlos Matus,  
1315 que pelo que pode verificar, foi a metodologia utilizada. Não recebeu a fundamentação  
1316 metodológica do que foi feito, mas identifica o PES. O segundo método é a Ontologia da  
1317 Linguagem, que é a escola onde atuam no território da aprendizagem, para deixar como  
1318 marca do processo, para que as pessoas que participam, ainda que em uma parte do  
1319 processo, tenham a marca da aprendizagem. Os documentos serão analisados sob a luz do  
1320 PES, identificando, no processo de construção, e na perspectiva da Ontologia da  
1321 Linguagem, desenvolvendo a escuta nos processos e resultados. Quando recebeu os  
1322 documentos, teve algumas dúvidas a respeito de alguns passos que foram dados e, então,  
1323 encaminhou um e-mail ao gerente geral, Diógenes Pepe, questionando a ele quem havia  
1324 sido o consultor ou a pessoa que tinha coordenado o processo até então, e teve como  
1325 resposta que havia sido o conselheiro Vinicius Cesca. Depois, gostaria de esclarecer com  
1326 Vinicius, então, essas dúvidas que teve. Basicamente, gostaria de entender o movimento  
1327 entre o processo de construção, que está em aberto e Planejamento Estratégico, no  
1328 território da ação, nunca se encerra, uma vez que pensam um conjunto de ações, mas as

1329 questões mudam, então precisam dar condições para construir ações distintas para  
1330 alcançarem o objetivo. Na proposta de Matus – Planejamento Estratégico Situacional,  
1331 identificaram alguns elementos que reunidos promovem um desenho com um contorno em  
1332 permanente movimento, uma parte do desenho é a leitura da realidade, as análises de  
1333 contexto e as leituras do cenário. A primeira fase do Planejamento desenvolveu com  
1334 profundidade. São elementos que compõem o que está fora da governabilidade de quem  
1335 planeja, mas quem planeja deve dominar o conjunto das informações e os processos que os  
1336 constituem. A outra parte do desenho é a identificação de uma situação objetivo:  
1337 compreendendo as situações que estão fora de sua governabilidade - a situação inicial - e  
1338 tendo claro o objetivo, parte-se para definir um plano de ações necessárias a transformação  
1339 da situação inicial, visando a situação objetivo. Tem duas perguntas que faz “Qual é a visão  
1340 de futuro da gestão?” e “Qual é a missão?”. Uma gestão não consegue dar conta de tudo,  
1341 pois é temporal, assim, precisa construir uma missão para o seu tempo específico de  
1342 gestão. As gestões devem enfrentar a tensão entre as variáveis que não estão sob  
1343 governabilidade de quem planeja, em confronto com as variáveis que estão sob  
1344 governabilidade de quem planeja. Parte dos planos de trabalho sucumbem diante das  
1345 variáveis fora da governabilidade do ator, que são mais impositivas. Por isso, é preciso  
1346 construir processos de aprendizagem permanente, para que se dê maior governabilidade  
1347 para o ator. Explica que governabilidade é a capacidade de ação de quem planeja, marcada  
1348 pelas competências, habilidades e capacidade da organização atuar, sendo que a  
1349 capacidade da organização atuar demonstra o nível de coesão da instituição. Como seres  
1350 humanos, constroem um conjunto de ações individuais e o resultado não é o esperado,  
1351 volta-se e muda-se a ação, até que se atinja determinado resultado. Faz-se isso diversas  
1352 vezes. Mas, isso acontece com apenas algumas organizações de forma intuitiva. Mas, é  
1353 preciso ter o hábito constante de olhar para o conjunto de ações e, se não estiverem  
1354 levando ao objetivo, devem ser alteradas, isso é chamado por Rafael Echeverria de  
1355 aprendizagem de primeira ordem, ou seja, quando somente alteram o campo da ação.  
1356 Porém, quando isso ocorre de forma sistêmica e o resultado não é efetivo, podem mudar o  
1357 observador, ou seja, voltar a discutir o sentido estratégico – voltar a discutir visão de futuro,  
1358 missão e objetivos estratégicos, o que é chamado por Rafael Echeverria de aprendizagem  
1359 de segunda ordem, que é a aprendizagem transformacional. Indica que sua proposta era de  
1360 apresentar qual a metodologia que ofereceu à Diretoria, que aquela que ele domina e quais  
1361 resultados que entende que podem chegar. Não trará leitura sobre o que já fez, porque  
1362 entende que o ideal é apresentar de forma completa, quando concluir a análise. Também  
1363 gostaria de apresentar os compromissos que assumirá com o plenário do CRP SP, porque

1364 entende que na perspectiva de atuação desta instituição de estado, que é o CRP SP, em  
1365 conjunto com o Sistema Conselhos, o plenário tem uma prerrogativa política de  
1366 responsabilidade coletiva. Propõe-se a entregar os seguintes produtos no cronograma: **a)**  
1367 Dezembro - Sistematização e ajuste do plano de ação na perspectiva dos resultados, e  
1368 devolutiva aos núcleos, comissões e subsedes sobre o que foi produzido. Ressalta que não  
1369 fugirá àquilo que já está consolidado, mas pretende oferecer algumas recomendações e  
1370 incluir nas planilhas algumas indagações que, a seu ver, são importantes; **b) Janeiro** –  
1371 apresentação ao plenário da análise de resultados e as recomendações; continuidade do  
1372 desenho e facilitação das fases de gestão dos planos. A metodologia será mantida,  
1373 conforme iniciada em setembro. Informa que construirá um desenho metodológico para a  
1374 etapa presencial, que permita que todos falem. Com o aceite dessas questões, encerraria  
1375 no final de janeiro o trabalho. Questiona se o plenário tem dúvidas com relação à sua  
1376 exposição. Manifestações dos presentes: 1) Andrea Mataresi retoma que havia questionado  
1377 como se deu o processo de contratação do consultor. Não está questionando o trabalho  
1378 desse consultor, apenas a forma de contratação. Gostaria que se explicitasse ao plenário  
1379 como foi o processo de contratação desse consultor. Uma vez que é algo sério, pois ele  
1380 também foi consultor do Conselho Federal de Psicologia. Pede mais transparência da mesa  
1381 diretora. 2) Vinicius Cesca de Lima diz não ter nenhuma questão em relação a apresentação  
1382 e a metodologia. Compreende o que foi apontado. Não tem objeção a metodologia  
1383 apresentada, independente dos limites que ela possui. Acredita que é uma forma potente de  
1384 fazer planejamento de forma participativa, que é coerente com os valores políticos que  
1385 afirmam. Ficou com dúvida em relação ao cronograma. A questão diz respeito ao calendário  
1386 que acabaram de aprovar. Márcio Cruz disse que precisaria apresentar ao plenário outras  
1387 questões. Relata que tem uma plenária agendada para o dia 19 de janeiro e uma atividade  
1388 de planejamento estratégico agendada para o dia seguinte, dia 20. Assim, questiona como o  
1389 cronograma proposto contempla essas duas atividades. Com delicadeza de não expor  
1390 outras questões que digam respeito a divergência política neste plenário, tem preferido,  
1391 desde que saiu da função de conselheiro tesoureiro, colocar-se a disposição daquilo que  
1392 fizeram ou intencionavam fazer, preferencialmente, no espaço público. Coloca-se  
1393 plenamente à disposição para dialogar sobre esses pontos, mas, se possível, que se possa  
1394 fazer isso com todo o plenário. Por isso, questiona se devem dialogar sobre isso neste  
1395 momento. Reafirma que está à disposição na perspectiva de prestar algum esclarecimento  
1396 ou aprofundamento para aquilo que fizeram até setembro deste ano. E ficou essa dúvida  
1397 sobre o calendário, porque discutiram há pouco, e agora tem as questões do cronograma.  
1398 Faltou explicitar como o cronograma proposto se articula com a outra. Não sabe se as

1399 atividades propostas para janeiro já estão expressas no calendário. 3) Marcio Cruz diz que a  
1400 ideia é apresentar o trabalho da consultoria, o que seria possível em cerca de 1 (uma) hora.  
1401 Acha desnecessário o aprofundamento, porque, no dia seguinte haveria a discussão do  
1402 conjunto. Se o plenário entender adequado, apresentará no dia 19 de janeiro o resultado de  
1403 sua análise e as recomendações e, a para a atividade do dia 20 de janeiro, que contará com  
1404 a participação de todas/os, precisará apresentar um desenho de realização da atividade. No  
1405 que se refere ao calendário que o plenário aprovou, devem considerar se é pertinente ou  
1406 não, entrarem no tema um dia antes. Como não há debate de mérito, porque já está  
1407 disposto no conteúdo do planejamento, sendo utilizada a mesma metodologia, sem que se  
1408 esteja propondo nada diferente, fará sugestões pequenas. Elogiou muito o trabalho  
1409 realizado para a Diretoria. A metodologia está bem construída, cada um tem uma forma de  
1410 realizar, mas o importante é que, ao final, tenha unidade e coerência. Sobre,  
1411 especificamente, a data, não teria problema para ele. Apresentar ao plenário dia 19 e, no  
1412 sábado, levar um desenho para que o conjunto de coletivos possa desenvolver um trabalho  
1413 com um resultado efetivo, sem necessidade de um novo momento. Não podem deixar essa  
1414 instituição inoperante. 4) Maria Rozineti Gonçalves comenta que, desde o final de setembro,  
1415 quando houve a mudança da Diretoria, a nova Diretoria reviu o processo, fez a contratação  
1416 do consultor Márcio Cruz, aguardou esta plenária para que ele fosse apresentando  
1417 enquanto empresa que ganhou o processo. Não têm muito tempo, para que possam iniciar o  
1418 ano, o mais rápido possível com a possibilidade que as ações políticas sejam realizadas.  
1419 Assim, o entendimento da mesa é que ele deve ter um tempo na plenária de janeiro para  
1420 devolutiva ao plenário no dia 19 de janeiro, e que no dia seguinte, se conclua o processo do  
1421 PE, com a participação das mesmas pessoas que participaram da etapa anterior. Essa é a  
1422 proposta. 5) Guilherme Raggi, em resposta à conselheira Andrea Mataresi, para ter  
1423 transparência, a respeito da contratação do consultor Márcio Cruz, informa que na plenária  
1424 de outubro verificaram que era necessário profissionalizar o trabalho. Márcio Cruz fez  
1425 elogios ao trabalho realizado anteriormente, mas entendemos a possibilidade de algumas  
1426 melhorias. Com a delimitação do objeto, pois já tinham um planejamento iniciado,  
1427 entenderam que haveria um objeto mais simples e fizeram os procedimentos tradicionais, de  
1428 cotação e contratação por menor preço. Inclusive, as cotações realizadas contavam com  
1429 pessoas já conhecidas, como Áquilas Mendes, que fez o PE na gestão passada e Luiz  
1430 Antonio Poletto, que também já foi responsável pelo PE, mas os valores foram maiores. 6)  
1431 Maria Rozineti Gonçalves comenta que todos que se candidataram, pela experiência que  
1432 possuem, teriam sido escolhas efetivas para essa tarefa. A história profissional de cada um  
1433 dos candidatos não invalida seus trabalhos, ao contrário, entende que qualificam. 7) Andrea

1434 Mataresi solicita que seja encaminhado a todo o plenário as propostas, com as datas de  
1435 pedidos para essas propostas, as datas de envio. Questiona também, a Marcio Cruz, se ele  
1436 possui alguma ligação com algum conselheiro ou ex-conselheiro do Conselho Federal de  
1437 Psicologia. 8) Marcio Cruz pede que Andrea Mataresi qualifique o que chama de ligação. 9)  
1438 Andrea Mataresi solicita que informe se possui alguma ligação afetiva. 10) Marcio Cruz diz  
1439 não ter nenhuma ligação afetiva. 11) Maria Rozinetti Gonçalves questiona acerca da  
1440 metodologia que será proposta para o dia 20 de janeiro, tendo a perspectiva de encerrar no  
1441 próprio sábado. Comenta que há questionamentos de se conseguirão fazer toda a atividade  
1442 neste único dia. Relata que a preocupação se deve a experiência anterior com esse PE. 12)  
1443 Márcio Cruz diz que intenta oferecer uma metodologia, de processos participativos.  
1444 Estudará qual a melhor ferramenta para atingirem o resultado, com a premissa de que  
1445 todas/os tenham a oportunidade de falar. Há um conjunto de dinâmicas, como grupo focal e  
1446 *work café*, por exemplo, em que é possível trabalhar com grandes grupos em um curto  
1447 espaço de tempo. Exemplifica como funcionaria no caso da dinâmica de *work café*: divide-se  
1448 as pessoas e as ações em grupos e cada grupo circula pelos conjuntos das ações. Ao final,  
1449 todas as pessoas terão discutido todas as ações e, após, voltam a sistematização para o  
1450 plenário, para discussão dos nós críticos. Retoma a questão anterior sobre a ligação afetiva.  
1451 Diz que conhece muitas/os conselheiras/os da Psicologia, foi casado com uma psicóloga, é  
1452 militante e pesquisador na área de direitos humanos, então, é muito comum ter relações  
1453 com pessoas que já fizeram parte dos Conselhos Regionais e Federal e também de outros  
1454 Conselhos. Apenas está querendo qualificar a resposta, pois muitas pessoas nos Conselhos  
1455 o conhecem. Sobre a pergunta que tinha para fazer a Vinicius Cesca, diz que não é de  
1456 método, é apenas porque recebeu planilhas distintas em datas distintas sobre o trabalho  
1457 realizado na primeira etapa do PE e tem dúvida sobre como elas se ligam. Algo apenas  
1458 sobre o procedimento, para que possa manter o mesmo. Seu objetivo é respeitar o processo  
1459 e dar uma colaboração para que ele se encerre. 13) Vinicius Cesca informa que há questões  
1460 importante a serem pontuadas. Em julho ou agosto deste ano, em plenária, houve um  
1461 momento de avaliação do processo do ano anterior e algumas questões foram pontuadas. É  
1462 um material rico que não sabe se chegou ao conhecimento de Márcio Cruz. Caso não tenha,  
1463 aproveita a presença do consultor, para esclarecer sobre os procedimentos. Entende que  
1464 algumas questões são fundamentais neste momento de conclusão deste planejamento:  
1465 avalia que há uma baixa densidade de cultura de planejamento dentro do CRP SP, que não  
1466 se limita à metodologia. É de planejamento mesmo, de ser espontânea, lidando com as  
1467 situações conforme vão se apresentando, de forma fragmentada. Há uma estrutura grande,  
1468 pensando em núcleos, comissões, entre outros, com um funcionamento que nem sempre é

1469 harmônico, inclusive do ponto de vista político. Já tiveram situações em que subsedes de  
1470 regiões diferentes expressavam publicamente posicionamentos políticos distintos sobre uma  
1471 mesma temática. Essa baixa densidade de planejamento se expressa de diversas formas,  
1472 não somente pelo grupo que está na gestão, mas pela lógica da própria máquina de  
1473 funcionar. Então, pensar em um planejamento que seja, realmente, estratégico. Entende  
1474 que construir um cronograma de eventos não é um planejamento estratégico, pois não  
1475 pensa estratégia, não pensa em uma análise situacional. É um déficit não somente de quem  
1476 está na gestão, mas da própria instituição. Do ponto de vista de quem está na gestão  
1477 política, está expresso no fato de que há mais de um ano pensaram na perspectiva de quais  
1478 os principais problemas que enfrentam, as prioridades e como se organizam, e não  
1479 chegaram a concluir essa análise. Iniciaram esse trabalho e ele foi abandonado com o  
1480 objetivo de privilegiar o planejamento de um cronograma de eventos e ações, sem  
1481 pensarem qual a estratégia. Muitas coisas são realizadas sem que se tenha uma visão  
1482 aprofundada da razão de estarem sendo feitas. Parece-lhe uma forma de reproduzir  
1483 irrefletidamente e acriticamente alguns procedimentos, como se fossem a única forma  
1484 possível. Cita que em determinado momento o plenário discutiu um material impresso de  
1485 Resoluções que o CRP SP distribuía e as expressões pareciam-lhe de que era necessário  
1486 seguir fazendo aquilo que já estava sendo feito, sem questionar se essa era a melhor  
1487 estratégia para alcançar os objetivos, até porque os próprios objetivos não estavam claros  
1488 por quem estava pensando a estratégia para alcançá-los. No campo de pensar os  
1489 problemas, as prioridades, a conjuntura e a estratégia que constroem a partir delas, é onde  
1490 este grupo falha mais. Tem trazido essa questão há mais de cinco anos, tempo que em de  
1491 alguma forma esteve ligado à gestão do CRP SP. Parte dessa reprodução irrefletida fica  
1492 explícita nas planilhas brutas do Plano de Trabalho para 2018. Elas foram feitas de forma  
1493 descentralizada – cada Núcleo e Comissão fez propostas para que pudessem ser discutidas  
1494 coletivamente. E esse trabalho reflete essa lógica fragmentada, além de terem ações  
1495 inexecutáveis, que não seria possível realizar em um ano, ou mesmo nos três anos de  
1496 gestão, até pela falta de um diálogo articulado, de compreensão que algumas questões  
1497 podem ser discutidas de forma transversalizada, mobilizando diversos coletivos. Relata  
1498 ainda que há uma cultura de realização de eventos no CRP SP, como se essa fosse a única  
1499 maneira de agir politicamente diante de questões que entendem prioritárias, que levam a  
1500 impressão de que o CRP se transforma em uma agência promotora de eventos, que em sua  
1501 avaliação, nem sempre tem um impacto relevante para os objetivos que estão colocados.  
1502 Enfrentar essa cultura de que a realização de eventos é a única estratégia para realizar  
1503 algum debate ou enfrentar determinada questão é importante. Outra expectativa, é que esse

1504 trabalho, além do operativo de produzir um plano de trabalho, possa ter alguma contribuição  
1505 formativa para que isso vá incorporando à baixa densidade de planejamento que avalia que  
1506 esta instituição tenha, para que isso possa se expressar em processos futuros. Essas são  
1507 suas expectativas e inquietações acerca deste trabalho. 14) Marcio Cruz disse ter se  
1508 alegrado com a fala final de Vinicius Cesca, pois essa é sua missão enquanto consultor  
1509 deste PE, querem construir cultura. A empresa que trabalha é formada apenas por três  
1510 pessoas, que se comprometem com alguns projetos que conseguem dar conta.  
1511 Conjuntamente, discutem os casos, para construir aprendizagem uns com os outros. Para  
1512 ele, o Brasil tem uma baixa cultura de planejamento com efetividade. E a cultura adotada no  
1513 país é de colocar em planilhas, em que se discute um momento da realidade, define um  
1514 conjunto de ações, mas não se faz a checagem de se aquelas ações estão levando ao  
1515 objetivo. Somente se discute ao final, nos encontros de avaliação. O Planejamento deve  
1516 servir para que se construa uma agenda, não para organizar como se defende, mas como  
1517 enfrenta os problemas. Relata que faz muito tempo que não fazia um trabalho de organizar  
1518 o momento, que é o que está fazendo no CRP. Está fazendo isso porque entende ser  
1519 importante para a estratégia geral do Sistema Conselhos. Está preocupado com o resultado  
1520 e entende que isso é importante para que atinjam o resultado no Sistema. Efetivamente, o  
1521 que define é o sistema de gestão e a aprendizagem. Podem, em um segundo momento,  
1522 discutir o processo de aprendizagem na gestão, pois é preciso construir esses processos.  
1523 Acredita que parte das perguntas que faria a Vinicius Cesca, ele já respondeu em sua fala  
1524 anterior. As partes mais ricas no processo de planejamento, em sua opinião, estão no  
1525 território da ação, pois é ela que produz aprendizagem. No entanto, a parte cognitiva é  
1526 fundamental, a observação da realidade é o que dá base para a construção das ações. A  
1527 participação global, para que todos proponham ações é importante que ocorra após  
1528 finalizada a primeira etapa. Gostou muito do sistema em que as pessoas poderiam fazer  
1529 propostas por meio da internet e informa que pretende replicar. Na primeira fase, foi feito um  
1530 conjunto de desejos, que era importante construir, de ordem de prioridades vinculados a  
1531 resultados estratégicos e metas. Já há a indicação de resultados estratégicos e metas, mas  
1532 foi exposto que não foi encerrado, portanto, essa é a primeira etapa que precisam finalizar.  
1533 Propõe uma dinâmica específica para que amarrem e deem conta do restante. Relata que o  
1534 conteúdo das ações propostas tem muita qualidade, por mais que não tenham uma  
1535 descrição efetiva de ação – sujeito, verbo e predicado. Há mais um ano e meio de gestão, e  
1536 com a quantidade de ações planejadas, na atual conjuntura, talvez fosse o caso de eleger  
1537 um determinado número de ações, 30 (trinta) considerando os resultados estratégicos, se  
1538 propondo a realizá-las muito bem, para não ter inoperância de fazer pequenas ações que

1539 serão de baixíssimo resultado. Assim, propõe que se verifique quais ações são necessárias  
1540 e suficientes para atingir o resultado, e então, limita-se a quantidade de ações, com foco em  
1541 atingir os resultados. Para a proposta, está considerando o tempo disponível e os impactos  
1542 desejados. 15) André Isnard achou interessante a apresentação. Há um coletivo neste  
1543 plenário, e, independente das divergências, que existiram e que existirão, esse coletivo  
1544 precisa criar uma produção que tenha uma entrega para a categoria. O que não quer dizer  
1545 que apagarão ou excluirão a divergência. Esse coletivo precisa fazer o esforço de superar  
1546 divergência naquilo que é resultado para a categoria. Pede um esforço de todos porque é  
1547 um espaço de muita tensão. Mas, não acredita que haja tanta divergência no que se refere  
1548 às pautas de saúde mental, criança e adolescente, educação e outras. Alegra-se de ver que  
1549 será feito um Planejamento considerando o que já foi feito, mesmo já havendo divergência  
1550 na etapa anterior. Não poderá permanecer para o restante do debate do Orçamento. Vê um  
1551 Orçamento composto. Há questões levantadas por Vinicius Cesca que, certamente,  
1552 precisam ser respondidas e ajustadas. Mas é um Orçamento que dá condição de ter um  
1553 bom projeto político pela potência do recurso que tem. Precisa de recurso e de pessoas  
1554 para realizarem as atividades e com disposição para superarem divergências. Todas/os  
1555 precisam verificar as brigas que escolherão brigar e onde estão prejudicando as lutas que  
1556 todas/os acreditam. Não vê que há divergência nos objetivos. Precisam cumprir a  
1557 responsabilidade que assumiram com a categoria. Considerando que há ainda uma pauta  
1558 de APAF, diz que concorda com Vinicius Cesca, de que o CRP não seja um produtor de  
1559 eventos. Evento é somente uma estratégia. Enquanto CRP SP, há uma enorme  
1560 responsabilidade em ajudar a construir as pautas no Brasil. Não esperem que o CFP  
1561 proponha o que é a construção da política nacional da Psicologia. É preciso ter uma  
1562 produção coletiva do que esperam da Psicologia brasileira. A maneira mais fácil que  
1563 conhecem é de realizar eventos, mas não sabe se é a estratégia mais potente. Entende que  
1564 no contexto do atual governo, intensificar as ações comuns do Sistema, as ações que  
1565 apontam para o desmonte das políticas públicas, pode ser muito potente e muito necessário.  
1566 Algumas ações podem culminar em eventos, com mais pessoas, outros Conselhos. Mas,  
1567 para ele, as ações de fiscalização conjunta podem ser muito efetivas para apontar para os  
1568 lugares onde as políticas estão sendo desmontadas ou não atendidas. Desculpa-se por ter  
1569 que se retirar da plenária, imaginava que daria tempo de entrar na questão do orçamento.  
1570 Agradece o convite para participar desta plenária. Estará sempre à disposição deste  
1571 plenário. 16) Guilherme Raggi agradece a presença dos convidados Andre Isnard e Márcio  
1572 Cruz. 17) Clarice Pimentel Paulon diz a André Isnard que é muito complicado quando na  
1573 primeira fala que ele fez, disse que precisam colaborar. O fundamental é colaborar com o

1574 rigor, como fazerem uma análise profunda de todas as incoerências do orçamento. Não  
1575 estão atravancando o processo democrático ou os trabalhos deste Conselho. Diz isso,  
1576 porque André disse que precisavam colaborar de alguma forma, após uma fala de Vinicius  
1577 Cesca sobre alguns pontos em desacordo com o Orçamento. Não é a primeira vez que  
1578 escuta essa fala nesta data. O conselheiro Guilherme Raggi fez essa mesma fala.  
1579 Novamente, diz que não foi seu grupo que iniciou as divergências. Entende ser complicado  
1580 quando parte do plenário ou os convidados falam somente para um dos grupos. Esse mal-  
1581 estar é atravessado por falas de que não estão levando em consideração a categoria. Estão  
1582 apenas exercendo o direito, enquanto categoria e cidadãos, de solicitar registros e exigindo  
1583 que a gestão seja realizada com rigor. Ver um Orçamento que corta três quartos de cesta  
1584 básica para funcionários é algo que assusta. Discorda de não poderem falar sobre isso  
1585 porque consideram isso como atravancar os trabalhos ou porque já discutiram  
1586 exaustivamente o orçamento na plenária passada e precisam aprovar porque há prazos. O  
1587 orçamento ainda não está bom e discutirão exaustivamente até que cheguem a um  
1588 consenso. Muitos aqui fazem pesquisa, mestrado ou doutorado, e é a mesma lógica,  
1589 enquanto não estiver pronto, não será entregue. 18) Bruna Falleiros comenta que o grupo  
1590 “Cuidar” publicou uma nota no Facebook dizendo que o grupo “Integra” deveria renunciar  
1591 porque impede que as ações aconteçam. Para ela, interromper as ações de acontecerem é  
1592 interromper um processo de Planejamento que estava em andamento e que foi  
1593 reconhecidamente elogiada pela pessoa contratada para finalizar o processo. Questionar  
1594 orçamento não é interromper ação. 19) Vinicius Cesca sobre as questões apontadas por  
1595 André Isnard em sua fala final, no que é explicitado enquanto princípio, concorda  
1596 plenamente. Mas, na linha do apontado por Clarice Paulon e Bruna Falleiros, diz que há um  
1597 grupo de conselheiras/os que é quem tem feito essa defesa dentro do plenário, de que  
1598 eventuais divergências que possuem e que serão discutidas e que externaram a oposição  
1599 ao método de gestão, mas que as diretrizes do programa que os elegeu não serão  
1600 abandonadas. Se não concordassem com esse programa, não permaneceriam neste  
1601 plenário. As divergências são em relação ao método de gestão. De qualquer maneira, o  
1602 Conselho precisa cumprir aquilo que se comprometeu politicamente, seja por deliberação da  
1603 categoria em Congresso, seja aquilo que apresentaram enquanto plataforma política. Mas, é  
1604 o movimento do qual André Isnard faz parte que falou que o grupo “Integra” precisava sair,  
1605 com a alegação de um suposto rompimento programático que nunca ocorreu, que está no  
1606 campo da fantasia ou da fala acusatória do grupo “Cuidar”. 20) Andrea Mataresi comenta  
1607 que seu grupo tem contribuído. Exemplifica que nesta data contribuíram com o conselheiro  
1608 Rodrigo Toledo, realizando diálogo e informando como eram os processos quando estava

1609 na presidência da COE. Seu grupo não se nega a contribuir. Esta é a terceira plenária em  
1610 que apontam que o conselheiro Guilherme Raggi não consegue fazer o orçamento e que  
1611 apontam erros gravíssimos. Tende a entender como simples incapacidade e não maldade.  
1612 Mas, entende que André Isnard veio em nome do movimento “Cuidar da Profissão”, porque  
1613 estava em todas as reuniões em que planejaram tudo, junto à Ana Bock, fazendo a  
1614 discussão da Diretoria do CRP SP. Seu grupo tem acesso a essas informações. Então, veio  
1615 para defender o conselheiro tesoureiro e para atacar o “Integra”, mas não sabe o que  
1616 acontece na plenária, o quanto o seu grupo está trabalhando pelo rigor da gestão. O  
1617 conselheiro Guilherme Raggi solicitou ao plenário que fosse dado um “jeitinho”, aprovando o  
1618 orçamento. Isso não é rigor e, se é isso que o “Cuidar” defende, André deveria se  
1619 envergonhar de dizer que é “Cuidar”. 21) André Isnard diz que não ficará nesse lugar em  
1620 que o tentam colocar. Está vindo de coração aberto, tem experiência de tesouraria, que foi  
1621 construída neste CRP e ao logo de sua trajetória. Não está falando especificamente para um  
1622 grupo. Este plenário terá que superar, para os trabalhos, o racha interno que possui. O  
1623 privilégio da crítica não é somente de quem está na oposição, é de todas/os que querem  
1624 construir algo melhor. Reitera que se há erros que precisam ser corrigidos, que se aponte,  
1625 para que possam ser corrigidos, para que seja feito um orçamento que reflita este plenário.  
1626 Se um dia o “Integra” quiser conversar com o “Cuidar”, pode ajudar a articular isso, mas não  
1627 está com essa função. Não responderá as provocações. Possui uma trajetória que o  
1628 qualifica para estar neste lugar e para ajudar. Gostou, porque achou Márcio Cruz  
1629 competente. Diz que precisam levar em conta que estão rachados e que, talvez, tenham que  
1630 reduzir a pauta, para verificar o que conseguem fazer. Não é como era antes, mas há um  
1631 trabalho a ser feito. É uma pena que, sendo ele o interlocutor, talvez não seja bem ouvido.  
1632 Todas/os conselheiras/os tem responsabilidade sobre a plenária. Se quiserem dialogar com  
1633 o “Cuidar da Profissão”, não será neste espaço da plenária. Veio à plenária porque tem  
1634 condições para isso, é psicólogo, foi conselheiro por 12 (doze) anos. Tem esse acúmulo que  
1635 o permite estar neste espaço. Sua trajetória no CRP SP tem grande valor para ele. Em seu  
1636 tempo na tesouraria ajudou a construir muitas coisas. Colocar o “Cuidar” para dentro não  
1637 ajudará. Neste momento, o plenário faz um intervalo de 1 (uma) hora em suas atividades  
1638 para almoço, retornando para finalizar as discussões sobre o Orçamento. Às 15 horas,  
1639 retomam a plenária. **IX) ORÇAMENTO (CONTINUAÇÃO)** – Guilherme Rodrigues Raggi  
1640 Pereira esclarece que o método, de fato, é uma questão importante para a Diretoria,  
1641 especialmente em uma peça como essa e em um trabalho como esse. Uma questão,  
1642 inclusive, é do quanto olham para a parte e o quanto olham para o todo. Informa que vai  
1643 iniciar a fala discorrendo sobre o compromisso que há com a categoria, expondo que não há

1644 leviandade em absolutamente nada desse trabalho. Considera que as pessoas têm o direito  
1645 de pensar o que quiserem, mas que ele tem o direito de responder que não há leviandade.  
1646 Reafirma o compromisso com a categoria e, justamente por isso, repete a questão de  
1647 profissionalização dos processos que já tem falado em plenária algumas vezes. Salienta a  
1648 questão da diferença fundamental que se consegue perceber na condução e nos trabalhos  
1649 que vem sendo apontados. Respondendo especificamente ao conselheiro Vinicius Cesca,  
1650 indica que há uma diferença entre os dois, entre as pessoas, que é a forma como exercem  
1651 as funções. Definitivamente, não toma para si o conhecimento de outra profissão, não toma  
1652 e não tomará. No Código de Ética, fala-se em estar capacitado teórica e tecnicamente para  
1653 exercer uma função. Entende que não é de sua profissão e de nenhum dos membros do  
1654 plenário produzir esse documento integralmente. Por isso, salienta que não há problema e  
1655 não se envergonha em contar com o apoio daqueles que o precedem, com relação ao que  
1656 foi dito sobre André Isnard estar presente. Lamenta profundamente que não tenham  
1657 conseguido fazer a transição. Respondendo a Vinicius Cesca, que falou sobre a questão  
1658 pública, considera que há coisas que tomariam muito tempo desta plenária se fossem  
1659 discutir. Reafirma que lamenta profundamente que ainda não tenham conseguido fazer a  
1660 transição entre tesourarias, o que considera que faz com que percam enquanto plenária,  
1661 mas quem mais perde é a categoria com isso. Comenta que não há colaboração do outro  
1662 grupo. Há falas, não somente do conselheiro Vinicius Cesca, de que existe uma  
1663 intencionalidade, tomando a liberdade de utilizar essa palavra, pois não foi exatamente essa  
1664 a palavra usada, mas referindo-se a uma possível intencionalidade estranha na produção e  
1665 na condução dos trabalhos que têm sido feitos. Existe um pendor a atribuir para um grupo  
1666 ou para o outro, neste caso, para o seu grupo e a ele próprio, desde o começo da gestão,  
1667 essa intenção escusa. Isso o intriga, pois, quando isso acontece, indaga-se sobre qual a  
1668 intenção das pessoas que fazem essa atribuição ao outro. Parece que essa guisa de  
1669 responsabilidade e rigor, que o outro grupo mesmo aponta, e que percebem que não parece  
1670 colaboração, e sim atravancamento. Para concluir, informa que há muito a melhorar na  
1671 construção técnica e política das ações, sendo que muitos dos fatores já estiveram sob  
1672 responsabilidade desse outro grupo anteriormente, e como foi dito, é corriqueiro fazer  
1673 ajustes no orçamento, entendendo que não há uma flexibilidade total nesse orçamento, mas  
1674 em algumas questões sim. O orçamento é um plano de dispêndio financeiro, indicando  
1675 quais são as receitas previstas e os gastos previstos. É preciso ter esse caminho, mas não é  
1676 absolutamente fechado. Vinicius Cesca colocou pontos importantes na plenária, para nós  
1677 aqui, mas coloca ênfase em detalhes quando é necessário ter uma visão do conjunto, do  
1678 todo. Como apresentou no início, os números gerais do orçamento não se alteram, o que

1679 deve ser visto como mérito desse trabalho e deve ser considerado. Nesse sentido, falando  
1680 de pontos específicos, se há divergência com valores da cesta básica, isso será ajustado,  
1681 sem sombra de dúvidas. É um compromisso do plenário. Quando se fala de folha de  
1682 pagamento, está-se falando de dispêndio com funcionários, e esse é o compromisso da  
1683 gestão, não havendo discussão possível. Deixarão de fazer ações políticas se necessário,  
1684 mas não deixarão de pagar a cesta básica do funcionário. Ainda sobre o exemplo da cesta  
1685 básica, relembra que em maio deste ano, durante a gestão da Diretoria que o precedeu,  
1686 abriu-se a possibilidade para os funcionários de receberem o vale-refeição e a cesta básica  
1687 em pecúnia. Então, é natural que o valor para a cesta básica esteja modificado: há um  
1688 aumento no valor de recebimento em pecúnia e a redução da cesta básica. De qualquer  
1689 forma, atravancar o processo de aprovação desse orçamento, mesmo com ressalvas,  
1690 coloca em risco a operação CRP SP e isso é bem complicado, especialmente por que se é  
1691 veiculada uma informação distorcida sobre algum aspecto financeiro, principalmente  
1692 relacionado aos funcionários. É algo que causa apenas desconforto e não ajuda a quem  
1693 constrói o cotidiano, a quem está aqui todos os dias. Sua fala inicial é muito mais política do  
1694 que técnica. Entende que se há discordâncias, pode-se estar junto, contribuindo, fazendo  
1695 reunião com a contabilidade e com a gerência. É possível fazer essa reunião sem  
1696 problemas. Podem discutir e debater inclusive a metodologia, reelaborando-a. Podem olhar,  
1697 inclusive, para a metodologia criada por Vinicius Cesca, considerando o tempo em que  
1698 esteve na tesouraria e a experiência que teve. Podem aprimorar uma ou outra, entendendo  
1699 que talvez não fiquem claros os aspectos metodológicos. **Considerações dos presentes: 1)**  
1700 Diógenes Pepe, gerente geral, diz que pode colaborar no sentido de explicar que o número  
1701 global de despesa pelo total não se altera. A contabilidade está preparada, pelo software  
1702 utilizado pela contabilidade é possível remanejar todo mês quando vê que o orçado não está  
1703 de acordo, já se remaneja automaticamente. A outra peça que tem é mais cotidiana, o  
1704 centro de custo já se tem a cultura de ajustá-lo toda sexta-feira ou todo momento, que é  
1705 necessário, de uma conta receber mais dinheiro, remanejando-se de outra. Considera que,  
1706 em termos globais, o que tem nesse sentido que não há insegurança quanto ao total de  
1707 receita e quanto ao total de despesas. Não sabe se ficou claro o problema da cesta básica.  
1708 Aparece para cesta básica o valor de cerca de R\$ 200.000, que é o valor puro de cesta  
1709 básica daqueles funcionários que optaram pela cesta básica. Mas, pouco após isso, há a  
1710 indicação de Vale refeição e Vale alimentação por R\$1.026.000,00 (um milhão de vinte e  
1711 seis mil reais) em pecúnia. Há uma parte significativa de funcionários que não recebe mais  
1712 cesta básica, e sim em pecúnia. Então, a Contabilidade classifica isso de forma diferente,  
1713 mas quando se compara com o ano anterior, realmente é uma distorção absurda. **2)**

1714 Guilherme Raggi indica que podem combinar um número de falas, para tentarem seguir com  
1715 o encaminhamento. Assim, propõe um bloco de 5 (cinco) falas. **3)** Vinicius Cesca de Lima  
1716 aponta que fará algumas considerações a partir dos apontamentos feitos por Guilherme  
1717 Raggi. Comenta que não se trata de apropriação de conhecimento de outra profissão. Do  
1718 ponto de vista de seu entendimento político, rejeita qualquer lógica corporativista para  
1719 profissões. Deliberadamente, desrespeita fronteiras e limites entre campos de conhecimento  
1720 e atuação e, para ele, isso é uma postura política e, nesse sentido, até defenderia a  
1721 apropriação. Mas, não acha que se trata de apropriação de competências de outra  
1722 profissão, neste caso. O que sabe sobre orçamento, sabe sendo psicólogo e militante em  
1723 espaços em que este tema é importante. Tem uma trajetória em instâncias de controle  
1724 social que lhe exigem que entenda disso e ele trouxe enquanto contribuição. Não dá para  
1725 fazer, efetivamente, controle social, na perspectiva de uma atuação política, sem manejar  
1726 muito profundamente os mecanismos pelos quais o orçamento é construído, debatido e  
1727 aprovado. Como já disse no mês anterior, há algo do campo da psicologia, tanto em sua  
1728 formação quanto em sua atuação, que diz respeito à gestão de processo de planejamento  
1729 público. O CRP reconhece isso desde 2012, com a 2ª Mostra Nacional de Práticas, que  
1730 colocou que os processos de planejamento público é um dos processos de trabalho da/o  
1731 psicóloga/o. Tiveram trabalhos interessantes sobre isso na Mostra e o projeto “Psicologia  
1732 Todo Dia, em Todo Lugar” também trouxe experiências desse tipo, inclusive de colegas que  
1733 estão neste plenário. Teve experiência em áreas de diagnóstico, planejamento,  
1734 monitoramento e avaliação de políticas públicas enquanto psicólogo e é lá que aprendeu  
1735 parte dessas coisas e o que não aprendeu lá, aprendeu em um espaço que é da militância  
1736 política em que esteve enquanto psicólogo. Entende que essas são competências que  
1737 fazem parte de sua atuação profissional, discordando dessa leitura que você apresenta.  
1738 Contudo, quer apontar que em nenhum momento, de sua parte, teve a expectativa de que  
1739 Guilherme Raggi fizesse a construção técnica do orçamento, mas a atribuição regimental  
1740 para a qual um conjunto de conselheiras/os o elegeu, em um debate ao qual eles foram  
1741 convidados a apresentar motivos para se eleger e um dos motivos que mais se repetiu dizia  
1742 respeito a sua competência técnica. Então, considero que não há nenhum absurdo que  
1743 espere e cobre competência técnica, nesse sentido. Afinal, foi isto o que foi prometido e  
1744 apontado como objetivo de motivação das/os colegas que o elegeram. O que espera é o  
1745 cumprimento daquilo que é uma função regimental do cargo, a coordenação do processo. E  
1746 essa é uma função política e não técnica. O que quer dizer com isso é que em nenhum das  
1747 ocasiões precisou de mais do que alguns minutos para identificar aquilo que identificou das  
1748 propostas de orçamento. Quando por exemplo recebeu a planilha e identificou que havia

1749 receita com mala-direta, sendo que o plenário decidiu que não terá mais receita dessa  
1750 ordem. Ou seja, não precisa de competência técnica nenhuma, é interpretação de texto.  
1751 Falta um trabalho de coordenação, que deveria rapidamente identificar. Deveria ter uma  
1752 construção mais conjunta da peça, que parece que não ocorreu, na medida em que os  
1753 questionamentos apontados precisam ser direcionados e questões que estão discutindo  
1754 aqui foram apontadas em outubro e continuam não sendo sanadas e não consegue  
1755 entender o porquê. Realmente, gostaria que pudessem estar fazendo nos debates sobre o  
1756 orçamento uma discussão que fosse mais do campo da intencionalidade política e não do  
1757 detalhe do número. Só que continuam não conseguindo sanar o detalhe do número.  
1758 Entende que isso é uma condição necessária para que na sequência pudessem fazer um  
1759 debate que provavelmente não farão, já que tudo indica que aprovarão o orçamento, seja  
1760 como for, nesta data. Considera uma pena por que não terão feito um debate necessário,  
1761 tendo esse sido impedido na medida em que não conseguem ter, minimamente, confiança  
1762 sequer nos números, conforme foram apresentados. Há alguns argumentos que apresentam  
1763 agora que considera que não cabem, sendo necessário discutir sobre eles. Começa quando  
1764 Guilherme Raggi comenta sobre quem os antecedeu, fará a leitura de uma Resolução do  
1765 Conselho Federal de Psicologia que foi aprovado na época em que André Isnard era  
1766 tesoureiro, considerando uma pena que ele não esteja mais para ouvir. A Resolução diz que  
1767 o orçamento tem uma dimensão Jurídica, *“o orçamento tem caráter e força de lei enquanto*  
1768 *tal definiu limites”, que o orçamento tem uma dimensão Jurídica, “o orçamento tem caráter e*  
1769 *força de lei enquanto tal definiu limites basicamente instrumento por meio do qual o CRP*  
1770 *extraí recursos da categoria e os injeta em áreas selecionadas dentro de um planejamento.”,*  
1771 *e que tem uma dimensão política, “é corolário da dimensão econômica, se o orçamento tem*  
1772 *um equívoco caráter redistributivo, o processo de aprovação e gestão do orçamento embute*  
1773 *necessariamente perspectiva e interesses conflitantes que se resolvem em última instância*  
1774 *no âmbito da ação política dos gestores e da categoria.”.* Considera obvio que não se  
1775 alterem os números gerais de receita e despesa. Mas, se isso bastasse, não precisariam  
1776 detalhar. Se o que interessa, no final das contas, é saber qual o valor de receita e o valor de  
1777 despesas, de forma global, não precisariam ter, sequer, o esforço de fazer um detalhamento  
1778 disso. O detalhamento é tão importante quanto os valores globais. Não compreende a  
1779 justificativa de que basta verificar que os valores finais estão batendo e que o problema está  
1780 apenas na distribuição interna. A distribuição interna é aquilo que juridicamente define  
1781 limites a serem respeitados pelos gestores no tocante a realização de despesas. Aquilo que  
1782 está detalhado e não só o global é aquilo pelo meio do qual o CRP extrai recursos  
1783 compulsoriamente da categoria e injeta dentro de um planejamento. É o detalhamento que

1784 expressa a dimensão política do caráter redistributivo, das perspectivas de caráter  
1785 conflitantes. Em respeito, inclusive, ao que tem de acúmulo dentro do Sistema Conselhos e  
1786 com um bom toque de ironia no fato de quem estabelece essas diretrizes de construção do  
1787 orçamento é um ex-conselheiro do Conselho Federal que estava aqui e que poderia ter  
1788 contribuído no sentido de mostrar, em relação a essas questões, muito mais que uma fala  
1789 com a qual não entendeu para onde direcionava a sua intencionalidade. Este detalhamento  
1790 é importante, explicita intenções, explicita um compromisso público que pode até ser  
1791 manejável. Ainda assim, não se pode considerar que esse detalhamento não é importante.  
1792 Sobre um argumento que parece não fazer muito sentido, a respeito do que falaram - da  
1793 transferência do recurso de cesta básica para o item pecúnia-, como tem uma variação  
1794 muito expressiva, também, do valor em pecúnia e como acompanhou este processo de  
1795 negociação com o Sindicato, desta conversão para pecúnia, foi a primeira coisa que foi  
1796 conferir. Só que, ainda assim, está muito distante do valor inicial. Somando-se o valor pago  
1797 em produto e o valor pago em pecúnia, para este ano de 2017, o valor chega a R\$  
1798 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e está orçado para o ano que vem R\$ 1.400.000,00  
1799 (um milhão e quatrocentos mil reais). Ou seja, ainda assim, mesmo somando com os  
1800 valores destinados à pecúnia, há uma redução de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) em  
1801 relação a este recurso de benefício aos funcionários. Não acha que isso seja mero detalhe e  
1802 não acha que podem aprovar uma peça orçamentária que explicita isso no campo da  
1803 intenção, sendo que houve tanto tempo para corrigir essas questões. São questões em  
1804 relação ao detalhe da composição técnica. Tiveram muito tempo para fazer isso e não foi  
1805 feito e não consegue entender o porquê. Comenta que métodos são replicáveis e, quando  
1806 replica método que informam terem utilizado, chega a outro valor. O que o leva a acreditar  
1807 que ou não é esta a metodologia efetivamente utilizada - e isto não é atribuir uma intenção  
1808 escusa, pois não utilizou esta palavra ou nada que atribua este sentido - ou a metodologia  
1809 foi utilizada sobre uma base de dados que continua apresentando erros que não foram  
1810 identificados. Considera que tanto em um caso quanto em outro, é preciso corrigir. Continua  
1811 com seu questionamento porque mesmo somando a cesta básica, vale alimentação, vale  
1812 refeição e pecúnia continua tendo uma diferença muito grande, quase R\$ 500.000,00  
1813 (quinhentos mil reais). Não precisa de muito esforço analítico para dizer que este orçado  
1814 não será o suficiente. Não é uma questão de “cada não seja suficiente, remanejam”. Ele não  
1815 será o suficiente e isso, para ele, está explícito. Questiona porque se já sabem que não será  
1816 suficiente, já não corrigem, uma vez que há condições e houve tempo para isso. Coloca que  
1817 nesse processo, houve questões que entram no campo do absurdo, como colocar uma  
1818 previsão de receita de mala-direta, que lhe soa tão extemporâneo, quanto colocar uma

1819 despesa de *jeton*. Se já definiram que não terá, porque preveem que terá? Se estão falando  
1820 de uma peça que é uma construção política, há algo no campo do desrespeito do processo  
1821 coletivo de tomada de deliberações políticas que não se expressa no orçamento e que fica  
1822 cindido. Considera ser essa a questão que lhe é mais cara, a maneira como isso vai sendo  
1823 pontuado, como uma metodologia neutra, que aplicada de forma não intencionada, afasta  
1824 esse debate do debate da vida real e considera que uma peça orçamentária que  
1825 intencionalmente, desde o início, assume-se que não é compatível com a vida real, não  
1826 pode ser aprovada. Sobre metodologia, particularmente entende que é preciso mudar a  
1827 metodologia de construção da peça do orçamento contábil. O que lhe incomoda, e acredita  
1828 já ter dito isso em agosto ou setembro deste ano, ou até antes, quando começaram a  
1829 pensar no planejamento, é que só a média enquanto parâmetro - ainda que seja um bom  
1830 parâmetro do ponto de vista de alguma segurança -, é que seria importante fazer isso  
1831 necessariamente atrelado com a discussão do plano de trabalho. Entende que  
1832 metodologicamente fazer isso enquanto dois elementos distintos traz algum prejuízo  
1833 sempre. Guilherme Raggi fala de fazer uma transição, anunciando que a metodologia é a  
1834 mesma metodologia que foi utilizada no passado – sendo que ao ser utilizada anteriormente  
1835 não gerava essas distorções, ou foi um lance de sorte, de o destino o ter agraciado  
1836 enquanto tesoureiro, pois não foi necessário fazer nenhuma correção de inconsistência de  
1837 dados ou talvez tenha sido a maneira como se pensa a coordenação desse processo. Não  
1838 consegue pensar em nenhum elemento de transição de gestão que diga a respeito de  
1839 construção desse processo. Guilherme Raggi fala do lamento de não ter havido transição  
1840 quando ela nunca foi proposta. E continua dizendo que considero que, pela transparência de  
1841 alguns processos, é fundamental que as coisas possam ser feitas em público, até no sentido  
1842 de proteção das pessoas envolvidas. Por exemplo, há um tempo, Guilherme Raggi lhe  
1843 encaminhou um memorando, questionando se estava em posse de alguns documentos.  
1844 Considerou esse questionamento esdrúxulo e indagou o porquê de tê-lo feito e, até agora,  
1845 não teve resposta e não quer entrar neste jogo. Eu não quero ter que ficar tratando de  
1846 questões que lhe parecem ser insinuações graves, como quando o questionam se manteve  
1847 posse de documentos que serão necessários na gestão da tesouraria. Considera que nas  
1848 entrelinhas, está-se fazendo uma acusação gravíssima. Considera que é preciso que ela  
1849 seja feita em público. Deve-se discutir essas questões em público e não por troca  
1850 documentos, ou fazendo reuniões fechadas. Diz aceitar fazer qualquer processo de  
1851 transição da maneira como Guilherme Raggi solicita, desde que seja feito em público. Não  
1852 fará de portas fechadas porque não entende ser assim que se faz política e também porque  
1853 quer se precaver deste tipo de insinuação, como aquelas que lhe são endereçadas. **4)**

1854 Andrea Mataresi diz que acha bastante complicada a fala do conselheiro Guilherme Raggi,  
1855 no sentido de indicar a apropriação de outra profissão, uma vez que se colocam enquanto  
1856 gestores públicos. Acha uma pena que nesse outro grupo a única pessoa que tem condição  
1857 de estar nesta mesa diretora não ser conselheira titular, a Beatriz Brambilla. Pondera que  
1858 isso pode ser colocado na conta da ex-conselheira Camila Teodoro, que não queria nem  
1859 que Beatriz compusesse o plenário. Porque é a única pessoa que tem condição de fazer  
1860 gestão, a atual mesa diretora não tem. Pondera que não se trata de se apropriar de  
1861 profissão alheia. Quando se candidata a uma vaga de tesoureiro, tem que ter condições  
1862 mínimas de ser tesoureiro e se não tem condições de fazer uma soma ou de tirar um custo  
1863 de jeton, ou de tirar receita de mala-direta - não está dizendo de uma dificuldade em planilha  
1864 do Excel e em contas, porque usando o exemplo que deu da Beatriz Brambilla, tem certeza  
1865 que ela não é professora de estática e matemática - está dizendo da análise política, que é o  
1866 que considera que o Guilherme Raggi não tem. De todas as justificativas de sua eleição  
1867 para tesoureiro, considera que a que mais faz sentido é a do colega Rodrigo Presotto, que  
1868 diz que votava em Guilherme Raggi por ser quem tinha mais tempo. "Voto no amigo  
1869 desempregado por que ele pode ficar o dia inteiro no Conselho". Considera ser a única  
1870 justificativa plausível. Informa que discorda inteiramente do gerente geral, Diógenes Pepe,  
1871 quando diz que a receita e o gasto estão corretos, e que podem votar. Não está correto!  
1872 Levantaram a questão do jeton e da mala-direta, ou seja, já indicaram que há uma receita a  
1873 mais e citaram que a mesma desculpa que deram da cesta-básica não é real. Assim,  
1874 gostaria de repetir o pedido que já fizeram, uma vez que iniciaram essa discussão há duas  
1875 plenárias e houve tempo de consertar esses erros. Houve tempo suficiente do conselheiro  
1876 tesoureiro olhar os erros, de a conselheira presidenta olhar esses erros. Já houve tempo  
1877 para fazer isso e estão na 3ª Plenária discutindo isso e considera que dizer que estão  
1878 atravancando leviano. Por que estão apontando o erro, estão dizendo em que linha está,  
1879 estamos dizendo a quantidade de dinheiro que está errado, não estão atravancando, estão  
1880 dando a solução. Atravancar seria ficar quieto, deixar com que esse grupo se desse mal, e  
1881 depois ganhar politicamente com isso. Estão apontando soluções, como fizemos hoje com o  
1882 conselheiro Rodrigo Toledo na discussão da COE, como tem feito muitas vezes. Hoje,  
1883 concordaram com o encaminhamento da conselheira Beatriz. Não estão atravancando. A  
1884 questão é que querem aprovar algo que está errado, o que está sendo gravado. Pede que  
1885 isso seja registrado em ata, que sabem que isto está errado na gestão de uma autarquia  
1886 pública federal, que sobrevive pelo pagamento de imposto obrigatório e que estão querendo  
1887 fazer isso por falta de competência de levar essa discussão. Há duas plenárias o tesoureiro  
1888 traz pessoas para discutirem isso por ele. E, com todas as diferenças que têm, por exemplo,

1889 com a conselheira Beatriz Brambilla, pelo menos, tem que dar o braço a torcer na avaliação  
1890 da Comissão de Políticas Públicas, ela estava presente e conversaram. Ela própria e Evelyn  
1891 Sayeg iniciaram a conversa e foi difícil, mas depois conseguiram trabalhar juntas e chegar a  
1892 pontos comuns. Porque isso é gestão pública: é ter diferenças e ir à diante. Agora,  
1893 Guilherme Raggi assume o erro e pede para que seja dado esse “jeitinho”. Pede, por favor,  
1894 que este orçamento não seja aprovado. Pede que não se coloquem nessa posição de  
1895 vergonha pública de aprovar um orçamento de uma autarquia, que arrecada a quantidade  
1896 de dinheiro que este CRP arrecada, errado. Pede que se economizem dessa vergonha,  
1897 porque irão divulgar isso. Porque não têm competência para estar nesses lugares que  
1898 ocupam e sabem disso. Há 5 (cinco) meses, metade da atual mesa diretora dizia não saber  
1899 o que era ser conselheira/o. Podem renunciar e deixar que a única pessoa desse lado do  
1900 plenário que tem condições para estar aí assumir um lugar nessa mesa, porque passarão  
1901 vergonha. 5) Bruna Lavinias comenta que houve uma fala de Guilherme Raggi em que dizia  
1902 que seu grupo atravancava. Ela pediu um exemplo, mas estava sem microfone e Guilherme  
1903 Raggi fez gesto com a mão no sentido que ela aguardasse. Assim, pede que ele  
1904 exemplifique, pois ficou curiosa. Comenta que falaria muitas das coisas que já foram ditas  
1905 por Vinicius Cesca e Andrea Mataresi, assim, não repetirá. Cita que é preciso ter  
1906 responsabilidade pelo que estão fazendo com a categoria. E, em relação a isso, faz alguns  
1907 apontamentos: a) em primeiro lugar, considera que vale a pena o exercício da reflexão  
1908 desse grupo, porque foi esse grupo que deu o golpe. Por que deram esse golpe? Qual a  
1909 consequência desse golpe que deram? O Vinicius era o tesoureiro, estava na mesa diretora  
1910 anteriormente e, pelo que entende, agora estão, recorrentemente, pedindo ajuda a ele.  
1911 Assim, sugere que votem para que Vinicius Cesca volte à tesouraria, pois faz mais sentido  
1912 do que delegar ou solicitar constantemente que ele exerça essa função, como uma ajuda. E  
1913 ele tem ajudado o tempo todo, em todas as plenárias. Considera que quem está  
1914 atravancando essa questão do orçamento é esse outro grupo, porque independente de  
1915 todas as ajudas que Vinicius Cesca tem oferecido, o erro volta a aparecer e é o mesmo tipo  
1916 de erro, o mesmo erro, em um campo distinto. Assim, vê atravancamento de quem está  
1917 fazendo esse mesmo erro recorrente. Questiona porque se oferecer a fazer algo que, de  
1918 início, já sabia que não daria conta, se isso também não é uma falta de responsabilidade  
1919 com a categoria. Se diz que não há tempo para ser presidente da COE, ou que não se dá  
1920 conta de ser tesoureiro, basta não se oferecer para ocupar esses cargos. É simples! b)  
1921 Questiona qual o objetivo de pautarem a aprovação de um orçamento em plenária, se é  
1922 meramente protocolar ou se tem um objetivo final. Questiona qual o significado de se  
1923 aprovar um orçamento, porque se pode ser aprovado com erros, não precisa de todo esse

1924 teatro, basta mandar errado. É isso que tem sido dito pela terceira vez e que se seu grupo é  
1925 contra, é porque está atravancando. Se for apenas para constar, em pauta na plenária,  
1926 apenas comunicar que foi aprovado, faz mais sentido. Comenta que não precisam de todo  
1927 esse desgaste, perder esse tempo. Se assumiram ser conselheiras/os e se  
1928 responsabilizaram por esse orçamento, no mínimo, ele tem que estar correto para ser  
1929 aprovado, ou são todas/os fantoches encenando uma peça. **6)** Clarice Paulon diz se sentir  
1930 contemplada com as falas de Vinicius Cesca, Andrea Mataresi e Bruna Lavinias. Considera,  
1931 realmente, cansativo ficar escutando essa narrativa de “isso não é da minha alçada,” eu  
1932 não sou formado para isso”. Defendem nas políticas públicas de saúde e de assistência  
1933 social a interdisciplinaridade. Defendem isso na concepção da assistência da Psicologia,  
1934 que possam cada vez mais ter uma relação menos corporativista com as outras práticas que  
1935 os auxiliam e que contribuem. Quando assumem um papel de gestão, são gestores e  
1936 políticos, e, minimamente, precisam saber ler uma planilha. Novamente, quando saíram da  
1937 Diretoria, afirmou que iria ser uma oposição franca, honesta e aberta a este plenário. Que  
1938 faria sua oposição a partir de uma relação de crítica com rigor e que esperava que essa  
1939 diferença e essa dissonância que apareceria, na verdade, contribuísse para o andamento  
1940 desse plenário. E é isso que estão fazendo. Tiveram que ficar ouvindo por fofocas que  
1941 espalham que a Diretoria anterior tinha senhas para evitar que a atual fizesse os  
1942 pagamentos na data correta. Teve que ouvir do Cuidar que ela era do MBL – Movimento  
1943 Brasil Livre. Precisa que isso fique registrado, pois é um nível tão baixo e tão sujo de  
1944 oposição em bastidor que chega a lhe enojar. Se permanece no plenário, é por respeito à  
1945 plataforma política e à categoria. Pois, o respeito às pessoas deste plenário e ao Cuidar já  
1946 está na lama. Afirmam que são de direita porque romperam e ameaçam pessoas que os  
1947 apoiam por estarem falando as coisas, é uma sujeira deslavada, é nojento. Se estão aqui, é  
1948 pela categoria. Então, pede que não lhes digam que estão atravancando os trabalhos, pelo  
1949 contrário, estão, inclusive, ajudando a não serem caçados pelo TCU (Tribunal de Contas da  
1950 União) ou algo do tipo. **7)** Guilherme Raggi, comenta que finalizarão esse bloco com a sua  
1951 fala e seguirão para encaminhamento. Diz que, das competências gerais e específicas,  
1952 Vinicius Cesca assume que tem competência para fazer esse tipo de trabalho, mas, em  
1953 outro momento de gestão, não estavam no clima bélico que estão. Acha importante pensar  
1954 as competências gerais e específicas e já salientaram em outro momento que o outro grupo  
1955 adora invocar o termo “golpe”, do qual discordam veementemente. Sobre a recondução de  
1956 Diretoria, pode-se entender que a diretoria anterior não teve competências de outra ordem  
1957 para poder conduzir este plenário de maneira satisfatória. Não irá se aprofundar nisto, pois  
1958 não é o ponto em discussão neste momento. Especificamente sobre a questão da mala-

1959 direta, a rubrica é para mala-direta e anúncios. Entendendo, inclusive, que tiveram menos  
1960 jornais, tiveram menos esse tipo de arrecadação, mas é uma receita prevista mais ampla  
1961 que puramente por mala-direta. Sobre a questão dos Memorando, podem resolver isso  
1962 depois, pelas vias institucionais. Comenta que a fala da Andrea segue, no geral, uma  
1963 estratégia de desqualificação que é bastante comum de verem, sistematicamente, em outros  
1964 contextos, neste plenário, e não somente direcionadas a ele. Pega emprestada uma fala do  
1965 conselheiro Rodrigo Presotto: “Não pego o chapéu!”. Não cai nessa estratégia de  
1966 desqualificação. Por exemplo, a fala de que houve tempo para consertar os erros. Há  
1967 condições muito específicas no CRP que precisam, de fato, serem levadas em consideração  
1968 e que foram levadas em consideração na coordenação deste trabalho. Não volta atrás em  
1969 como foi feito. Bruna Lavinias, quando diz em atravancar os processos, quer exemplos  
1970 concretos, mas ele considera que nunca terão concordância em algumas coisas porque  
1971 estão no campo da interpretação. Clarice Paulon sempre comenta a questão da narrativa,  
1972 quando seu grupo insiste na narrativa do golpe. O grupo dele enfatiza a narrativa do  
1973 atravancamento. Entendem que determinados usos que são feitos da máquina atravancam  
1974 o trabalho dela e que nunca irão se entender se mantiverem dessa forma. Acha que isso é  
1975 um problema gigantesco de comunicação que têm. **8)** Bruna Lavinias coloca que, ainda que  
1976 seja uma questão de disputa de narrativas, apontaram claramente onde o discurso que têm  
1977 se ancora: quais as justificativas de nomearem de golpe. Assim, questiona onde o discurso  
1978 de atravancamento se ancora. Considera importante que se explicite isso, ou fica um  
1979 discurso vazio. **9)** Guilherme Raggi diz que poderiam elencar sistematicamente, diversos  
1980 pontos, muito deles relacionados a tomada da palavra e o número de pedidos que têm  
1981 recebido e que impactam na máquina administrativa e na tentativa de dar encaminhamento  
1982 adequado a estas questões. Não entrará nesse detalhe. **10)** Bruna Lavinias esclarece que a  
1983 dinâmica da plenária do uso da palavra é exatamente a mesma desde o início da gestão,  
1984 exatamente a mesma. Assim, questiona se o outro grupo atravancava antes. Corrige-se  
1985 dizendo que não é a mesma, pois agora o outro grupo apenas concorda em bloco, não  
1986 falam mais. Mas antes a dinâmica do diálogo e do uso da fala era a de todo mundo querer  
1987 falar muito. **11)** Guilherme Raggi comenta que retomará à linha normal de raciocínio, para  
1988 poderem contemplar a discussão e encaminhar as questões aqui. **12)** Bruna Lavinias  
1989 comenta que pedem, sistematicamente, ajuda a Vinicius Cesca. Pondera que talvez “ajuda”  
1990 não seja o melhor termo. Diz que há coisas que foram devidas e estão tomando as  
1991 decisões e atitudes necessárias. **13)** Guilherme Raggi, respondendo brevemente sobre qual  
1992 o objetivo de pautar o assunto em plenária, comenta que foi algo dito em sua fala inicial. Há  
1993 diferenças muito significativas, inclusive, de como pensar o processo, qual o ponto de

1994 partida e qual o ponto de chegada. Quando apresentam o orçamento neste momento, estão  
1995 trabalhando com o orçamento mais base, não estão trabalhando com o orçamento  
1996 programa. E apesar de ele também ter uma manifestação política, é preciso aprova-lo para  
1997 dar conta de uma atribuição em relação ao Conselho Federal. Por isso, salienta as questões  
1998 mais amplas do orçamento e quando tratam do trabalho cotidiano, mais delimitado, tem a  
1999 questão da especificidade. Entram também na questão do orçamento político, que será  
2000 tratado no Planejamento Estratégico. Agora, entender que um orçamento vem antes do  
2001 planejamento ou se vem depois, é uma diferença de concepção do processo. **14)** Bruna  
2002 Lavinias Jardim Falleiros se desculpa por interromper a fala, mas considera que seu  
2003 questionamento não ficou claro. Sua questão é qual a necessidade de se aprovar o  
2004 orçamento, se refere ao porque existir essa obrigatoriedade legal de que o orçamento seja  
2005 aprovado. A questão não é a respondida por Guilherme Raggi. **15)** Guilherme Raggi diz que  
2006 irá concluir e pode pensar em outra resposta, diferente. Sobre o orçamento estar correto,  
2007 pontua que ele segue bases técnicas, como já haviam salientado antes. Ou seja, ele estar  
2008 correto ou não, tem a ver com as diretrizes que são estabelecidas em Resolução e que  
2009 foram seguidas à risca pela equipe. Quando Clarice Paulon fala que farão uma oposição  
2010 com base no rigor, considera algo devido, mas que não podem deixar de considerar o  
2011 histórico desta plenária e do tempo, inclusive de 1 (um) ano que foi executado com esse  
2012 grupo na liderança. Recebemos uma herança desse grupo - não falando sobre a  
2013 qualificação dessa herança - mas precisam dar conta sem que tenha havido transição. Não  
2014 podem ser levianos na ideia de que não estamos sendo rigorosos. Uma coisa importante de  
2015 finalizarem para seguirem é que há contribuições possíveis. Enquanto Diretoria, são  
2016 fiscalizados pelo plenário. Estão há dois meses na gestão, basicamente. Estão  
2017 reconstruindo os passos até agora e estão trabalhando sistematicamente para melhorar os  
2018 procedimentos, quaisquer que sejam. **16)** Clarice Paulon coloca que a questão de os  
2019 processos estarem sendo continuamente discutidos tem relação com o fato deste plenário  
2020 se construir em um movimento de “inventar a roda”. Fizeram um processo de  
2021 desenvolvimento em relação ao Planejamento Estratégico e ao orçamento há um ano e  
2022 agora decidem simplesmente descartar e reinventar. A pessoa contratada para o  
2023 Planejamento, Márcio Cruz, veio à plenária e disse que estava ótimo o planejamento e que a  
2024 parte do conteúdo estava muito bem organizada. Disse, inclusive, que teria alguns trabalhos  
2025 para fazer e iria utilizar o método - o mesmo método que o conselheiro anterior utilizou - mas  
2026 estava sendo contratado. A questão é que, através do Cuidar, estão publicamente pedindo  
2027 nossa renúncia dos membros do Integra, que é algo que está no Facebook. Os comentários  
2028 feitos pelos membros do Integra na publicação foram apagados. Então, publicamente, há

2029 esse pedido de exclusão de parte da plenária. Os membros do Integra foram afastados das  
2030 representações dentro dos núcleos, dentro das comissões e de qualquer tipo de  
2031 representação que o CRP SP faça. Inclusive, isso, pelo que sabe, foi indicação das cabeças  
2032 de fato deste plenário, que não estão aqui. De fato, quererem “reinventar a roda” e  
2033 desqualificar o que foi feito nesse um ano de gestão, apesar de no conteúdo da fala de  
2034 Guilherme Raggi, estar sendo dito que não. Foi dito que receberam uma herança, sem  
2035 querer desmerecer essa herança, mas quando resolvem reinventar a plenária depois de um  
2036 ano, como se fosse o primeiro ano de gestão, estão desqualificando um trabalho que foi  
2037 feito durante esse ano. Reforça o que Vinicius Cesca trouxe, que em nenhum momento foi  
2038 contatada para fazer transição. Indica que Maria Rozineti Gonçalves não a procurou em  
2039 nenhum momento para falar sobre a vice-presidência. Assim, se a transição não foi feita,  
2040 não é responsabilidade de quem estava antes. **17)** Andrea Mataresi pontua que já são  
2041 16h10 e que gostaria de enfatizar que atribuem a seu grupo serem violentos, mas que esse  
2042 outro grupo também sofre violência deles mesmos. Relata que o conselheiro Marcio  
2043 Magalhães está solicitando renúncia e encaminha mensagem para o grupo oposto. **18)**  
2044 Maria Rozineti Gonçalves enfatiza que esse não é o ponto que estão discutindo. **19)** Andrea  
2045 Mataresi diz que continuará falando. Está indo embora, mas vai falar antes. Pede que Maria  
2046 Rozineti fique quieta, porque ela concluirá sua fala. Pede que Maria Rozineti não venha dar  
2047 bronca de mãe. **20)** Maria Rozineti Gonçalves diz ter sido desnecessário, pois Andrea  
2048 Mataresi teria todo o tempo de fala depois. **21)** Vinicius Cesca manifesta seu repúdio ao  
2049 comportamento completamente autoritário da presidência da mesa novamente. Dirige-se à  
2050 Maria Rozineti, dizendo que endereça a ela todo o seu repúdio pelo desrespeito, de novo. É  
2051 somente a Andrea Mataresi pegar o microfone, como acontece em todas as plenárias.  
2052 Direccionam quem não pode falar, interrompem, não dão o direito de palavra de ordem e  
2053 outros mecanismos. Todo repúdio ao comportamento autoritário que mais uma vez esta  
2054 plenária está adotando. Pede que Maria Rozineti não interrompa sua fala e diz que ela não  
2055 tem condições democráticas de estar no lugar em que você está e, mais uma vez,  
2056 demonstra isso. Não interrompa a fala de outra conselheira! É simples! Quem está no uso  
2057 da fala exerce o direito do uso da fala. **22)** Andrea Mataresi diz que fala no tom que quiser.  
2058 **23)** Guilherme Raggi diz que á um compromisso de decoro nesta plenária. **24)** Andrea  
2059 Mataresi, dirige-se à Suely Ortiz dizendo que não são amigas, que não têm nenhuma  
2060 ligação. Assim, pede que não vá lhe dar bronca. Não admite que a vice-presidenta, que está  
2061 exercendo a presidência deste Conselho hoje, faça isso. É algo que ela sempre faz e que  
2062 Luciana Stoppa também faz, de vetar algumas falas e outras. O conselheiro Marcio  
2063 Magalhães está pedindo pela terceira vez para renunciar, contando em mensagens que está

2064 sendo violentado pelo Cuidar, para convencê-lo a não sair. Conselheiros como Edgar  
2065 Rodrigues e outros, sempre falam que estão silenciados e que votam porque existe uma  
2066 pressão de pessoas que querem mandar e pessoas que querem defender. E então, ouve-se  
2067 risadinhas de pessoas um pouco menos inteligentes e que não conseguem fazer  
2068 interpretação de texto e de situação, que é o caso da conselheira Ivana, por exemplo. Pede  
2069 que não interrompam sua fala, que novamente estão cortando sua fala e que não deixará de  
2070 falar. Completa que a um homem Guilherme Raggi atende. Porque ele é assim, falou para  
2071 ela que não atenderia ao seu pedido, somente a um pedido feito por Aristeu Bertelli.  
2072 Questiona ao que Suely Ortiz diz que não é obrigada, pontuando que é sim obrigada,  
2073 porque ocupa este lugar de golpista. O ex-conselheiro André Isnard, esteve em uma reunião  
2074 do Cuidar com conselheiras/os e planejavam como boicotar o Planejamento Estratégico. A  
2075 Biancha dizia para todo mundo perder o voo. Diz para Maria Mercedes que a reunião foi  
2076 realizada no dia 19, que talvez ela não se lembre, mas estava presente. Diz estar sendo  
2077 sarcástica, mas que no dia 19 de setembro houve uma reunião do Cuidar na qual estava  
2078 Beatriz Brambilla, Ana Bock, Maria Mercedes Guarnieri e Guilherme Raggi estava no  
2079 computador. Planejavam como boicotar o Planejamento Estratégico e o André Isnard era a  
2080 pessoa que dava sugestões de como fazer isso. Pede que fique registrado que, nesta  
2081 plenária, a pessoa que então preside a sessão disse que qualquer psicóloga/o de São Paulo  
2082 pode ser convidado a esta plenária. Uma vez que convidaram o psicólogo André Isnard para  
2083 entrar. Quer deixar registrado que a partir de hoje esta plenária é aberta a qualquer  
2084 psicóloga/o convidada/o. Não terão direito a voto, porque não são conselheiras/os, mas tem  
2085 direito a fala, como foi feito com o amigo desse grupo que planejava como dar o golpe.  
2086 Viram o golpe no Planejamento Estratégico que estava sendo pago por este Conselho. Cita,  
2087 que possuem, inclusive, gravações dessa reunião, então, não adianta falarem que não  
2088 aconteceu. Assim, reforça que é feio e que é golpe! Tem registro disso e é violento com o  
2089 próprio grupo. Pede que tenham um mínimo de respeito às/aos colegas de militância e que  
2090 deixem com que elas/es saiam, não os obriguem a ficar só para contar voto a mais. Porque,  
2091 no argumento, não tem competência de ganhar. Dirigindo-se à Guilherme Raggi, diz que ele  
2092 não tem competência, no argumento técnico, para ganhar essa questão do orçamento. Irão  
2093 ganhar na força! Estão nesse teatro sem receber ajuda de custo há três meses, por que  
2094 Guilherme Raggi não tem competência para estar aqui. Estão fazendo um teatro e não sabe  
2095 por que o plenário não coloca para votação e ganham à força, uma vez que não têm espaço  
2096 para discordar dessa mesa diretora. Novamente, a única que respeita desse grupo é a  
2097 Beatriz Brambilla, por que é a única que tem coragem e tem voz, e tem voz até pelo espaço  
2098 que ocupa profissionalmente e etc., para discordar dos demais. Passem menos vergonha! E

2099 eu peço para vocês, não aprovelem esse orçamento. Pede que deixem que quem têm  
2100 capacidade de liderar, liderar. Comenta que já são 16h15 e que dará parte de sua fala para  
2101 o conselheiro Vinicius Cesca e que está se retirando da plenária. **25)** Vinicius Cesca  
2102 comenta que gostaria de fazer alguns apontamentos. As conselheiras Suely Ortiz e Maria  
2103 Rozinetti reclamam de ofensa quando é feita em um certo tom de voz, como se o que fazem  
2104 não fosse ofensivo o tempo todo. Guilherme Raggi fala com tom mais calmo, como se não  
2105 fosse extremamente violento aquilo que ele fala. O que Guilherme Raggi diz sobre a  
2106 sobrecarga da máquina na forma de pedidos é função obrigatória e fundante de uma  
2107 instituição pública. Não é precípua de Conselho Profissional, mas precípua de uma  
2108 instituição pública. A sua queixa é tão absurda como se trouxesse ao plenário a relação de  
2109 que as/os psicólogas/os não parassem de fazer representação ética, ou que os usuários do  
2110 serviço de Psicologia não param de fazer representação ética. Se trata do mesmo  
2111 procedimento. É um absurdo que isso possa ser formulado e apresentado enquanto  
2112 argumento por alguém que está na direção de uma entidade pública. Tem falas também que  
2113 ficam no campo do subtexto, do insinuado, de aquilo que é devido. Questiona qual é a  
2114 dívida, quem está em dívida com o que? Tem uma coisa da questão da transparência da  
2115 linguagem que não podem se queixar de seu grupo. Considera que têm sido muito honestos  
2116 neste sentido, com todas as letras do que endereçam de críticas, em relação ao método do  
2117 movimento do qual grande parte do plenário faz parte e que está na gestão das entidades  
2118 da Psicologia Brasileira. Mas quer apontar duas coisas: a) querer exigir deste plenário fé  
2119 está no campo da crença! Fala que foi seguida à risca uma metodologia técnica, mas não  
2120 foi. Não foi! E não precisa acreditar em Guilherme Raggi porque ele já disse isso em outubro  
2121 e, na sequência, disse que não tinha sido feito, que tinha um erro. Disse isso novamente em  
2122 novembro e depois admitiu, de novo, que tinha um erro. Assim, por que deveria acreditar  
2123 ingenuamente enquanto profissão de fé? Não seria nem “fé” o que você está exigindo,  
2124 porque seria um desrespeito com a expressão “de fé”. Está-se exigindo que acredite,  
2125 enquanto você fala pela terceira vez, que está correto do ponto de vista técnico que  
2126 realmente esteja, sem que demonstre isso. O questionamento que faz é: se a metodologia  
2127 que está sendo apontada tivesse sido seguida, não teria chegado ao valor que se chegou de  
2128 cesta básica para funcionário ou de alimentação e pecúnia. Aquilo que está sendo  
2129 apontando, mas que não se explicita, não se fundamenta, não se justifica, não se  
2130 demonstra. Apenas dizer que é assim e que o plenário precisa acreditar que é assim, sendo  
2131 que todas as evidências apontam o contrário. b) Outra questão é um certo cinismo, uma  
2132 certa tentativa de manipulação da linguagem. Dirigindo-se a Guilherme Raggi, diz que pode  
2133 servir para várias/os das/os colegas, mas que não serve para ele, porque conhece com

2134 alguma profundidade disso que Guilherme está falando. Quando fala sobre “mala-direta e  
2135 anúncios”, tenta falar uma “malandragem” na linguagem com a palavra ‘anúncios’. Esquece  
2136 que o próprio encaminhou um arquivo demonstrando a memória de cálculo, de como se  
2137 chegou neste valor. Em outubro, comunicou que chegou a esse valor R\$168 mil (cento e  
2138 sessenta e oito mil reais) com o seguinte calculo: em média três malas por mês, com 46.637  
2139 (quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e sete) nomes cada uma, por 12 (doze) meses com  
2140 cada etiqueta no valor de R\$0,10 (dez centavos). Ou seja, o cálculo que apresentou para  
2141 chegar aos R\$ 168 (cento e sessenta e oito mil reais) é exclusivamente de mala-direta.  
2142 Agora, está solicitando que façam de conta que não é mala-direta e, sim, anúncios, sendo  
2143 que o cálculo que demonstrou é exclusivamente com mala-direta. Assim, isso não funciona  
2144 com ele e continua vendo um erro de base em relação a essa construção. Imagina que  
2145 quem continuou trabalhando neste arquivo entre os dias 11 de novembro e 08 de dezembro,  
2146 foi o Mario Corrêa, supervisor do Departamento de Contabilidade. O Mário não tem  
2147 obrigação de saber que extinguiram a mala-direta. É isso que está falando. Não está no  
2148 campo técnico, está no campo da coordenação política. Assim, como que o conselheiro  
2149 tesoureiro que coordena esse processo pode não ter informado ao supervisor do  
2150 departamento de contabilidade que ele tinha que retirar a receita de mala-direta uma vez  
2151 que o plenário tomou a decisão política de extinguir esse serviço? É uma atribuição do  
2152 tesoureiro! E essa atribuição não foi cumprida. E agora está fazendo uso desse cinismo  
2153 dessa manipulação da linguagem, querendo fazer o plenário acreditar que não é receita de  
2154 mala-direta e, sim, de anúncios, mas desde o primeiro momento, demonstrou este valor  
2155 como mala-direta. Entende que houve uma falha de coordenação política deste processo  
2156 desde 11 de novembro, quando o tesoureiro não forneceu à área técnica a informação  
2157 necessária para que ela pudesse trabalhar. De qualquer forma, queria deixar apontados  
2158 esses dois elementos, esta tentativa, em diversos momentos, de uma manipulação grotesca  
2159 na linguagem e o fato de que pela terceira vez o tesoureiro exige do plenário que acredite  
2160 que algo foi feito, quando nas duas vezes anteriores o próprio admitiu que não tinha sido.  
2161 Questiona o que os levaria a acreditar que não está acontecendo uma terceira vez? E que  
2162 não devem acreditar que foi feito, porque não foi feito da maneira como foi apresentado? De  
2163 qualquer forma, qualquer que seja a justificativa, qualquer que seja a questão que possa ser  
2164 apontada, qualquer que seja a condução dessa deliberação que vai se ter agora, também  
2165 apela na mesma direção que outros colegas já apontaram, que o plenário não passe pelo  
2166 constrangimento público de assumir um compromisso, nem que seja no campo das  
2167 intenções, com erros tão grotescos quanto são esses dois - de um elemento de receita que  
2168 decidiram que não vai ter e com esta redução no cálculo de benefícios ao corpo de

2169 trabalhadoras(es) do CRPSP -, mesmo que depois revejam isso. A questão é por que não  
2170 foi revisto isso a tempo de ser aprovado dentro do prazo que devia? Novamente o tesoureiro  
2171 pede que aprove de qualquer jeito, do jeito que está, porque há prazo com o CFP, e  
2172 depois corrigem. Novamente o tesoureiro está dizendo que o orçamento pode ser uma peça  
2173 fictícia, que o detalhe não importa, que pode ser que esteja errado mesmo, mas que depois  
2174 corrigem, se precisar, ajustam. Do ponto de vista político, acha isso inadmissível. Reafirma,  
2175 mais uma vez, que este plenário não tem condições de aprovar o orçamento desta maneira.  
2176 Infelizmente! Infelizmente não há condição para isto. Seu desejo é que não precisassem  
2177 fazer este tipo de discussão, que acha que é algo que não diz respeito a entendimentos  
2178 políticos diversos. Até o campo da divergência que poderiam estar fazendo poderia ser mais  
2179 rico, se não tivessem que lidar com detalhes tão básicos, que precisam ficar reafirmando e  
2180 apontando pela terceira vez seguida, pelo terceiro mês seguido. Acha triste e, de certa  
2181 forma, surreal, inacreditável que apesar disso tudo que já discutiram sobre isso, os  
2182 apontamentos ainda estejam nesses pontos que não tenham sido resolvidos. **26)** Diógenes  
2183 Pepe, gerente geral, indica que foi ele quem não passou a instrução para a Contabilidade da  
2184 exclusão da mala-direta e não o tesoureiro. Participou da plenária e o Mario Correa trabalha  
2185 sob sua orientação. Assim, foi ele quem não explicou para ele. Mario realmente não sabia, e  
2186 a falha foi sua. Quer deixar isso claro. **27)** Guilherme Raggi diz que, de qualquer forma, há  
2187 umas questões bastante práticas. Há problemas insanáveis, aparentemente, no campo  
2188 político. Diz à Bruna Falleiros que não responderá, neste momento, ao seu questionamento,  
2189 pois há uma questão de horário. Assim, gostaria de fazer uma proposta, entendendo que há  
2190 ressalvas no processo. **28)** Bruna Falleiros diz que sua questão é uma questão de ordem  
2191 para definirem e para o plenário ter ciência de que se eles aprovarem da forma como está,  
2192 podem estar incorrendo em alguma coisa ligada à legalidade. É essencial que se explicito o  
2193 porquê, legalmente, há a obrigação de uma autarquia aprovar o orçamento. Existe uma  
2194 exigência legal de isso ser cumprido. E, por que existe essa exigência de que se aprove um  
2195 orçamento, se o orçamento pode ser encaminhado de qualquer jeito? Considera essencial  
2196 de isso ser esclarecido. **29)** Guilherme Raggi diz que será breve, lembrando que o  
2197 plenário é o órgão máximo de deliberação. Apesar da execução e do trabalho de  
2198 coordenação ser da Diretoria, quem deve encaminhar este tipo de decisão é o Plenário.  
2199 Então, diz que não tem mais como responder isso além desta questão. Nesse momento, se  
2200 Bruna Falleiros deseja um argumento técnico Jurídico específico, não terá como responder.  
2201 Deixa isso registrado. Gostaria de propor que há uma ressalva nessa questão da mala-  
2202 direta, como o gerente geral, Diógenes Pepe apontou e não tiveram essa informação  
2203 anteriormente, também. Mas existe a possibilidade de aprovarem esse orçamento com

2204 ressalva, que é o que gostaria de propor ao plenário. Entende que uma parte não se sente  
2205 confortável com isso e, assim, propõe que seja feita votação, onde cada um pode votar  
2206 contra, se abster. Ainda, que o voto seja nominal, como imagina que seria solicitado. **30)**  
2207 Vinicius Cesca de Lima diz que a proposta da mesa é de aprovação com ressalva e gostaria  
2208 de apresentar o encaminhamento alternativo de rejeição, que votem nesta data pela rejeição  
2209 desta peça orçamentária. Até porque seria mais adequada a suspensão, mas entende que  
2210 seria impossível, irresponsável demais, que não tenham o orçamento aprovado até a virada  
2211 do ano e acredita que não terão outro momento para isso. Considerando que levaram a  
2212 discussão até este momento, sem ter tido oportunidade de ver a política do processo, e sem  
2213 que tenham feito as correções necessárias, não vê outra posição que não seja de que este  
2214 orçamento precisa ser rejeitado e com esta decisão, que possam pensar em outra maneira  
2215 de construir um orçamento que tenha condições mínimas de ser aprovado. **31)** Ivani  
2216 Francisco de Oliveira propõe que seja feito o remanejamento do valor. Na verdade, de  
2217 excluir esse valor de receita orçado com mala-direta e verificar se não tem a possibilidade  
2218 de remanejar esse valor para cesta-básica dos funcionários. **32)** Maria Rozineti Gonçalves  
2219 diz que isso é a indicação que foi dada pelo conselheiro Guilherme Raggi. Que a ressalva é  
2220 exatamente essa, não tem a ver com cesta-básica. **33)** Guilherme Raggi esclarece que não  
2221 é isso. A sua proposta é de aprovação do orçamento, entendendo que terá modificações  
2222 posteriores. Assim, será encaminhado com essa informação ao Conselho Federal. **34)**  
2223 Bruna Lavinias comenta que em um orçamento, quando se modifica o valor de um lugar,  
2224 necessariamente, outros terão que ser modificados. Assim, questiona quais serão esses  
2225 outros locais que serão impactados no orçamento ou se poderá ser qualquer um. **35)**  
2226 Guilherme Raggi comenta que toda modificação que fizerem na receita impactará nas ações  
2227 políticas. Logo, a diferença de R\$ 160.000 (cento e sessenta mil reais) de receita, será  
2228 reduzido nas despesas com as ações políticas. **36)** Bruna Lavinias questiona se a diferença  
2229 que há com o orçamento para cestas-básicas será deduzida de qualquer ação política. **37)**  
2230 Guilherme Raggi diz que não é possível afirmar que há um buraco em relação às cestas-  
2231 básicas. Vinicius Cesca fez uma análise, mas é necessária uma análise aprofundada disso,  
2232 mas posteriormente, que poderá ser fiscalizada pelo plenário. De maneira geral, os pontos  
2233 que poderão sofrer com quaisquer alterações é o das ações políticas. Por isso, é importante  
2234 fazer o orçamento antes do Planejamento Estratégico, para ter a dimensão de quais valores  
2235 estarão disponíveis. **38) Questão de ordem,** Vinicius Cesca aponta a impossibilidade da  
2236 proposta apresentada pela conselheira Ivani Francisco de Oliveira e, acredita que dialoga  
2237 com o que foi exposto por Guilherme Raggi. Um dos elementos que impedem que possa ser  
2238 como ela sugeriu é o que foi exposto pela conselheira Bruna Falleiros: se for diminuída a

2239 receita em R\$168.000 (cento e sessenta e oito mil reais) das receitas, terá que ser  
2240 diminuído R\$168 mil (cento e sessenta e oito mil reais), também, das despesas. Porém, as  
2241 ações políticas é um bloco que reúne diversos itens e não é possível retirar genericamente  
2242 deles, é necessário apontar de qual elemento. O orçamento deve ser assinado pela Diretoria  
2243 – presidência e tesouraria – e tem o detalhamento dos itens, inclusive de ações políticas,  
2244 Onde está o item que envolve transporte, hospedagem, ajuda de custo e diária, mas  
2245 também o itens que envolvem alguns dos serviços de pessoa jurídica que entram nas  
2246 atribuições políticas, enquanto outros entram em apoio funcional. Então, não é tão simples  
2247 assim, é preciso ter uma indicação mais precisa. A mala-direta gera uma receita, mas ela  
2248 também gera uma despesa, como postagem, impressão, etc., ou seja, extinguindo o serviço  
2249 de mala-direta não deixam, simplesmente, de ter cerca de R\$ 170 mil (cento e setenta mil  
2250 reais) de receita, pois há despesas que estão orçadas que diminuiriam devido ao serviço  
2251 não ser mais feito, deixa-se de ter gastos também. Considera que retirar a receita de mala-  
2252 direta tem um impacto mais sofisticado do que conseguem analisar neste momento, porque  
2253 implicaria em, primeiro, estudar onde haverá essa diminuição de despesas que a mala-  
2254 direta traria. Além disso, é preciso indicar com precisão de quais ações políticas o valor  
2255 seria diminuído, se seria da ajuda de custo, do Jornal Psi, etc. Não tem como aprovar algo  
2256 que não é aquilo que será assinado pela presidenta e pelo tesoureiro e que será  
2257 encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia. E o exercício que precisa ser feito é  
2258 impossível de ser feito aqui. Precisa de outro detalhamento, da sofisticação deste cálculo,  
2259 que não é possível de ser feito aqui. **39)** Rodrigo Toledo sugere, considerando os  
2260 apontamentos feitos por Vinicius Cesca de que não é possível retirar simplesmente o valor,  
2261 considerando que são vários itens de ações políticas, que sigam a direção do que foi  
2262 apontado pela conselheira Ivani Francisco, de tirar o valor proporcionalmente de todas as  
2263 ações políticas. Apresenta que se trata de uma tentativa de compor, para poderem avançar,  
2264 uma vez que já estão há mais de 3 (três) horas na discussão deste ponto. Comenta que foi  
2265 informado que enviariam às/aos psicólogas/os os Códigos de Ética, ou seja, um custo que  
2266 imagina que não estava previsto e que terão a partir de janeiro ou fevereiro. Imagina que o  
2267 valor planejamento com postagem ainda não dará conta disso, mas vai em direção ao custo  
2268 que deixarão de ter com postagem de mala-direta. **40)** Vinicius Cesca aponta que a  
2269 proposta apresentada por Rodrigo Toledo também é impossível, pois não é exequível. Dos  
2270 itens de ações políticas, há alguns com orçamento muito grande e outros com orçamento  
2271 muito pequeno. Cita como exemplo que um dos itens que compõe a área de ações políticas  
2272 é serviços fotográficos e vídeos, que tem um orçamento previsto de R\$612,00 (seiscentos e  
2273 doze reais); já ajudas de custo para conselheiras/os, o orçamento previsto é de R\$90.000,00

2274 (noventa mil reais). Assim, considera que não é possível seguir essa proposta, sem  
2275 entender o impacto com relação a cada um dos itens. Entende a intenção, mas aponta que  
2276 talvez se não tivessem ficado essas horas todas sem o tesoureiro sequer admitir que havia  
2277 um problema com a receita de mala-direta, poderiam ter feito algo que avançasse nesta  
2278 direção. Mas, neste momento, a tempo de colocarem para votação, é impossível seguir  
2279 assim. Volto ao seu argumento de que é um cheque em branco, como irão aprovar algo que  
2280 é diferente daquilo que será assinado. Questiona como aprovarão valores que não são os  
2281 que estão sendo apresentados. Continua entendendo que, infelizmente, não é exequível  
2282 fazer dessa maneira. **41)** Guilherme Raggi questiona se Rodrigo Toledo mantém sua  
2283 proposta e tem como resposta que não. Então, indica que há duas propostas para o  
2284 plenário, para seguir para votação: a) aprovação da proposta de orçamento com ressalvas,  
2285 indicando que o plenário pode indicar novas ressalvas, que serão consideradas no  
2286 documento; e, b) Rejeição da proposta de orçamento. Assim, Guilherme Raggi indica que  
2287 iniciará a votação e cada conselheira/o deve votar em uma das propostas. Questiona se  
2288 querem que seja nominal. **42)** Vinicius Cesca diz que tinha entendido no mês anterior que a  
2289 mesa Diretora tinha concordado que toda vez que houver votação, mesmo que ela não seja  
2290 nominal no sentido de declaração de votos, a mesa ao apurar esses votos indicaria os  
2291 nomes de quem votou, para registro. **43)** Guilherme Raggi concorda e assim, dá início à  
2292 votação. Aberto à votação: **Rejeição da proposta de orçamento** – 4 (quatro) votos,  
2293 Vinicius Cesca de Lima, Bruna Lavinias Falleiros, Clarice Paulon, Mary Ueta. **Aprovação do**  
2294 **Orçamento com ressalvas** – 11 (onze) votos, Suely Castaldi Ortiz, Guilherme Raggi,  
2295 Reginaldo Branco da Silva, Maria Mercedes Guarnieri, Edgar Rodrigues, Larissa Ornelas,  
2296 Beatriz Brambilla, Ivani Francisco de Oliveira, Ivana do Carmo Souza, Monalisa Muniz do  
2297 Nascimento e Rodrigo Toledo. **Abstenções** – Maria Rozineti Gonçalves. Assim, o orçamento  
2298 é aprovado com ressalvas. Mais considerações do plenário: Vinicius Cesca solicita à mesa  
2299 diretora, informando não se lembrar se foi feito anteriormente, mas que inclusive assume a  
2300 responsabilidade caso não tenha sido feito como deveria. A Resolução CFP nº007, de  
2301 outubro de 2007, que estabelece os procedimentos para aprovação do orçamento diz que é  
2302 preciso ter ou a ata da Assembleia que aprovou ou a Resolução do Regional aprovando o  
2303 orçamento, assim, gostaria de reforçar a solicitação nesse sentido de que esta aprovação do  
2304 orçamento com as ressalvas, como este plenário deliberou, seja consignado em Resolução  
2305 e que, se possível, o Plenário possa ser comunicado quando esta Resolução for publicada.  
2306 **Encaminhamento:** O plenário, por votação, aprova com ressalvas a proposta de orçamento  
2307 do CRP SP. Será publicada a Resolução referente à aprovação deste orçamento, conforme  
2308 indicado pelo conselheiro Vinicius Cesca de Lima. **X) PAUTA DA ASSEMBLEIA DAS**

2309 **POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS - APAF (BRASÍLIA, DE 16 A**  
2310 **17/12/17) – 10.1) Apreciação das atas da Apaf de maio de 2017** - Guilherme Rodrigues  
2311 Raggi Pereira comenta que sobre não há nada a acrescentar sobre as atas da APAF de  
2312 maio de 2017. **10.2) Proposta orçamentária do Conselho Federal de Psicologia –**  
2313 **Exercício 2018** - Guilherme Rodrigues Raggi Pereira indica que apresentarão a proposta  
2314 orçamentaria do CFP, mas não tem muitos detalhes. Mandaram os materiais de subsídio,  
2315 onde consta que a receita prevista é de R\$ 38.000.000 (trinta e oito milhões de reais), e de  
2316 despesas preveem R\$ 21.000.000 (vinte e um milhões de reais) com pessoal civil, R\$  
2317 17.500.000 (dezessete e sete milhões e quinhentos mil reais) para as ações políticas e R\$  
2318 8.500.000 (oito milhões e quinhentos mil reais) para conta divulgação. Considerações: 1)  
2319 Vinicius Cesca de Lima comenta que verificou o arquivo encaminhado pelo CFP e gostaria  
2320 de registrar sua impressão de que ele veio empobrecido de detalhes. Não tem a  
2321 demonstração da composição dos valores, praticamente só tendo sido apresentada a folha  
2322 de rosto. Não sabe se aprofundarão na reunião de tesoureiros, que antecede a APAF, mas  
2323 considera que qualquer apreciação previa ficou prejudicada, porque somente apresentam os  
2324 números totais. 2) Guilherme Rodrigues Raggi pontua que podem levar essas observações  
2325 à reunião de tesoureiros. **10.3) Eleições 2019** – Guilherme Raggi comenta que Luciana  
2326 Stoppa, responsável por este ponto, não está presente nesta plenária, mas que não há  
2327 acréscimos sobre o assunto. Considerações: 1) Vinicius Cesca comenta que a Comissão  
2328 Especial Eleitoral, na conclusão da eleição do ano passado apresentou um relatório com  
2329 várias recomendações de alterações no Regimento Eleitoral e que é necessário decidir  
2330 quais as formas de voto, se haverá *kit* de votação impresso, se terá votação presencial e se  
2331 terá votação on-line. Recorda que é preciso ser decidido a cada vez, pois não há nada que  
2332 discipline as formas de voto. Assim, para que haja validade, o Regimento precisa estar  
2333 aprovada com, no mínimo, um ano de antecedência, ou seja, precisa ser aprovada na APAF  
2334 de maio de 2018. Dessa forma, a pauta é para que os Regionais constituam o GT Eleições  
2335 nesta APAF e que esse GT observe as recomendações de alteração de Regimento feito  
2336 pela Comissão Especial Eleitoral, além de discutir previamente os modos de votação, e  
2337 levem à APAF de maio essas indicações. Tem a impressão de que a votação pode ser feita  
2338 somente na modalidade online, indicando que há uma análise da Comissão Eleitoral de que  
2339 o custo de impressão e envio do kit de votação e do voto presencial é alto. Para a APAF de  
2340 maio, entende que esse é um debate que deve ser feito, para que possam levar uma  
2341 posição. **10.4) X Congresso Nacional de Psicologia** – Guilherme Raggi informa que não  
2342 há nada a ser acrescentado, neste momento, sobre este ponto. **10.5) Grupos de Trabalho**  
2343 **da APAF** – Guilherme Raggi comenta que esta gestão do Conselho Federal deu ênfase nos

2344 grupos de trabalho e, assim, muitas coisas caminharam. 10.5.1 - GT de Tesoureiros  
2345 (Assuntos financeiros) – Guilherme Raggi explica que esse GT, basicamente, tem  
2346 trabalhado para a revisão do manual de procedimentos administrativos. Haverá uma reunião  
2347 antes da APAF e da reunião de tesoureiros para concluir a minuta, antes de apresentar para  
2348 a APAF. Além disso, algumas ideias de elaborar propostas para a política de arrecadação,  
2349 sobre como lidar com a inadimplência, já tendo, inclusive, uma minuta. Também consideram  
2350 a situação financeira do CRP 01 e em um fundo de auxílio financeiro aos regionais.  
2351 Comenta que há outro GT, específico sobre apoio financeiro. **Considerações:** 1) Vinicius  
2352 Cesca solicita informações sobre o andamento do manual de procedimentos. 2) Guilherme  
2353 Raggi informa que ainda não conseguiu participar deste GT, mas que ocorrerá reunião no  
2354 dia 14 de dezembro, antes da reunião de tesoureiros, quando terá acesso à minuta. 3)  
2355 Vinicius Cesca, considerando que a minuta será apreciada pelo GT no dia 14 de dezembro,  
2356 para ser também apreciada na reunião de tesoureiros em 15 de dezembro, com a  
2357 perspectiva de entrar na pauta da APAF de 16 de dezembro, questiona se é possível  
2358 solicitar a minuta, com antecedência, ao CFP. 3) Guilherme Raggi indica que não se recorda  
2359 de ter recebido essa minuta, mas diz que Vinicius Cesca pode fazer o pedido diretamente ao  
2360 GT. 4) Vinicius Cesca responde que não pode, pois não faz parte do GT e, do ponto de vista  
2361 institucional, é esquisito. Assim, questiona se Guilherme Raggi pode solicitar a minuta e, tão  
2362 logo seja recebida, reencaminhar para ele. 4) Guilherme Raggi informa que será feito dessa  
2363 forma. 10.5.2 - GT Elaboração de projeto de apoio financeiro a publicações de CRPs –  
2364 Guilherme Raggi comenta que esse GT foi criado para discutir sobre o auxílio aos CRs que  
2365 desejam fazer publicações. Informa que participou das duas últimas reuniões. A ideia era  
2366 começar a construir critérios para apresentar um projeto que pudesse ajudar os CRs a fazer  
2367 suas publicações de naturezas diversas. Critérios como para quais tipos de publicações os  
2368 CRs podem pedir, se os CRs grandes teriam fomento ou não, etc. **Considerações:** 1)  
2369 Vinicius Cesca comenta que participou desse GT até setembro. Já tinha apresentado uma  
2370 proposta de critério, mas havia certo desgaste porque as concepções sobre quais os  
2371 critérios são muito distintos dentro do Sistema Conselhos. Considera interessante conhecer  
2372 a leitura dos regionais menores e dos maiores a respeito do tipo de publicação a financiar.  
2373 Curiosamente, esse GT não conseguia produzir logo em sua criação, a primeira reunião do  
2374 GT ocorreu 4 (quatro) anos depois de ter sido criado. Agora, há um repertório potente, ele  
2375 apontando, inclusive, para uma discussão importante. Acha interessante que debatam em  
2376 outro momento, para entenderem a lógica de funcionamento do Sistema, pois as discussões  
2377 desse GT escancaram o que entendem das relações dos regionais dentro do Sistema.  
2378 Estão trabalhando com uma tarefa concreta, mas acha que ajuda a pensar sobre as

2379 concepções que têm do Sistema Conselhos. 10.5.3 - GT Revisão da política de orientação e  
2380 fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia – Guilherme Raggi conta que ainda é o  
2381 representante do CRP SP neste GT. Ainda não conseguiram fazer a modificação. O GT  
2382 discute 3 (três) grandes Resoluções: 1) A Política de Orientação e Fiscalização; 2) O CPD -  
2383 Código de Processamento Disciplinar; e, 3) A Consolidação da Resoluções. Relata que na  
2384 última APAF, o grupo recebeu a incumbência de discutir, também o “Coaching” e as novas  
2385 práticas. Esse GT tinha terminado as discussões acerca da POF (Política de Orientação e  
2386 Fiscalização) e tinha recolhido algumas recomendações sobre o CPD, mas focou seu  
2387 trabalho na Consolidação das Resoluções. O GT apresentará na APAF a proposta de  
2388 desmembrar a Consolidação das Resoluções, para ter uma Resolução Administrativa. Sobre  
2389 ‘coaching e novas práticas’, o assunto foi discutido e apresentarão para a APAF a  
2390 possibilidade de regulamentação de novas práticas psicológicas, quaisquer que sejam, não  
2391 somente as integrativas e complementares. Algo similar ao Satepsi, que contenha os  
2392 princípios norteadores para práticas emergentes em Psicologia. Considerações: 1) Luciana  
2393 Mantovani comenta que há um material na COE para revisão do CPD e do PDO, mas que  
2394 acredita que ainda seja preliminar. 2) Guilherme Raggi esclarece que esse material já foi  
2395 recebido pelo GT e já compilaram as contribuições todas. Mas, ainda não mexeram no CPD,  
2396 apenas fizeram discussão mais aprofundada sobre a Consolidação das Resoluções. 3)  
2397 Luciana Mantovani indica que seria interessante ter uma Resolução somente sobre o  
2398 Processo Disciplinar Ordinário, pois atualmente se encontra em legislações esparsas. E,  
2399 então, quem desejar saber sobre um PDO não sabe onde buscar as informações. 4)  
2400 Guilherme Raggi comenta que, na construção da APAF, há todos os pontos apontados na  
2401 Consolidação, que necessitam ser adicionados, remanejados, há uma listagem, inclusive de  
2402 pontos de APAF adicionados pelo CRP SP. 5) Vinicius Cesca acha importante que se  
2403 discuta e avance na direção de uma revisão da consolidação que não seja só atualização de  
2404 texto. Comenta que tentou rastrear a origem dessa Resolução e a versão mais antiga que  
2405 localizou foi do ano de 1996, ou seja, 20 anos que fazem remendos a essa Resolução.  
2406 Apesar de se tratar de uma Resolução que tem a suposta intenção de aglutinar em um único  
2407 lugar as informações, a ideia de consolidá-la mais atrapalha do que ajuda, pois passa a  
2408 falsa impressão de que ela aglutina tudo, o que não é verdade. Acredita que é algo que faz  
2409 avançar para o abandono dessa consolidação e para que sejam feitas normativas no campo  
2410 administrativo e no campo processual, que traria mais qualidade. Do ponto de vista da  
2411 técnica legislativa, essa consolidação é um horror. Acha importante que se defenda nessa  
2412 direção. 10.5.4 – GT Crepop – Política Indutora – Ivani Francisco de Oliveira comenta que  
2413 esse GT foi finalizado. 10.5.5 - Crepop – Acompanhar pesquisas em andamento - Essa

2414 discussão está junto com a discussão do ponto de pauta da APAF “Crepop – Plano de  
2415 Trabalho 2018”. 10.5.6 - Estudo e elaboração de uma proposta de implantação de nova  
2416 Carteira de Identidade Profissional (CIP) de psicólogo – Maria Rozineti Gonçalves relata  
2417 que, pelo que pôde verificar, não houve andamento dos trabalhos desse GT. O que está  
2418 sendo pautado é a questão da carteira de identidade profissional. **Considerações:** 1)  
2419 Guilherme Raggi comenta que esse ponto ficou disperso em outros lugares. Cita que o que  
2420 GT de TI do Sistema Conselhos também já discutiu essas questões. Acredita que já tenham,  
2421 inclusive, construído algumas propostas, que devem ser apresentadas nesta APAF. 2)  
2422 Rodrigo Toledo indica que, na verdade, se tratou de uma discussão que ocorreu na APAF.  
2423 Uma das propostas que estava para ser aprovada era a retirada do nome social do campo  
2424 de observações e a inclusão de um campo específico na frente da CIP para colocar essa  
2425 informação. Essa era uma das questões que se recorda do debate que aconteceu entre os  
2426 CRs, mas esse ponto não chegou a ser discutido na última APAF. 10.5.7 - Evidenciar a  
2427 resolução nº 018/2002 (normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e  
2428 discriminação racial) - Ivani Francisco diz que esse grupo está discutindo evidenciar a  
2429 Resolução 018/02. Foram realizadas duas reuniões telefônicas e a proposta do grupo é  
2430 realizar algo alinhado com a década do afrodescendente, estabelecida pela ONU. Cogita-se  
2431 fazer um selo de reconhecimento similar ao que foi produzido nos ‘50 anos da Psicologia’,  
2432 que era colocado em algumas das publicações. O selo comemorativo seria para as  
2433 publicações que trabalham com o reconhecimento e com a questão da justiça e igualdade  
2434 racial. São Paulo tem acúmulo em evidenciar as Resoluções, um deles é de não deixar essa  
2435 questão apenas no espaço dos eventos, mas colocar a questão também em entregas de  
2436 CIP, em momentos de orientação, e também nas produções das CIs. 10.5.8 - Minuta de  
2437 resolução sobre escuta psicológica de crianças e adolescentes – Larissa Ornelas informa  
2438 que o Núcleo de Justiça realizou uma reunião ampliada no começo de novembro, no sentido  
2439 de formar um grupo de trabalho para discutir a questão. Vieram profissionais do campo  
2440 jurídico, representantes de associações deste campo, pessoas que estudam a questão da  
2441 escuta, pessoas que estiveram na luta durante o processo de aprovação da legislação e, a  
2442 partir dessa reunião, saiu uma série de encaminhamentos, uma série de pontos  
2443 sistematizados, que consideram importante levar para essa discussão. Não sabe se cabe  
2444 ler, neste momento, porque são extensos, mas se compromete a socializar com a plenária o  
2445 que foi pensado nessa reunião. Relata que se trata de um momento delicado, por conta da  
2446 aprovação da legislação sobre o tema. 10.5.9 - Revisão da Resolução CFP Nº 007/2003.  
2447 (Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo,  
2448 decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002) – Rodrigo

2449 Toledo informa que ainda não participou de reunião desse grupo. Considerações: 1)  
2450 Luciana Mantovani comenta que entre 2014 e 2015 havia um GT do CRP SP, coordenado  
2451 por Alacir Villa Valle Cruces, conselheira na época. Assessorava esse GT. São Paulo  
2452 produziu uma proposta, consultando várias instituições, como o setor de Psicologia do  
2453 Tribunal de Justiça e o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica. A proposta produzida foi  
2454 encaminhada ao GT Nacional que havia na época. Informa que Alacir Villa Valle Cruces  
2455 relatava que era um GT complicado, com a coordenação de uma pessoa da gestão anterior  
2456 do CFP, que não era muito democrática. Com a alteração da gestão do CFP, criou-se outro  
2457 GT. Cristina Pellini esteve representando o CRP SP em Brasília recentemente para discutir  
2458 a resolução sobre testes psicológicos, mas ficou sabendo que essa outra Resolução já  
2459 estava avançada e que não haviam considerado as contribuições do CRP SP, tendo sido  
2460 questionada sobre qual seria esse material, sendo que este CRP já encaminhou diversas  
2461 vezes. Entende que é preciso que considerem as contribuições do CRP SP, porque o  
2462 material foi produzido a partir de uma série de reuniões e debates, foi realizado evento. O  
2463 material produzido é bastante interessante e altera essa Resolução, já considerando as  
2464 normativas que surgiram a partir daquele momento, como o novo Código de Processo Civil  
2465 e o Estatuto do Desarmamento. O material produzido amplia a Resolução, para além de  
2466 somente os documentos produzidos no contexto da avaliação psicológica, passando a ser  
2467 para todos os documentos decorrentes da prestação de serviços psicológicos e também  
2468 aborda a questão de relatórios multidisciplinares, como aqueles que a/o psicólogo/a produz  
2469 junto com o assistente social ou com algum outro profissional. Acredita que tenha sido  
2470 encaminhada uma proposta interessante e que não precisam utilizar essa proposta. Acredita  
2471 que tenham apresentado uma proposta bastante interessante e entende que não precisam  
2472 utilizar totalmente essa proposta, mas que talvez o CRP SP pudesse insistir para que, ao  
2473 menos, a considerassem antes de apresentarem uma proposta pronta. Foi isso que Cristina  
2474 Pellini a reportou, que há uma proposta fechada sem a devida discussão. 2) Maria Rozineti  
2475 Gonçalves diz que o que Luciana Mantovani traz é importante. Com o material produzido  
2476 pelo CRP SP, é possível fazer o debate no momento que a proposta for apresentada. Poder  
2477 mostrar o trabalho do CRP e verificar onde há confluência ou não. Entende que é uma  
2478 minuta passível de ser alterada, se quem estiver na delegação do CRP puder fazer esse  
2479 diálogo. 3) Luciana Mantovani comenta que no GT estavam Rita de Cassia Oliveira  
2480 Assunção, de Campinas, Cristina Pellini, a então conselheira Alacir Cruces e, na assessoria,  
2481 estava ela própria, pela COE, Gislene Rede, pela COF e Carolina Benigno, representando  
2482 as subsdes. Explica que, geralmente, não tem 3 (três) assistentes técnicas em um trabalho,  
2483 mas consideraram que era um assunto muito importante tanto para COE quanto para a COF

2484 e as subsedes. 10.5.10 - Revisão da Resolução CFP N° 11/2012. (Serviços Psicológicos  
2485 Mediados por TICs) - Guilherme Raggi comenta que esse é o GT que discute a Resolução  
2486 sobre atendimento online. A proposta era fazer realmente uma revisão da Resolução inteira.  
2487 Fizeram uma reunião telefônica e uma presencial e, mais recentemente, coletaram  
2488 informações do uso e do trabalho com o atendimento *online* em todos os Regionais, com  
2489 base nisso, produziram uma minuta que vai ser apreciada agora pela APAF. Conta que uma  
2490 novidade é que estão propondo a abolição do site e, conseqüentemente, a avaliação do site  
2491 para que a/o psicóloga/o possa atender *online*. Essa é uma mudança grande, por entender  
2492 que a tecnologia é outra, que os sites têm outra função, assim, não faz sentido obrigar a/o  
2493 psicóloga/o a manter um site de publicidade que não serve para muito além disso. 10.5.11 -  
2494 Laicidade e Psicologia – Guilherme Raggi comenta que não participou desse GT, apesar de  
2495 estar apontado como um dos membros, nunca foi convocado para participar das reuniões.  
2496 Andrea Mataresi estava a frente. Apenas tem ciência de que foram realizadas algumas  
2497 reuniões telefônicas. 10.5.12 - Psicologia e esporte – O ponto estava indicado para ser  
2498 subsidiado pelo coordenador do Núcleo “Psicologia e Esporte”, Victor Cavallari, mas ele não  
2499 encaminhou contribuições. 10.5.13 - Demandas do Judiciário e Ministério Público aos  
2500 psicólogos que atuam nas políticas de saúde e assistência social – Larissa Ornelas informa  
2501 que não há nenhuma atualização deste ponto. Trata-se de um ponto constante, inclusive,  
2502 estando presente no caderno temático lançado em 2016, do Núcleo de Assistência, devido  
2503 aos trabalhadores da assistência que atuam com o sistema judiciário. Sempre se mantem a  
2504 posição de que quem trabalha nos serviços não deve exercer a função de perito do  
2505 judiciário, mesmo se for solicitado. Não há nenhuma mudança de posição com relação a  
2506 isso respeitando a normativa do Ministério de Desenvolvimento Social sobre a atuação da  
2507 assistência em parceria com o judiciário. Vinicius Cesca questiona se há representantes do  
2508 CRP SP nesse GT ou se a própria conselheira Larissa está. Contrariará o que ele próprio  
2509 defendeu anteriormente, recorda que esse GT havia concluído seu trabalho, faltando  
2510 apenas publicar. Mas, avaliou-se que havia problemas na produção desse GT e, por isso, o  
2511 GT não foi extinto, para poder lapidar sua produção. Portanto, o debate não é mais no  
2512 campo do posicionamento, que já foi consolidado. Havia problemas na composição do texto.  
2513 Verificando a pauta das plenárias anteriores, é possível verificar isso. Mas, o GT está em um  
2514 momento operativo, que já deveria ter sido terminado. Se não houver outra novidade,  
2515 deverá ser apresentado o texto revisto. 10.5.14 - Atuação da psicologia no contexto de  
2516 medidas socioeducativas - Maria Mercedes Guarnieri comenta que, na verdade, na outra  
2517 plenária que antecedeu a APAF, havia um quadro do GT de medidas socioeducativas que  
2518 estava meio parado. Mas, agora, ele foi retomado com força total e está produzindo

2519 bastante, realizando diversas discussões. A região Sudeste é representada por Marina  
2520 Barnabé, do CRP do Espírito Santo. Foi criado, também, um GT da Região Sudeste. Em  
2521 São Paulo, participaram da revisão do caderno do CREPOP, tendo sido realizada reunião  
2522 com uma parte da categoria para discutir esse caderno e, posteriormente, as contribuições  
2523 foram encaminhadas para Marina Barnabé, que os representou na discussão nacional. Os  
2524 Regionais da Região Sudeste estão bastante articulados. O GT também começou a discutir  
2525 a construção da Resolução que foi deliberada no COREP, além de outras ações  
2526 relacionadas às/aos psicólogas/os nas medidas socioeducativas. Em São Paulo,  
2527 promoveram um debate unindo esses 4 (quatro) estados para falar da importância dessa  
2528 Resolução. No próximo ano, pretendem continuar esses debates com os demais estados,  
2529 principalmente na Grande São Paulo e com as Subsedes, caso existam essas demandas.  
2530 Em maio, haviam construído junto à categoria uma justificativa, que é referente a outro  
2531 ponto de pauta da APAF. Informa que a justificativa para esse outro ponto foi construída no  
2532 início do ano com as psicólogas da categoria, mas foi encaminhada fora do prazo para a  
2533 APAF e, assim, não foi considerada. No decorrer do ano, ocorreram mais discussões na  
2534 região Sudeste, então, a justificativa foi alterada. Na articulação da região Sudeste, definiu-  
2535 se que o CRP seria o responsável por encaminhar essa solicitação de ponto, que é uma  
2536 estratégia política da região de pressionar para que seja construída essa Resolução. Foram  
2537 indicadas as deliberações do CNP e os principais enfrentamentos em São Paulo. Há uma  
2538 cobrança grande da categoria em São Paulo e outros estados também estão apontando  
2539 demandas dessa natureza. Os Regionais da Região Sudeste percebem a categoria  
2540 mobilizada em prol dessa Resolução, principalmente porque as/os psicólogas/os nas  
2541 medidas socioeducativas têm sua autonomia tolhida o que tende a piorar com os cortes de  
2542 orçamento que tem sido feito. 10.5.15 – GT Unificado: PL Osmar Terra e internação forçada  
2543 de usuários de álcool e outras drogas - Guilherme Raggi comenta que se trata da unificação  
2544 de dois GTs, um referente ao “PL Osmar Terra” e outro à “internação forçada de usuários de  
2545 álcool e outras drogas”. Havia sido designado aos conselheiros Ed Otsuka e Rodrigo  
2546 Presotto a apresentação desse ponto, mas ambos estão no Encontro de 30 Anos da Carta  
2547 de Bauru. Pelo subsídio, o trabalho proposto, basicamente, é continuar acompanhado o PL  
2548 e elencando os materiais existentes de orientação sobre álcool e outras drogas dentro do  
2549 Sistema Conselhos para compilação e, com base nesse levantamento de materiais,  
2550 apresentar à APAF um documento base para subsidiar um posicionamento do CFP sobre a  
2551 política de álcool e outras drogas. 10.5.16 - Atuação da Psicologia no Sistema Prisional -  
2552 Mary Ueta conta que foi realizada uma reunião presencial. Indica que desde a sua criação,  
2553 somente agora foram iniciados os trabalhos. Foram realizadas, ainda, três reuniões

2554 telefônicas, sendo que da última não pôde participar. Nessa reunião, discutiram o  
2555 questionário feito para a consulta das práticas das/os psicólogas/os que atuam no Sistema  
2556 Prisional, que foi feito em 2015 pelo CREPOP de psicólogas brasileiras que atuam nesse  
2557 campo e fizeram apontamentos. Nesta reunião, basicamente, apresentarão esse  
2558 questionário para ser feito novamente, provavelmente pelo CREPOP. Teria sido feito antes  
2559 se o ponto tivesse sido apresentado na APAF passada, o que não ocorreu. Caso passem  
2560 nesta APAF, pode ser possível aplicar no primeiro semestre do próximo ano. Outra questão  
2561 do GT é um Projeto de Lei que obriga a avaliação psicológica para toda progressão de pena.  
2562 Comenta que ficaram pontos pendentes da outra gestão, mas o grupo somente discutiu o  
2563 questionário, até o momento. 10.5.17 - Revisão da Resolução CFP N° 01/1999 (Estabelece  
2564 normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual) – Bruna  
2565 Lavinias Falleiros comenta que, em algum momento, trouxeram o andamento desse GT e,  
2566 então, decidiu-se que não seria para fazer a Revisão da Resolução CFP n° 01/99 devido  
2567 aos ataques que a Resolução vem sofrendo. E, então, foi transformado em um GT que  
2568 produziu uma Resolução relativa às questões de transexualidades. A Resolução foi  
2569 construída coletivamente, com todas/os propondo alterações e apresentando sugestões.  
2570 Comenta que a minuta foi finalizada há uma semana para ser apresentada às/aos  
2571 conselheiras/os do CFP e, posteriormente, à APAF. Paralelamente, o grupo de defesa da  
2572 Resolução CFP n° 01/99 foi um grupo mais amplo, que encaminhou várias discussões com  
2573 a sociedade civil e fortaleceu os enfrentamentos em todos os CRs. A Comissão de Direitos  
2574 Humanos do CFP está organizando um livro de depoimentos das pessoas que tiveram a  
2575 experiência do processo da “cura gay”. **10.6) Crepop – Plano de Trabalho 2018** - Beatriz  
2576 Brambilla comenta que esses pontos se referem às pesquisas que serão realizadas pelo  
2577 CREPOP em 2018. Há muitas questões fundamentais. Até o momento, tem sido consenso  
2578 de que o debate sobre a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é fundamental.  
2579 Compromete-se a encaminhar para a delegação do CPR SP na APAF um áudio explicando  
2580 quais são os tensionamentos. Relata que na reunião realizada em Brasília, tentaram  
2581 construir uma lógica de debate sobre a RAPS, para retomada das pesquisas regionais de  
2582 direitos sexuais e reprodutivos, para conclusão com o método do CREPOP e não com o  
2583 método que o grupo “Fortalecer” utilizou na gestão anterior. Há, ainda, a pesquisa sobre  
2584 povos tradicionais, quilombolas e indígenas para ser concluída. Os Regionais tentaram  
2585 construir isso na última reunião. Apresenta que a defesa deve ser da importância de se  
2586 realizar debate sobre a RAPS, sobre como fazem o mapeamento para a consolidação da  
2587 Rede e da atuação da Psicologia. **10.7) Grupo de trabalho de Comunicação** - O plenário  
2588 não faz considerações acerca dessas questões. **10.8) Comitê de Tecnologia da**

2589 **Informação** – Guilherme Raggi comenta que, embora não tenha participado do Comitê de  
2590 Tecnologia da Informação, relata que o Sistema Conselhos começou a propor algumas  
2591 reuniões com os trabalhadores da área de Tecnologia da Informação. O CRP SP é  
2592 representado pelos trabalhadores pelo Alexandre Morgado, da Informática, e Adolfo  
2593 Benevenuto, da Comunicação. Não há conselheira/o deste CRP SP ocupando esse Comitê,  
2594 embora seja recomendado. Tiveram uma reunião desse grupo em agosto, junto com a  
2595 Implanta e o Banco do Brasil, para discutir questões operacionais de TI. Mantiveram no  
2596 relatório as questões do SISCAF online, Siscaf.net, as questões da anuidade de 2018 e  
2597 algumas questões operacionais, do Sistema SEI, do Portal da Transparência, da nova CIP e  
2598 também das questões operacionais relacionadas à informática, além de trocas mais gerais  
2599 de experiências desses profissionais. Consideraram a reunião muito produtiva e têm a  
2600 intenção de manter. **Considerações:** 1) Rodrigo Toledo comenta que, no momento em que  
2601 esteve como conselheiro secretário, teve muito contato com as/os trabalhadoras/es que tem  
2602 contato com o SISCAF. Trata-se de um debate já sabido por todos, de que a estrutura do  
2603 sistema não dá conta do CRP SP. Sua sugestão é de que o debate aconteça, pois precisam  
2604 defender a mudança do sistema. 2) Guilherme Raggi comenta que nas próximas reuniões  
2605 devem falar mais sobre esse ponto, da necessidade de mudança do sistema. **10.9)**  
2606 **Resoluções - 10.9.1 - Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) -**  
2607 Vinicius Cesca comenta que havia uma deliberação da APAF de dezembro do ano passado  
2608 de rever a Resolução que cria essa Comissão. Informa que havia sido realizada uma  
2609 reunião da Comissão em abril, onde foi feita essa proposta, mas ela não foi apresentada em  
2610 APAF. Dessa forma, a Comissão continua funcionando sob a Resolução vigente, uma vez  
2611 que essa não foi alterada. Não há nenhuma novidade em relação a este ponto porque o que  
2612 é necessário neste momento é que a Resolução possa ser pautada e aprovada em APAF,  
2613 para que o funcionamento da Comissão possa ser alterado ou ela seguirá funcionando da  
2614 mesma forma que tem sido desde 2015. **10.9.2 - Resolução CFP nº 013/2007 (Institui a**  
2615 **Consolidação das Resoluções Relativas ao Título Profissional de Especialistas em**  
2616 **Psicologia)** - Monalisa Muniz comenta que o ponto é novo, de atualização da Resolução nº  
2617 02/2003, da análise de testes psicológicos. A atualização foi feita a partir do levantamento  
2618 de consulta pública iniciado na gestão anterior, quando estava na gestão do Federal o grupo  
2619 “Fortalecer”. Tratou-se de uma consulta pública ampla e o grupo do SATEPSI também fez  
2620 consulta, especificamente em reuniões de entidades de avaliação psicológica, como é o  
2621 caso do IBAP – Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica e da ASBRo – Associação  
2622 Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos, para poder pensar nessa atualização. Não há  
2623 grandes mudanças a partir do que se discute em avaliação psicológica, se tratam de pontos

2624 para melhorar, aprimorar e colocar as questões dos testes informatizados em papel. A  
2625 Cristina Pellini participou da reunião, mas ainda não sabe qual o parecer dela acerca do que  
2626 foi conversado com os representantes dos outros Regionais. Sua sugestão é que o plenário  
2627 do CRP SP defenda na APAF essa atualização. Explica que em 2018, grande parte dos  
2628 testes vencerá e é importante ter essa Resolução atualizada, para avançar em alguns  
2629 pontos, como os testes informatizados e outros pontos que consideramos importantes dentro  
2630 de um teste psicológico. Relata que ainda há muita coisa a ser melhorada, mas que sejam  
2631 favoráveis a essa atualização. **Considerações:** 1) Luciana Mantovani questiona se o CFP  
2632 disponibilizou a minuta e se é possível encaminhar para a equipe técnica opinar e, também,  
2633 à CATE. Entende que é possível aprovar, mas que eventualmente, pode ter algum  
2634 apontamento da COE ou da COF, que seja importante considerar. Assim, pede que seja  
2635 encaminhado para COE e COF, com prazo para encaminhar considerações para a CATE. 2)  
2636 Guilherme Raggi comenta que o CFP já encaminhou a minuta, então poderá ser  
2637 compartilhada com COE e COF. 10.9.3 - Revisão da Resolução nº 002/2003. (Define e  
2638 regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a  
2639 Resolução CFP nº 025/2001) - Alterada pela Resolução CFP nº 006/2004 e Resolução CFP  
2640 nº 005/2012 - Monalisa Muniz informa que este ponto foi solicitado pelo CRP SP que tem  
2641 duas questões. Uma é uma divergência com o Federal, cujo entendimento do CRP SP é que  
2642 há a nova especialidade "Psicologia da Saúde". Comenta que solicitaram parecer jurídico  
2643 dos núcleos formadores. O Ministério Público de Minas Gerais entrou com uma ação civil  
2644 pública para que o CRP MG não tivesse mais cursos credenciados, inclusive os núcleos  
2645 formadores, que eram credenciados também pelo CFP. Na época, o entendimento era que  
2646 essa Ação Civil Pública apenas impedia de os Regionais fazerem credenciamento, mas não  
2647 de terem núcleos formadores. Essa ação diz que é preciso aceitar qualquer curso de pós-  
2648 graduação que seja credenciada pelo MEC. O CFP entende que não podem emitir título de  
2649 especialista para os núcleos formadores, somente para aqueles que tiveram a especialidade  
2650 por meio dos núcleos formadores anteriormente a essa ação civil. O CRP SP solicitou um  
2651 parecer jurídico, que corroborou com a compreensão de que essa ação apenas limita o  
2652 credenciamento, mas não fala sobre os núcleos formadores. Com relação a nova  
2653 especialidade, em Psicologia da Saúde, que precisa ser por meio de pós-graduação em  
2654 residência multiprofissional, explica que sempre que há uma nova especialidade, há um  
2655 período para que as pessoas com experiência na área requeriam o título. Em 2016,  
2656 questionaram ao Federal como deveria proceder, e a resposta foi que não deviam emitir o  
2657 título para quem fizesse a requisição por meio da experiência, somente para aqueles com  
2658 diploma de residência multiprofissional. Mas, posteriormente, tomaram ciência de que outros

2659 Regionais emitiam esse título. Novamente, entraram em contato com o Federal explicando a  
2660 situação e pontuando que seria correto que o CRP SP abrisse prazo para essas pessoas  
2661 requeressem o título por meio da experiência e, divulgar essa informação. Mas, até o  
2662 momento, não houve retorno do Federal, sendo que já se passaram cerca de 8 (oito) meses.  
2663 Cobram retorno, mas não têm tido sucesso. Assim, considera essa pauta muito importante  
2664 para ser debatida na APAF, pois, assim como em outros estados as pessoas tiveram o  
2665 direito a requerer o título por experiência, em São Paulo também deveria ter essa  
2666 possibilidade. Considerações: 1) Luciana Mantovani comenta que, quando instituíram a  
2667 profissão de psicólogo, foi dado um tempo para aqueles com prática se inscreverem, assim  
2668 como ocorreu com os títulos de especialista. Seu entendimento é que o CFP institui  
2669 erroneamente, pois não é o que o Sistema Conselhos faz historicamente. 2) Maria Rozineti  
2670 Gonçalves diz que a defesa será de que o CFP tenha essa escuta, para resolver a questão.  
2671 10.9.4 - Proposta de alteração da Resolução nº 03/2007. (Institui a Consolidação das  
2672 Resoluções do Conselho Federal de Psicologia) – Guilherme Raggi relata que já explicitou  
2673 esse ponto anteriormente, na exposição do ponto “GT Revisão da política de orientação e  
2674 fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia”. 10.9.5 - Resoluções CFP Nº 013/2007 e  
2675 03/2016. (13/2007: Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de  
2676 Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro) -  
2677 (03/2016: Altera a Resolução CFP nº 013/2007, que institui a Consolidação das Resoluções  
2678 relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e  
2679 procedimentos para seu registro) – Diz respeito a título de especialista e já foi elucidado por  
2680 Monalisa Muniz na discussão do ponto “Resolução CFP nº 013/2007 (Institui a Consolidação  
2681 das Resoluções Relativas ao Título Profissional de Especialistas em Psicologia)”. 10.9.6 -  
2682 Construção de Resolução sobre atuação das psicólogas nas medidas socioeducativas -  
2683 Maria Mercedes Guarnieri pontua que já expôs esse assunto na discussão do ponto  
2684 “Atuação da psicologia no contexto de medidas socioeducativas”, mas resumidamente, foi  
2685 construída, no início do ano, uma justificativa, que foi enviada. mas o CFP devolveu, porque  
2686 houve erro de datas. Como durante o ano tiveram mais discussões, alteraram a justificativa.  
2687 Na região sudeste, articularam que o CRP SP ficasse responsável pelo envio da justificativa.  
2688 Há uma cobrança da categoria no estado de SP para essa Resolução. E os demais estados  
2689 do sudeste também trazem essa demanda. **10.10 - Revista Diálogos** – Guilherme Raggi  
2690 comenta que, pelo que entendeu do histórico, como a Revista não estava sendo produzida,  
2691 o CFP faz uma proposta de alocação de recursos para retorno das edições dessa Revista.  
2692 Duas edições com uma tiragem de 230 (duzentos e trinta) mil exemplares no ano custariam  
2693 ao Sistema Conselhos o valor de R\$ 2.622.000,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e dois

2694 mil reais). Essa é a discussão proposta para a APAF. Considerações: 1) Clarice Pimentel  
2695 Paulon comenta que esteve responsável pela apresentação desse ponto nas duas últimas  
2696 APAF e indica que há uma discussão política relativa ao retorno dessa publicação. Na  
2697 mesma linha da Revista Ciência e Profissão, mas com um sentido da discussão das práticas  
2698 psi. **10.11 - Saúde Suplementar** – Clarice Pimentel Paulon informa que esse ponto foi  
2699 discutido na APAF de dezembro passado. A novidade é que, pelo Núcleo Psicoterapia,  
2700 realizaram duas discussões com Fernanda Magano, presidente do Sindicato das/os  
2701 Psicólogas/os para pensar formas em que o Conselho poderia contribuir com a pauta da  
2702 Saúde Suplementar, com relação à categoria. Discutiram algumas questões da ANS –  
2703 Agência Nacional de Saúde Suplementar e da possibilidade de unir as duas entidades para  
2704 ocuparem uma cadeira na ANS, para possibilitar levar pautas como a inclusão da Psicologia  
2705 dentro da saúde suplementar seja realizada de uma maneira mais digna para os  
2706 profissionais que estão nesses espaços. Uma discussão importante que se tem é de uma  
2707 manutenção. Inclusive, que a Saúde Suplementar siga as Políticas Públicas de saúde.  
2708 Relata que o Ato Médico já vigora na Saúde Suplementar há muitos anos e essa era uma  
2709 discussão que existia na APAF, sobre como lidar com essas restrições. **10.12 - Revalidação  
2710 ou adaptação de testes e/ou instrumentos psicológicos para utilização de psicólogos  
2711 e estudantes de psicologia com deficiência sensorial** - Maria Rozineti Gonçalves informa  
2712 que Larissa Ornelas encaminhará as informações deste ponto, pois ela quem está  
2713 responsável, neste momento. **10.13 - Criação do Comitê de Profissionais de TI do  
2714 Sistema Conselhos** – Guilherme Raggi comenta que esse ponto é semelhante àquele do  
2715 Comitê de Tecnologia da Informação, conforme já relatou anteriormente. **10.14 - Política  
2716 Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPICS** - Guilherme Raggi  
2717 informa que este ponto se refere à Política Nacional de Práticas Integrativas e considera  
2718 como subsídio a ampliação da política nacional de praticas integrativas e complementares.  
2719 Trata-se de uma discussão que também está sendo realizada no GT Revisão da política de  
2720 orientação e fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia. **10.15 - Estratégias de  
2721 fiscalização referentes a denúncias de testes divulgados na Internet** – Guilherme Raggi  
2722 conta que esse ponto trata sobre as estratégias de fiscalização referentes a denúncias de  
2723 testes divulgados na internet, que tem sido um problema. Informa que raramente  
2724 conseguem discutir isso na APAF e não há nada novo em relação a esse tema. **10.16 - Os  
2725 Conselhos de Psicologia e a Democratização da Comunicação no Brasil** – Clarice  
2726 Pimentel Paulon comenta que era responsável por este ponto junto com a conselheira  
2727 Evelyn Sayeg. O que a gente tinha discutido na última vez no plenário e que entende que  
2728 permanece, porque não é algo discutido em APAF, é que existem duas formas de discutir a

2729 democratização da comunicação. Uma para dentro do Sistema Conselhos, que é a forma  
2730 sobre as lógicas de acesso das informações dentro do Sistema, tanto para conselheiros  
2731 quanto para a categoria, de modo que seja de uma maneira mais eficiente e transparente.  
2732 Outra discussão, que estava sendo organizada pela conselheira Evelyn era sobre o impacto  
2733 dos processos de meios de comunicação entre as/os profissionais psicólogos/os e  
2734 estudiosos da área, para que fosse feita uma articulação de pesquisa, para fazer discussão  
2735 sobre os impactos de adoecimento da forma como se lida com esses processos. Informa  
2736 que pode encaminhar às/aos conselheiras/os toda a documentação que colheram. **10.17 -**  
2737 **Comunidades terapêuticas na contramão do direito e da ética profissional** – Guilherme  
2738 Raggi informa que as/os conselheiras/os indicados para apresentar esse ponto estão no  
2739 Encontro dos 30 Anos da Carta de Bauru. **10.18 - Especialidades em psicologia** – Indica-  
2740 se que esse ponto também está contemplado na exposição anterior da conselheira Monalisa  
2741 Nascimento. **10.19 - Projetos de Lei** – 10.19.1 - Projeto de Lei nº 769/2015 – altera a Lei nº  
2742 4.119, de 27 de agosto de 1962, que “dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e  
2743 regulamenta a profissão de psicólogo” para dispor sobre a jornada semanal de trabalho do  
2744 psicólogo – Vinicius Cesca informa que o subsídio é praticamente nulo. O CRP 01 solicita o  
2745 ponto, que se refere a um Projeto de Lei que fala sobre a jornada de trabalho. Apenas  
2746 solicitam que seja debatido em APAF, mas não deixando claro a intenção do ponto, quando  
2747 ação se espera que o Sistema Conselhos tome. 10.19.2. Projeto de Lei nº 1015/2015 –  
2748 altera a lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que “dispõe sobre os cursos de formação em  
2749 psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo” para fixar o piso salarial da categoria –  
2750 Vinicius Cesca comenta que o ponto é semelhante ao anterior, mas de um Projeto de Lei  
2751 que versa sobre o piso salarial da/o psicóloga/o. **Considerações:** 1) Maria Mercedes  
2752 Guarnieri questiona como têm visto nas redes sociais. Relata que uma parte da categoria  
2753 defende o piso de cerca de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), juntamente com as  
2754 30 (trinta) horas para a Psicologia. Tudo no mesmo Projeto de Lei. Considera o piso alto. 2)  
2755 Vinicius Cesca pontua que o Projeto de Lei é de 2015 e coloca o piso em R\$ 3.600,00 (três  
2756 mil e seiscentos reais). Com o reajuste do INPC, deve chegar ao valor indicado pela  
2757 conselheira Mercedes. 3) Maria Mercedes Guarnieri tem uma leitura que o cenário é de  
2758 perda de direitos. Assim, não vê como esse Projeto de Lei pode emplacar com um piso alto  
2759 dessa forma, ainda considerando também as 30 horas. 4) Luciana Mantovani comenta que  
2760 acompanha a Comissão de Processos Legislativos – CPL há algumas gestões e o que foi  
2761 debatido durante um tempo era de separar a questão das 30 horas do piso. A remuneração  
2762 básica estabelecida é muito boa, mas se for aprovada em um projeto nacional, qualquer  
2763 município precisará cumprir, o que para alguns pode significar estourar o orçamento público.

2764 Diz-se que esses projetos que estabelecem remuneração têm caráter mais eleitoreiro e são  
2765 apresentados de ultima hora por pessoas que querem se reeleger ao Congresso, pois esses  
2766 PLs nunca passam na Comissão de Finanças. Mas são projetos que geram visibilidade e  
2767 podem reeleger algumas pessoas. 5) Vinicius Cesca informa que gostaria de corrigir a  
2768 informação. Na verdade, isso não aconteceria. Informa que esse PL é de mesma autoria do  
2769 PL anterior que havia sido aprovado e que foi vetado por Michel Temer no exercício da  
2770 presidência à época. O mesmo deputado aproveita um dispositivo de poder reapresentar na  
2771 legislatura seguinte o mesmo projeto. A respeito do piso, esclarece que não teria esse  
2772 impacto sobre os municípios, pois não é possível estabelecer por uma lei federal a  
2773 remuneração de servidores estaduais e municipais. A Constituição diz que só pode ser  
2774 aprovada por legislação da própria instância, portanto, as Câmaras de Vereadores podem  
2775 aprovar as remunerações dos servidores municipais e as Assembleias Legislativas dos  
2776 servidores estaduais. Relata que é o prefeito e o governador quem deve encaminhar à  
2777 Câmara e à Assembleia projetos nesse sentido. Portanto, esse PL não impactaria nenhum  
2778 servidor público municipal e estadual. Também não impactaria nenhum servidor federal,  
2779 porque, nesse caso, o projeto deveria ser encaminhado pela presidência da república. O  
2780 Congresso não pode legislar para iniciativa própria. O novo PL diz textualmente que  
2781 somente se aplica aos funcionários celetistas do meio privado. Do ponto de vista da  
2782 configuração da profissão, o efeito é nulo, porque a grande maioria da profissão está no  
2783 setor público, nas políticas públicas, ou como profissional liberal que não estarão cobertos  
2784 por um piso. Portanto, se trata mais de um PL eleitoreiro do ponto de vista de vender uma  
2785 ilusão de algo que vai ter um impacto, caso seja aprovado, a uma parcela mínima da  
2786 categoria. Pensar o que significam essas estratégias, possuem uma lei de piso salarial no  
2787 país que cobrem as 4 (quatro) profissões de engenharia, de veterinária. O que tem sido feito  
2788 no debate em alguns espaços é que a estratégia para isso seria outra, as mesas de  
2789 negociação, fortalecer a lógica de negociação sindical, ter outros caminhos para pensar  
2790 essas questões de condições de trabalho, inclusive remuneração, e não como um Projeto  
2791 de Lei que é cortina de fumaça. 6) Luciana Mantovani pondera que, em relação à iniciativa  
2792 privada, o que esse PL poderia causar é que as/os psicólogas/os seriam contratadas com  
2793 outros cargos, como analista, para não pagarem o piso. 7) Com relação a isso, Vinicius  
2794 Cesca comenta que há um caso, que não se refere à iniciativa privada, mas que exemplifica.  
2795 Quando discutiam as 30 (trinta) horas para os assistentes sociais, vários órgãos do Poder  
2796 Executivo Federal fizeram pareceres em relação ao Projeto de Lei, o que é um  
2797 procedimento comum: a Câmara aprova e a presidência pede aos Ministérios parecer sobre  
2798 o projeto para vetá-lo ou sancioná-lo. O MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

2799 apresentou parecer favorável a alteração de carga para o assistente social para 30 horas  
2800 semanais. Mas, logo na sequência, o próprio MDS encaminhou um Projeto de Lei alterando  
2801 o nome do cargo das assistentes sociais que atuam no MDS para 'analista de  
2802 desenvolvimento social'. Assim, elas continuam trabalhando 40 horas semanais.

2803 **PACTUAÇÃO DO TETO DA PLENÁRIA** – Maria Rozineti Gonçalves aponta para a  
2804 necessidade que repactuem o teto de horário da plenária. Há ainda necessidade discussão  
2805 de dois pontos (Renúncia do conselheiro Márcio Magalhães e Sindicâncias), além do ponto  
2806 das Recomposições. E, já são 17 horas e 55 minutos. Podem manter o teto até às 18h, ou  
2807 ampliar, para realizar essas discussões. Considerações do plenário: 1) Bruna Lavinias  
2808 Falleiros comenta que há uma situação complicada acontecendo na Subsede do Vale do  
2809 Paraíba e Litoral Norte, que é importante que seja discutida nessa plenária. Está pautado no  
2810 ponto de Recomposições. 2) Vinicius Cesca de Lima sugere que se inclua o ponto de  
2811 recomposições nas discussões que serão realizadas nesta data, porque entende ser um  
2812 prejuízo não realizar essa discussão. Não fazer as recomposições atravança os trabalhos  
2813 não discutir esse ponto. Assim, sua sugestão é que a plenária se estenda até que se esgote  
2814 a discussão desses pontos. 3) Maria Rozineti Gonçalves diz que essa proposta pode ser um  
2815 problema, em razão das/os funcionárias/os presentes. 4) Vinicius Cesca comenta que isso  
2816 já foi praticado em outros momentos. 5) Maria Rozineti Gonçalves informa que as  
2817 funcionárias da Secretaria indicaram que suas disponibilidades são apenas até as 18 horas  
2818 e 30 minutos. 6) Clarice Pimentel Paulon diz que, se respeitarem a autonomia dos núcleos e  
2819 comissões em relação as indicações, será um ponto rápido. Há apenas algumas questões  
2820 mais complicadas, como a da subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Outros pontos  
2821 são somente homologação em plenária, como a renúncia e as sindicâncias.

2822 **Encaminhamento:** O teto da plenária será às 18 horas e 30 minutos. Serão discutidos, na  
2823 sequência, os seguintes pontos: renúncia do conselheiro Márcio Magalhães; Sindicâncias e  
2824 Recomposições. **XI) RENÚNCIA DE CONSELHEIRO** – Bruna Lavinias Jardim Falleiros  
2825 informa que o próprio conselheiro Márcio Magalhães da Silva a solicitou que garantisse que  
2826 esse ponto fosse apreciado nesta plenária, indicando que havia enviado à Diretoria um  
2827 documento com essa solicitação na última segunda-feira. Sandra Ribeiro, coordenadora da  
2828 Secretaria, confirmou que havia chegado essa solicitação. Considerações do plenário: 1)  
2829 Maria Rozineti Gonçalves informa que discutiram na reunião de Diretoria essa solicitação.  
2830 Informa que consideram a história desse conselheiro, que cada um tem seus limites e  
2831 possibilidades e que ele havia feito uma solicitação, anteriormente, e repensou. Estão em  
2832 um momento em que combinaram a realização de uma reunião com a subsede de Bauru, e  
2833 assim, entenderam que poderiam discutir essa proposição. Combinaram com o conselheiro

2834 que esse encaminhamento fosse realizado em outro momento, na plenária posterior, e que  
2835 houvesse esse diálogo. A Comissão Gestora, assim como a Diretoria, foi surpreendida por  
2836 esse pedido. Márcio Magalhães informou que estará na conversa com a Comissão Gestora  
2837 da subsede, que será realizada no dia 12 de dezembro. 2) Vinicius Cesca informa que o  
2838 próprio conselheiro Marcio Magalhães encaminhou, nesta data, uma mensagem solicitando  
2839 que esse ponto fosse pautado e homologado nesta plenária. Trata-se da expressão da  
2840 vontade do próprio conselheiro. Renúncia não depende de aprovação, é um ato individual,  
2841 unilateral, irrevogável e irrevogável. Cabe ao plenário, unicamente, homologar. Não há outra  
2842 opção para o plenário. 3) Bruna Lavinias Falleiros diz que a mensagem de Márcio  
2843 Magalhães foi encaminhada por meio de *WhatsApp*. Faz a leitura da mensagem, indicando  
2844 que pode fotografá-la, se for importante, para provar que ela não está produzindo nenhuma  
2845 informação. *“Bruna, bom dia! Você está na plenária, certo? Preciso te pedir um favor.  
2846 Mandei na segunda-feira um pedido de renúncia. Várias pessoas do Cuidar me procuraram  
2847 me pedindo para desistir, mas não vou desistir. Só que eu soube que não está na pauta. Se  
2848 você puder, gostaria que você questionasse isso e fizesse passar”*. Bruna lê, então, sua  
2849 resposta: *“Tudo bem, posso fazer isso, só me preocupo de acharem que eu não tenho  
2850 legitimidade para tanto, mas se é seu desejo, vou minimamente expressar publicamente.”*.  
2851 4) Maria Rozinetti Gonçalves diz que, até então, não tinham essa informação. Estavam  
2852 nesse momento de discussão da Comissão Gestora, de cuidar do território, como estão  
2853 fazendo com todos os outros territórios. Foi nesse indicativo que fizeram essa proposição.  
2854 Bruna traz uma informação, mas mantém seu indicativo de que se acolha sua solicitação,  
2855 mas de uma forma menos célere, pautando na próxima plenária, cuidando melhor desse  
2856 processo. Inclusive porque ele se comprometeu a estar na reunião. 5) Bruna Lavinias  
2857 Falleiros comenta que é o movimento de uma pessoa em sofrimento, uma vez que ele  
2858 solicitou a uma pessoa, que considera que tem um diálogo, mas que é de um grupo  
2859 opositor. Se sentindo pressionado pelo seu próprio grupo. Talvez ele esteja tendo  
2860 dificuldade em não sucumbir às pressões de seu grupo. É uma dinâmica que deve ser  
2861 levada em consideração. 6) Maria Rozinetti Gonçalves diz que também recebeu mensagem  
2862 do conselheiro Márcio, mas sem essa solicitação. Entende que ele fez um jogo, para que,  
2863 vindo de outro grupo, essa solicitação assumisse outro lugar. Mas, somente ele poderia  
2864 fazer esses esclarecimentos. 7) Edgar Rodrigues comenta que já é a terceira vez que  
2865 Márcio Magalhães solicita seu desligamento. O sofrimento não é recente e é algo muito  
2866 sério. Os ataques pessoais que ele vem recebendo, mas que não irá relatar quais são.  
2867 Márcio está fazendo doutorado e o CRP o tem demandado muito. Ele possui muita  
2868 disponibilidade, tanto que ele está em algumas comissões, além da Subsede. Acredita que

2869 devem respeitar aquilo que ele já vem apontando, que é essa vontade de sair. Mas  
2870 assumiram um compromisso sério com a categoria. Precisam, agora, dar respaldo à  
2871 Comissão Gestora de Bauru, o que parece que ainda não foi feito. Assim, entende que  
2872 podem dar a possibilidade de que isso seja feito, não no sentido de dissuadi-lo, pois entende  
2873 que, realmente, ele está sofrendo. Mas, seu entendimento é que não precisam tomar essa  
2874 decisão intempestivamente. Há questões burocráticas que estariam comprometendo, se  
2875 referendassem a saída neste momento de fim de ano. Não precisam mais contar com  
2876 Márcio em Comissões, por exemplo. Mas podem dar esse tempo burocrático até a próxima  
2877 plenária. Dessa forma, poderiam conversar. Se a Diretoria pôde se reunir com todas as  
2878 Comissões Gestoras e tem a proposta de manter essas reuniões. Homologar a renúncia vai  
2879 demandar uma série de providências. No momento em que estão, praticamente, em  
2880 recesso. Poderiam repensar a data da homologação, para a próxima plenária, o que daria  
2881 tempo para organizar as questões necessárias na subsede, pensar nos próximos passos.  
2882 Isso é um respeito com a Comissão Gestora e com o próprio Márcio Magalhães, de  
2883 poderem conversar com ele, que ainda não tiveram a oportunidade. Foi uma surpresa esse  
2884 pedido dele. Deveriam ter tempo de pensarem isso com mais tranquilidade e amizade. 8)  
2885 Bruna Falleiros informa que Márcio Magalhães havia lhe encaminhado outra mensagem, a  
2886 qual faz a leitura: “*Como vocês disseram na renúncia da Camila, ninguém precisa me*  
2887 *autorizar a sair. Deveria ser só um informe.*”. 9) Guilherme Raggi diz que há uma série de  
2888 espaços que Márcio Magalhães compõe e que precisam ser recompostos e, sem prejuízo  
2889 disso, considerando que há um compromisso estabelecido com as Comissões Gestoras, e  
2890 que Márcio Magalhães havia confirmado sua participação nessa reunião. Assim, propõe  
2891 que, considerem a renúncia do conselheiro Márcio Magalhães, mas ainda não  
2892 homologarem. O conselheiro Márcio Magalhães não é titular, então não implicaria em uma  
2893 alteração de titularidade. Seria apenas para que possam finalizar os compromissos que  
2894 tinham com o conselheiro. Pede que as falas sejam mais resolutivas, considerando a  
2895 proximidade do teto do horário. 10) Ivana do Carmo pondera que a comissão gestora da  
2896 subsede não sabe desta decisão de renúncia. Traz impactos administrativos para quem  
2897 coordena a subsede. 11) Vinicius Cesca diz que repetirá o que disse no mês anterior, com o  
2898 pedido de renúncia da conselheira Camila Teodoro Godinho, de que essa opção não está  
2899 disponível. O ato de renúncia é individual, unilateral e que não depende de aprovação  
2900 externa. Não há outra opção, diante da expressão do próprio conselheiro de que se  
2901 homologue nesta plenária que não seja de homologação. Trata-se, inclusive, de uma  
2902 atribuição regimental do plenário. Este plenário prevaricaria se diante desta expressão,  
2903 saísse da plenária sem homologar esta renúncia. Há outras consequências, como a

2904 realização da reunião de uma Comissão de Sindicância, dentro de 48 horas, que não será  
2905 instalada com a presença de Marcio Magalhães, porque ele já renunciou. É um ato de  
2906 vontade, individual, unilateral, irrevogável e irratificável. Ao plenário cabe apenas acatar o  
2907 pedido. Discorda do encaminhamento apresentado pelo conselheiro Guilherme Raggi, pois  
2908 não é uma opção disponível. Estão ocupando parte do pouco tempo que possuem até o fim  
2909 desta plenária discutindo algo que não pode ter outro efeito, a não ser aquele que é a  
2910 expressão da vontade daquele que é titular de um direito e abriu mão dele. 12) Clarice  
2911 Pimentel Paulon diz, então, que não é possível segurar a homologação até a próxima  
2912 plenária, para que haja tempo de que ele converse com a comissão gestora. Até porque isso  
2913 não garante sua participação. Faz um apelo de celeridade em relação a essas pautas. A  
2914 conselheira Ivana do Carmo fez uma fala para que cuidem das Comissões Gestoras e a  
2915 comissão gestora do Vale do Paraíba e Litoral Norte está com uma questão complicada em  
2916 relação a sua composição e isso não será pautado hoje por conta do tempo, porque estão  
2917 discutindo algo que já está colocado. É a terceira vez que ele renuncia, já fizeram uma  
2918 plenária extraordinária para tratar dessa questão, novamente ele expressou sua renúncia na  
2919 plenária de mediação. Agora, apresenta sua terceira renúncia. Há outras questões para  
2920 serem discutidas no ponto de Recomposições. 13) Edgar Rodrigues diz que não têm  
2921 intenção de não aceitar a renúncia do conselheiro Márcio Magalhães. Mas, precisam pensar  
2922 que há os trâmites burocráticos, como a assinatura de cheques, o que pode trazer  
2923 problemas para a própria comissão gestora. É possível aguardarem para homologar, uma  
2924 vez que veio somente uma mensagem via *Whatsapp*. Podem aguardar porque isso já foi  
2925 feito antes, na renúncia de Fábio Silvestre. Questiona qual o problema em esperarem até  
2926 uma próxima plenária para homologarem. Pede para ver o e-mail encaminhado por Márcio  
2927 Magalhães renunciando. 14) Bruna Falleiros comenta que a Diretoria foi destituída de um  
2928 dia para o outro e as funções administrativas continuaram sendo realizadas. 15) Vinicius  
2929 Cesca complementa que a subsede de Sorocaba ficou mais de um ano sem assinar  
2930 cheques devido a problemas na conta. Isso não impede nenhuma atividade de acontecer. A  
2931 atribuição de assinar cheques, pelo Regimento, é da presidência e do tesoureiro, que  
2932 podem delegá-la. Se é algo delegado e não há duas pessoas a quem se delegue essa  
2933 tarefa, a responsabilidade fica com a presidência e a tesouraria. Não há nenhum prejuízo  
2934 administrativo. 16) Bruna Falleiros, com relação a ser uma mensagem de *Whatsapp*, informa  
2935 que deixou claro que ele se referia a um e-mail que tinha encaminhado para a Diretoria. No  
2936 início de sua fala disse que se for necessária uma comprovação, essa comprovação é o e-  
2937 mail. 17) Edgar Rodrigues insiste que não entende o porque de ser necessário fazerem isso  
2938 nesta data. Márcio Magalhães solicitou e não estão falando que não aceitarão a exoneração

2939 dele. Mas não entende que precisa ser homologado nesta plenária. Acredita que podem  
2940 conversar sobre isso com ele, não para dissuadi-lo, mas para que possam cuidar melhor  
2941 dessa comissão gestora. Podem recompor a Sindicância. O que está propondo não é ilegal.  
2942 18) Vinicius Cesca diz que a proposta é ilegal. A renúncia é um ato unilateral que não  
2943 depende de aprovação externa. Só pode ser homologado neste momento, não há outra  
2944 opção. Deixar de fazer isso é deixar de cumprir uma função regimental do plenário. Não  
2945 sabe qual o desejo que têm, que não fizeram igual na renúncia da Camila Teodoro Godinho  
2946 e do Fábio Silvestre. Estão há 20 (vinte) minutos discutindo algo homologatório, um informe.  
2947 Pela ordem, solicita que a mesa declare homologada a renúncia do conselheiro Márcio  
2948 Magalhães. 19) Maria Rozinetti Gonçalves diz que, ao contrário do que foi dito por Clarice  
2949 Paulon, a intenção não é da violência e sim do cuidado. Faz leitura a mensagem de  
2950 Whatsapp que Márcio encaminhou a ela, que diz respeito ao cuidado dele com as pessoas,  
2951 que é algo que este plenário tem perdido. *“Amor, adorei te conhecer. Me sinto privilegiado  
2952 por ter conhecido todos e todas vocês. Infelizmente, não tive condições de ir até o fim por  
2953 tudo o que está acontecendo, mas também por questões pessoais. Mas, vou ficar torcendo  
2954 por vocês. Você está ótima em tudo que tem feito. Tenho profunda admiração por você, pela  
2955 força e sensibilidade. Até um dia! Mande um beijo para todos e todas.”*. Ele demonstra algo  
2956 carinhoso e iriam homologar em outro momento para ter o cuidado. Mas, entende o que o  
2957 conselheiro Vinicius Cesca está afirmando e a mesa declara a homologação da renúncia de  
2958 Márcio Magalhães. Inclusive se ele quiser se disponibilizar para participar da reunião com a  
2959 Comissão Gestora. Precisam ter o cuidado sempre, e estavam cuidando de outra forma.  
2960 **Encaminhamento:** O plenário homologa a renúncia do conselheiro Márcio Magalhães da  
2961 Silva ao cargo de conselheiro. **XII) SINDICÂNCIA - PORTARIA CRP Nº 024/17** – Guilherme  
2962 Raggi informa que não foi possível concluir o relatório conclusivo da Sindicância instaurada  
2963 por meio da Portaria CRP nº 024/17, relativa aos processos da COE que ficaram disponíveis  
2964 no auditório, devido ao Encontro dos 30 anos da Carta de Bauru, embora já esteja bem  
2965 encaminhado. Assim, solicita ampliação de prazo para a conclusão. **Encaminhamento:**  
2966 Aprovada dilação de prazo, por mais 30 (trinta) dias, para apresentação do relatório  
2967 conclusivo dessa Sindicância. **XII) SINDICÂNCIA – PORTARIA CRP-06 Nº 047/17–**  
2968 Vinicius Cesca de Lima informa que essa Comissão não se reuniu até o momento. Após a  
2969 publicação da Portaria, no último dia 22 de novembro, consultou os dois membros que  
2970 indicaram dificuldade de agenda. Foi possível agendar para a próxima segunda-feira, dia 11  
2971 de dezembro. O que os daria 10 (dez) dias, dos 30 (trinta) iniciais de prazo. Tem duas  
2972 solicitações. A primeira de dilação de prazo, por mais 30 (trinta) dias e a segunda de que se  
2973 eleja um terceiro membro para a Comissão, devido a renúncia de Márcio Magalhães.

2974 Considerações do plenário: 1) Ivani Francisco de Oliveira informa que o prazo seria até o dia  
2975 22 de dezembro, início do recesso. Vinicius Cesca escreveu aos demais membros, no dia  
2976 29, já indicando que gostaria de solicitar a extensão do prazo. No mesmo dia apresentou  
2977 suas disponibilidades, entendendo que seria possível fazer dentro do prazo, sem pedir a  
2978 extensão. Não disse que não tinha disponibilidade, apontou as suas disponibilidades. 2)  
2979 Maria Rozineti Gonçalves comenta que seria necessário verificar o grupo dos impedidos  
2980 para fazer a indicação de novo membro para a Comissão. 3) Vinicius Cesca de Lima havia  
2981 indicado e foi deliberado que seria inoportuna a presença de membros da Diretoria devido  
2982 ao objeto. Havia uma quarta pessoa que havia se disponibilizado na ocasião da composição  
2983 dessa Comissão, Bruna Falleiros. 4) Edgar Rodrigues questiona se foi homologada a  
2984 dilação de prazo e se uma coisa depende da outra. Candidata-se a fazer parte dessa  
2985 Comissão. 5) Mary Ueta se candidata a compor a Comissão. 6) Vinicius Cesca, então,  
2986 pontua que deverá ser feita uma Portaria alterando a composição e estendendo o prazo por  
2987 mais 30 (trinta) dias. Relata que pela formalidade, não será possível fazer a reunião na  
2988 próxima segunda-feira, uma vez que não haverá Portaria publicada e não dá para fazer a  
2989 reunião somente com dois membros. É melhor não fazer do que ter atos processuais que  
2990 sejam declarados nulos. 7) Guilherme Rodrigues Raggi aponta que os atos não poderão ser  
2991 por telefone ou videoconferência. Poderão utilizar o e-mail. Portanto, é importante pensar na  
2992 disponibilidade para execução das tarefas. 8) Vinicius Cesca diz que há um instrumento  
2993 normativo da CGU sobre Sindicâncias no Poder Executivo Federal que possibilita a  
2994 utilização de ferramenta à distância, só que é preciso ter assinatura válida. Caso utilizassem  
2995 assinatura digital, um sistema de registro de comunicação online, seria permitido e facilitaria.  
2996 Então, a questão não é não ser presencial, é não ter mecanismo válido de assinatura de  
2997 documentos que resultem dessa reunião. 9) Bruna Falleiros defende Mary Ueta na  
2998 Comissão de Sindicância, considerando a necessidade de reunião presencial e a  
2999 economicidade. Em votação: 04 (quatro) votos para Mary Ueta, de Bruna Falleiros, Vinicius  
3000 Cesca, Mary Ueta e Clarice Pimentel Paulon e 08 (oito) votos para Edgar Rodrigues, de  
3001 Suely Ortiz, Guilherme Raggi, Reginaldo Branco, Larissa Ornelas, Ivana do Carmo, Maria  
3002 Mercedes Guarnieri, Ivani Francisco de Oliveira e Rodrigo Toledo. Abstiveram-se Maria  
3003 Rozineti Gonçalves e Edgar Rodrigues. **Encaminhamento:** O plenário aprova a dilação de  
3004 prazo para conclusão dos trabalhos dessa Sindicância por mais 30 (trinta) dias. Por votação,  
3005 passa a compor a Comissão de Sindicância o conselheiro Edgar Rodrigues, na condição de  
3006 membro. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** – 1) Maria Rozineti Gonçalves propõe que, em  
3007 respeito às trabalhadoras, encerrem a plenária neste momento. 2) Rodrigo Toledo,  
3008 considerando que não passarão as recomposições, solicita ao plenário comprometimento

3009 com as atividades de Comissão de Instrução da COE, uma vez que não aprovaram as  
3010 indicações para CIs e podem ter comprometimento para os meses de dezembro e janeiro. 3)  
3011 Maria Rozineti Gonçalves questiona se é possível aprovar as indicações para CIs, somente.  
3012 4) Rodrigo Toledo diz que apenas quer deixar o registro que ao não fazer as recomposições,  
3013 estão pactuando que terão prejuízos com relação as atividades de Comissão de Instrução  
3014 nos meses de dezembro e janeiro. 5) Maria Rozineti Gonçalves solicita que conste o registro  
3015 de que é favorável a aprovação dos nomes para CIs, tendo em vista que se trata de uma  
3016 atividade ordinária. 6) Vinicius Cesca pede que registre que, devido a todos os prejuízos  
3017 envolvidos, deveria ter sido feita a discussão do ponto de recomposições na integra. Para  
3018 ele, é uma pauta que não pode deixar de ser realizada em nenhuma circunstância. Nada  
3019 mais havendo a tratar, a senhora conselheira vice-presidenta, Maria Rozineti Gonçalves,  
3020 deu por encerrada a sessão às 18 horas e 35 minutos, da qual eu, conselheira secretária,  
3021 Suely Castaldi Ortiz da Silva, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por  
3022 todos os presentes. São Paulo, 09 de dezembro de dois mil e dezessete.

---

Andrea Mataresi

---

Clarice Pimentel Paulon

---

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

---

Maria das Graças Mazarin de Araújo

---

Maria Rozineti Gonçalves

---

Monalisa Muniz Nascimento

---

Reginaldo Branco da Silva

---

Rodrigo Toledo

---

Suely Castaldi Ortiz de Oliveira

---

Vinicius Cesca de Lima

---

Beatriz Borges Brambilla

---

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

---

Edgar Rodrigues

---

Ivana do Carmo Souza

---

Ivani Francisco de Oliveira

---

Larissa Gomes Ornelas Pedott

---

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira  
Bicudo Guarnieri

---

Mary Ueta